

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELOISE DE OLIVEIRA WOEHL

ARQUEOLOGIA EM MAFRA, PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA:
MEMÓRIAS E ACERVOS EM VIAS INTERDISCIPLINARES NO ALTO
IGUAÇU

CURITIBA

2025

HELOISE DE OLIVEIRA WOEHL

ARQUEOLOGIA EM MAFRA, PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA:
MEMÓRIAS E ACERVOS EM VIAS INTERDISCIPLINARES NO ALTO
IGUAÇU

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia e Arqueologia, Área de concentração em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Claudia Inês Parellada
Coorientador: Dr. Rafael Corteletti

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Woehl, Heloise de Oliveira

Arqueologia em Mafra, planalto norte de Santa Catarina:
memórias e acervos em vias interdisciplinares no Alto Iguaçu. /
Heloise de Oliveira Woehl. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
e Arqueologia.

Orientadora: Profª. Drª. Claudia Inês Parellada.

Coorientador: Por. Dr. Rafael Corteletti

1. Tradição oral. 2. Levantamento arqueológico. 3. Alto Iguaçu,
Região (SC). I. Parellada, Claudia Inês. II. Corteletti, Rafael.
III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia. IV. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELOISE DE OLIVEIRA WOELH**, intitulada: **ARQUEOLOGIA EM MAFRA, PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA: MEMÓRIAS E ACERVOS EM VIAS INTERDISCIPLINARES NO ALTO IGUAÇU**, sob orientação da Profa. Dra. CLAUDIA INÉS PARELLADA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Dezembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
05/12/2025 16:53:33.0
CLAUDIA INÉS PARELLADA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
05/12/2025 20:05:03.0
FERNANDA SCHNEIDER
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI)

Assinatura Eletrônica
05/12/2025 17:29:34.0
MAURICIO HEPP
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR)

Assinatura Eletrônica
05/12/2025 18:13:10.0
RICARDO CID FERNANDES GIORDANO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Considero que a caminhada trilhada em uma pesquisa é tão importante quanto, se não mais, que os resultados obtidos. Assim, essa pesquisa foi construída graças a muitas pessoas que, por meio de diálogos, trocas e apoios, possibilitaram sua realização. A cada uma delas, deixo meu agradecimento especial.

A jornada ganhou forma e profundidade graças aos interlocutores que, com generosidade, confiaram a mim suas memórias e experiências. Minha gratidão a cada um é imensa.

Agradeço à Secretaria de Cultura e Turismo de Rio Negro, representada pela historiadora Larissa Grein, e à Ana Letícia, da Biblioteca Pública de Rio Negro, pelo auxílio na busca documental regional.

Ao Cenpáleo, sou grata pelas portas sempre abertas e pelo compromisso com a extroversão arqueológica, cedendo materiais para atividades educativas que beneficiam a comunidade escolar de RioMafra.

Agradeço também a Cristiane Lopes e ao Paulo Gomes, tradutores da burocracia acadêmica que tão prontamente me auxiliaram em cada questão quando solicitada.

Agradeço o apoio financeiro proveniente do acordo tripartite entre o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, a UFPR e a FUNPAR, vinculado ao projeto “Endosso Institucional e salvaguarda definitiva dos materiais arqueológicos resgatados no âmbito do Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico da UHE Baixo Iguaçu”, que garantiu minha permanência na universidade por meio de bolsa.

À professora Claudia Parellada, agradeço o aceite na orientação. E a Rafael Corteletti, minha gratidão é dupla: por me acompanhar novamente – agora como coorientador – e pelo incentivo decisivo para que eu seguisse o caminho da pesquisa. O apoio de quem acredita em nós é um alicerce fundamental.

Ao CEPA, que foi sinônimo de casa durante essa pesquisa e que, muito disso se deve ao professor e amigo Fabio Parenti. A você meu agradecimento vem por dedicar e confiar seu tempo a me ensinar mais do que achei ser possível

aprender em tão pouco tempo. Levarei cada ensinamento comigo e repassarei a quantos puder, assim como suas histórias.

Agradeço ao Sady Do Carmo e Maurício Hepp, pelo apoio e presença constante, me incentivando e, principalmente, me desafiando. Espero ter respondido pelo menos metade das provocações feitas. Agradeço ao Sady também pelas contribuições na Semana Acadêmica do PPGAA-UFPR e, ao Maurício, pela assistência em diversas etapas da pesquisa e pelas considerações enquanto banca. À Fabiana Terhaag, agradeço o diálogo frutífero também iniciado na Semana Acadêmica, que influenciou minha perspectiva na pesquisa.

Agradeço também aos professores que tive o privilégio de ouvir e dialogar nesses anos. Ao professor Laércio Brochier por expandir meus horizontes reflexivos; ao professor Cid Giordano pelos ensinamentos em sala e contribuições enquanto banca. Agradeço também a Fernanda Scheineider, pelo olhar zeloso nas considerações apresentadas enquanto banca.

Preciso agradecer também a equipe que me auxiliou tão prontamente em campo e fez toda diferença: Isabelli Micheli, Ana Kriger, Tatiane Andaluzia Montes, Luí Lacerda, Patrícia Moro, Bruno Machado, Sady e Fabio. Obrigado por aguentarem seus pés gelados em água fria durante o campo. Em uma próxima será verão, eu espero.

Às amizades construídas no cenário da reitoria e CEPA, tenho a agradecer pelos momentos de lazer, debate e trocas. Ao meu quarteto fantástico – Tati, Ana e Isa – agradeço por, acima de tudo, rirem comigo em todos os momentos. Vocês foram o maior achado arqueológico desta jornada, o apoio de vocês está presente em cada etapa. Obrigada por sempre estarem aqui. Sou grata também aos amigos Rafael Deina, Bruna Berti e Barbara Beltramini, por sempre reviverem a antropóloga que há em mim. Nesse grupo também se inclui o amigo Aldo Valoto, que preciso agradecer imensamente todo o auxílio prestado nestes anos, e pelo olhar crítico na parte antropológica que aflora nesta pesquisa.

E às amigas de longa data e de longa distância, Ana Sprenger e Camilla Ribeiro, sempre presentes em trocas de experiências, desafios e incertezas.

À Hilda, Ana e Arlindo Costa, que há anos me auxiliam de diversas formas em cada caminho que decido seguir, deixo aqui meu sincero agradecimento.

Ao Carlos Kubiack que, mesmo chegando em momentos conturbados, perseverou. Obrigada pelo apoio, pelo incentivo na escrita e por ouvir as tantas coisas que eu sempre tinha para falar, mesmo não sendo sobre números.

Não posso deixar de registrar minha gratidão àqueles que, durante esta pesquisa, partiram deste plano, mas cujas contribuições em vida foram imensuráveis para a sua realização. Suas memórias seguem vivas!

Não poderia finalizar sem mencionar aqueles que são minha base de amor e apoio que me incentivam todos os dias a seguir meu caminho e que sempre acreditam em mim mais do que mereço: meus pais Claudia e Jose. Um obrigado nunca será o suficiente e palavras não bastam para descrevê-los. Essa pesquisa só existe porque vocês nunca saíram do meu lado. E ao meu irmão Victor Gabriel, que, sem saber, me inspira a ser sempre um exemplo, sendo ele mesmo um para mim.

E em especial deixo aqui registrado o meu agradecimento a quem não posso agradecer fisicamente, minha vó Ida, que esteve presente espiritualmente comigo em todo momento. Foi apreciando ouvi-la nas tardes de sábado, na varanda, que o gosto por ouvir histórias começou. Sem você, nada disso seria possível. Tudo começou com a sua memória.

*Aprendo mais com abelhas do que com aeroplanos.
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo.
O ser que na sociedade é chutado como uma barata — cresce de importância para o meu olho.
Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo.
Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas.
Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão —
Antes que das coisas celestiais.
Pessoas pertencidas de abandono me comovem:
tanto quanto as soberbas coisas íntimas.*

Manoel de Barros [fragmento do poema "Olhos parados"]

RESUMO

Esta pesquisa busca ampliar o conhecimento e as discussões sobre os vestígios arqueológicos da localidade de Avencal do Meio, município de Mafra (Santa Catarina), através da integração de teorias e métodos da arqueologia, antropologia, museologia e história. O estudo envolveu uma análise integrada dos processos de ocupação humana na região, correspondências históricas, acervos arqueológicos e etnográficos, realização de entrevistas com moradores/as e docentes de instituições de ensino locais, e a relação entre as memórias orais e o patrimônio arqueológico e histórico. A pesquisa visa ações para enriquecer as discussões sobre as narrativas multivocais e a historiografia do município, focando na análise do imaginário e das memórias das comunidades locais, particularmente no que tange às materialidades e espacialidades em diferentes períodos. São aplicadas abordagens teóricas variadas e métodos qualitativos, oportunísticos e comunitários para caracterizar e valorizar os bens culturais, com ênfase especial no patrimônio arqueológico e histórico de Avencal do Meio.

Palavras-chave: Memória oral; Patrimônio arqueológico; Jê no Sul, Alto Iguaçu, Planalto Norte Catarinense.

ABSTRACT

This research has the objective to widen the knowledge and discussion around the archaeological evidence of the locality of Avencal do Meio, city of Mafra (Santa Catarina), through the integration of theories and methods from archaeology, anthropology, museology, and history. Consequently, this study will involve a review of the human occupation processes in the region, historical correspondence, synthesis of the indigenous museological collection, interviews with residents and teachers of local institutions, and the relationship between oral memories and archaeological and historical heritage. The research aims to enrich discussions around the multivocal narratives and historiography of the municipality, focusing on the analysis of the imaginary and memory of the local communities, particularly with what concerns the materiality and spatiality of different periods. Different theoretical approaches and qualitative, opportunistic and community-based methods are applied to characterize and enhance cultural assets, with special emphasis on archaeological and historical heritage of Avencal do Meio.

Keywords: Oral memory; Archaeological heritage; Southern Jê, Alto Iguaçu, North Santa Catarina Plateau.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - À ESQUERDA, FOTO DO MONUMENTO AO CENTENÁRIO DE MAFRA. À DIREITA, FOTO DA FACHADA DA CASA DAS ETNIAS	28
FIGURA 2 - FOTO DA ENTRADA DO MUSEU	67
FIGURA 3 - FOTO DA PLACA NO INTERIOR DO MUSEU	68
FIGURA 4 - FOTO DA FACHADA DO PALÁCIO SERÁFICO.....	68
FIGURA 5 - FOTO DO VIROTE	70
FIGURA 6 - FOTO DO TEMBETÁ	70
FIGURA 7 - FOTO DE PARTE DA EXPOSIÇÃO, AO CHÃO	70
FIGURA 8 - FOTO DA EXPOSIÇÃO NO ARMÁRIO.....	71
FIGURA 9 - FOTO DO INFORMATIVO N° 1 QUE ACOMPANHAVA A EXPOSIÇÃO	71
FIGURA 10 - FOTO DO INFORMATIVO N° 2 QUE ACOMPANHAVA A EXPOSIÇÃO	72
FIGURA 11 - FOTO DO ACERVO INDÍGENA EXPOSTO NO MUSEU	73
FIGURA 12 - FOTO DOS MINIQUADROS DESCRIPTIVOS	73
FIGURA 13 - FOTO DO QUADRO EXPOSITOR.....	74
FIGURA 14 - FOTO DA ENTRADA DO MUSEU DA TERRA E DA VIDA.....	75
FIGURA 15 - FOTO DO PAINEL QUE DIFERENCIA AS ÁREAS DE PESQUISA	75
FIGURA 16 - FOTO DA EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA NO MUSEU DA TERRA E DA VIDA.....	76
FIGURA 17 - FOTO DO CABO DE CHICOTE	86
FIGURA 18 - IMAGEM DE SATÉLITE SOBRE A ÁREA DAS ESTRUTURAS KALITO	100
FIGURA 19 – FOTO COM SETA INDICANDO A ENTRADA DO KALITO....	101
FIGURA 20 - FOTO DA ESTRUTURA KALITO 1	101
FIGURA 21 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 1.....	101
FIGURA 22 - FOTO DA ESTRUTURA KALITO 2	102
FIGURA 23 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 2.....	102
FIGURA 24 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 1.....	103
FIGURA 25 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS	106

FIGURA 26 - FOTO DO ENTORNO, COM VISTA PARA O LAGO	106
FIGURA 27 - FOTO DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS.....	106
FIGURA 28 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS E QUEDA D'ÁGUA.....	107
FIGURA 29 - FOTO DO TRABALHO DE TOPOGRAFIA NO LAJEADO DOS MONJOLOS	108
FIGURA 30 - FOTO DA ESTRUTURA SUBTERRÂNEA MAIOR	108
FIGURA 31 - FOTO DA ESTRUTURA "D" EM RELAÇÃO A ESTRUTURA "C"	109
FIGURA 32 – FOTO DA ESTRUTURA "C" EM RELAÇÃO A ESTRUTURA "D"	109
FIGURA 33 – PLANTA TOPOGRÁFICA DO SÍTIO LAJEADO DOS MONJOLOS	110
FIGURA 34 - DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DO SÍTIO LAJEADO DOS MONJOLOS	111
FIGURA 35 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA	113
FIGURA 36 - FOTO DA SUPERFÍCIE ROCHOSA E ENTORNO DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA	113
FIGURA 37 - FOTO DA PAISAGEM ENTRE A CASA DOS PROPRIETÁRIOS E O SÍTIO QUEDA D'ÁGUA.....	114
FIGURA 38 - FOTO DAS PANELAS DE INTEMPERISMO	115
FIGURA 39 - FOTO DA PROFUNDIDADE DA PANELA DE INTEMPERISMO	116
FIGURA 40 - FOTO DA POLTRONA-COM-BRAÇOS	116
FIGURA 41 - FOTO DA INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA DO ALIDADE.....	118
FIGURA 42 - ILUSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE CAMPO	119
FIGURA 43 - FOTO DA TAQUARA FIXA NA DIACLASE	119
FIGURA 44 - PLANTA TOPOGRÁFICA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA	121
FIGURA 45 - DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA	122
FIGURA 46 - FOTO DAS FEIÇÕES NA ÁREA B, EM MARÇO	123
FIGURA 47 - FOTO DE CIMA DO CONJUNTO, NA ÁREA B.....	123
FIGURA 48 - FOTO DA FEIÇÃO 1	124

FIGURA 49 - FOTO DA FEIÇÃO 2	124
FIGURA 50 - FOTO DA FEIÇÃO 3	125
FIGURA 51 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA B.....	125
FIGURA 52 - FOTO DA FEIÇÃO 4	126
FIGURA 53 - FOTO DA FEIÇÃO 5	126
FIGURA 54 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA.....	127
FIGURA 55 - FOTO DE AFIADORES NA LAJE DO QUEDA D'ÁGUA	127
FIGURA 56 - FOTO DOS CANOS SOBREPOSTOS AOS AFIADORES NO SÍTIO.....	128
FIGURA 57 - FOTO DO AMBIENTE, CONTRA A CORRENTEZA	129
FIGURA 58 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO SÍTIO EM RELAÇÃO AO PETRÓGLIFO.....	129
FIGURA 59 - FOTO DE FEIÇÃO EM SEIXO NO LEITO DO CÓRREGO.....	130
FIGURA 60 - FOTO DA GRAVURA RUPESTRE.....	130
FIGURA 61 - FOTO DOS TRABALHOS PARA REGISTRO DA GRAVURA .	131
FIGURA 62 - FOTO DO QUADRANTE IMPROVISADO COM TAQUARA	131
FIGURA 63 - FOTO DA ROCHA COM A GRAVURA RUPESTRE	132
FIGURA 64 - ILUSTRAÇÃO DA GRAVURA	132
FIGURA 65 - FOTOS COM REGISTRO DE AREIA SOBRE O LEITO DO CÓRREGO.....	133
FIGURA 66 - FOTO DA ÁREA DO LAJEADO BRANCO	134
FIGURA 67 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO BRANCO ...	134
FIGURA 68 - FOTO DA TRINCHEIRA ESQUERDA.....	135
FIGURA 69 - FOTO DA TRINCHEIRA DIREITA.....	135
FIGURA 70 - FOTO DAS ÁREAS "A" E "B" NO LAJEADO BRANCO	136
FIGURA 71 - FOTO DA ÁREA DA LAJE COM AS FEIÇÕES.....	137
FIGURA 72 - FOTO DO PRIMEIRO CONJUNTO	138
FIGURA 73 - FOTO DO SEGUNDO CONJUNTO	138
FIGURA 74 - FOTO DO TERCEIRO CONJUNTO	139
FIGURA 75 - FOTO DO QUARTO CONJUNTO	140
FIGURA 76 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DA OCORRÊNCIA CERÂMICA 1	141
FIGURA 77 - FOTO COM VISÃO HORIZONTAL À ÁREA DA OCORRÊNCIA	141

FIGURA 78 - FOTO DA FACE INTERIOR DA CERÂMICA	142
FIGURA 79 - FOTO DA BASE	142
FIGURA 80 - FOTO DA QUEBRA.....	142
FIGURA 81 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DA OCORRÊNCIA CERÂMICA	143
FIGURA 82 – FOTO COM VISÃO HORIZONTAL À ÁREA DA OCORRÊNCIA	143
FIGURA 83 - FOTO DA FACE INTERNA E EXTERNA DO FRAGMENTO CERÂMICO	144
FIGURA 84 - FOTO DO ANTIPLÁSTICO.....	144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SÍTIOS CADASTRADOS EM BANCOS DE DADOS DO IPHAN	41
QUADRO 2 - SELEÇÃO PRELIMINAR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	50
QUADRO 3 - MENÇÃO VERBETES CATÁLOGO INDÍGENAS	59
QUADRO 4 - VERBETES SELECIONADOS NOS CATÁLOGOS	60
QUADRO 5 - INTERLOCUTORES POR GRUPO.....	79
QUADRO 6 - INTERLOCUTORES POR INSTITUIÇÃO	90
QUADRO 7 - SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - SÍTIOS POR CATEGORIA	39
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO.....	23
MAPA 2 - ESTRADA DA MATA DENTRO DO CAMINHO VIAMÃO-SOROCABA	30
MAPA 3 - SÍTIOS CADASTRADOS NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA	42
MAPA 4 - PRINCIPAIS RIOS EM MAFRA	59
MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO DOS MUSEUS EM RELAÇÃO A ÁREA DE ESTUDO	66
MAPA 6 - VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NO DISTRITO DE RIO PRETO DO SUL	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 ÁREA DE ESTUDO – ONDE FICA?	22
1.1 MAFRA, SANTA CATARINA	22
1.1.1 Características ambientais.....	22
1.1.2 As populações de Mafra	24
1.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA HISTÓRICA	29
1.3 HISTÓRICO E DISCUSSÕES SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS	34
2 METODOLOGIA.....	43
2.1 CATÁLOGOS DOCUMENTAIS	45
2.2 EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS.....	46
2.3 ENTREVISTAS	47
2.4 REGISTRO DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	51
3 PAPÉIS, COISAS, PESSOAS E LUGARES EM VIAS INTERDISCIPLINARES	58
3.1 CATÁLOGOS REFERENTES AOS INDÍGENAS NO PARANÁ PROVINCIAL	58
3.2 OBJETOS E PATRIMONIALIZAÇÃO	65
3.2.1 Museu Histórico Municipal Prof. Maria José França Foohs	66
3.2.2 Museu da Terra e da Vida	74
3.2.3 Análise comparativa.....	76
3.3 MEMÓRIAS COMPARTILHADAS	78
3.3.1 Moradores e moradores docentes	79
3.3.2 Docentes.....	90
3.3.3 Memórias em diálogo.....	96
3.4 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	99
3.4.1 Estruturas Kalito.....	99
3.4.2 Lajeado dos Monjolos	105
3.4.3 Queda d'Água	112
3.4.4 Lajeado Branco.....	133
3.4.5 Ocorrência Cerâmica 1	140
3.4.7 Ocorrência Cerâmica 2	143
3.4.8 Vestígios em discussão	145
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152

APÊNDICE.....	167
APÊNDICE 1 – RCLI (Registro de Consentimento Livre e Informado)	167
APÊNDICE 2 – Roteiro entrevista com moradores/as	169
APÊNDICE 3 – Roteiro entrevista com docentes	173
ANEXO	175
ANEXO 1 – Termo de Aprovação no Comitê de Ética.....	175

INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir traça um longo caminho entre memórias, territorialidades e materialidades que, quando reunidas, narram histórias plurais de um local, interligando-se. Essa pesquisa teve início em 2021, em meio a pandemia, quando comecei o Trabalho de Conclusão de Curso (Woehl, 2022) na graduação em Antropologia, com linha de formação em Arqueologia, na Universidade Federal de Pelotas, com a intenção de redescobrir minha cidade natal (Mafra, Santa Catarina) sob o viés arqueológico. Resumidamente, Mafra, não só enquanto município, mas também sua população, pouco sabia sobre seu patrimônio arqueológico, pelo menos não naquele momento, nem de forma direta ou sequer explícita. Ou seja, havia invisibilidade sobre a temática. Os dados sobre os bens arqueológicos estavam nas entrelinhas que aos poucos aprendi a perceber. Com o título de “Entre cacos, pessoas e histórias: revisitando a arqueologia do planalto norte de Santa Catarina”, o TCC descreveu linearmente os caminhos e pessoas que contribuíram e seguem contribuindo nessa trajetória. Na graduação, assim como neste Programa de Pós-Graduação da UFPR, a formação de Arqueologia é interligada à Antropologia, com as áreas andando lado a lado. Este é um traço que se busca aplicar na pesquisa desde 2021. E a jornada iniciada naquele período continua a ser ampliada nesta dissertação.

O recorte territorial desta pesquisa refere-se à localidade de Avencal do Meio, situada no distrito de Rio Preto do Sul, área rural do município de Mafra, no planalto norte do Estado de Santa Catarina.

Nesta região, quando se visualiza o contexto das narrativas históricas, há uma prevalência de discurso étnico-cultural que segue o processo histórico recente, com destaque para a imigração europeia enquanto ponto de ocupação inicial do território (Woehl, 2022). Ocorre uma disputa discursiva que inviabiliza atores sociais e identidades étnicas não europeias, concentrando-se nas raízes imigratórias e colonizadoras especialmente europeias dos séculos passados.

Ainda que se mencione brevemente na historiografia a presença dos povos originários, citando os indígenas das etnias Laklänõ e Kanhgág, que compõem a população Jê do Sul, estes são descritos enquanto a figura do

“outro”, de não pertencimento àquela terra ou como atores secundários, antagonistas. Priprá (2021) associa a falta de conhecimento quanto a história indígena, a cultura material e o patrimônio arqueológico, ao vazio existente na história da região (p. 35).

Essa ênfase na identificação hegemônica étnico-racial da área territorial se expressa através do site oficial da Prefeitura de Mafra na aba de “História” (Prefeitura de Mafra, [2025?]), em livros comemorativos, panfletos turísticos, monumentos, placas, ruas, praças, além de festivais, culinária e vestuários tradicionais. Há uma pluralidade de arquivos documentais históricos como fotografias, correspondências, notícias de jornais, relatórios ou arquivos de debates acadêmicos, entre outros mencionados por Santos (1997), além de filmes e acervos, em Instituições públicas e coleções privadas, como museus, que atestam a presença das populações Jê do Sul neste território que se ampliam a partir do século XIX até os dias atuais.

Além dos acervos em ambientes institucionalizados, outra fonte de coleta de informações se deu através da memória e oralidade das pessoas que habitam e/ou transitam nessa região. No cotidiano dos moradores da área rural de Mafra é possível identificar a presença histórica indígena em diversos momentos, seja através de lembranças da infância ou de histórias transmitidas, frequentemente associadas a locais em suas propriedades ou nas áreas circunvizinhas. A memória coletiva das comunidades locais vem preservando, informalmente, a existência de povos indígenas nesse território.

Neste local há o registro de um sítio arqueológico indígena nomeado “Queda d’Água”, cadastrado no banco de dados do Sistema de Informação e Controle de Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), somente em 2022. É, portanto, um município que as pessoas gestoras desconhecem, aparentemente, seu patrimônio arqueológico, pelo menos enquanto algo de relevância ou importância. Assim, utiliza-se a metodologia oportunística associada a arqueologia comunitária para desenvolver essa pesquisa, fazendo uso da interdisciplinaridade que a Arqueologia possibilita. Com base nos relatos orais, acompanhados ou não da indicação de áreas com vestígios arqueológicos, articulados com outros relatos e/ou dados etnográficos, históricos e museológicos, foi possível localizar e identificar estruturas, artefatos e demais bens arqueológicos.

A partir disso se delimitou a seguinte problemática de pesquisa: a ausência de reconhecimento e valorização da diversidade cultural, as memórias, heranças e saberes indígenas, particularmente as de povos de língua Jê, os Laklänõ e os Kanhgág, em áreas do município de Mafra (SC), podem impactar a presença indígena atual na região? E de que maneira essa ausência influencia a caracterização, preservação e proteção de bens arqueológicos, bem como o patrimônio material e imaterial relacionado às histórias indígenas de longa duração?

O objetivo geral da pesquisa é documentar o patrimônio arqueológico na localidade de Avencal do Meio com identificação e mapeamento de sítios arqueológicos, articulando fontes documentais históricas e a memória oral da população local, incluindo aqui os moradores atuais de Avencal do Meio e docentes de instituições de ensino do município. Como objetivos específicos pretendeu-se:

- I. Ampliar as discussões sobre as narrativas locais e a historiografia do município de Mafra, de forma a contemplar as diversas heranças culturais existentes;
- II. Mapear vestígios arqueológicos em Avencal do Meio a partir dos relatos dos moradores e moradoras;
- III. Analisar as relações entre as memórias orais locais e o patrimônio arqueológico.

Para seguir os caminhos de discussões interligadas em relação a etnicidades e materialidades, no primeiro capítulo são descritos os métodos utilizados em cada um dos contextos das etapas da pesquisa: na documentação histórica, nos acervos museológicos de dois museus, as entrevistas realizadas com os moradores e docentes, e o mapeamento e registro dos vestígios arqueológicos identificados.

No segundo capítulo é apresentado o recorte territorial da área de estudo. É realizada uma revisão de documentações históricas da região no século XIX e de pesquisas arqueológicas realizadas na região até os dias atuais.

No terceiro capítulo são apresentadas as informações específicas da localidade de Avencal do Meio que permeiam o âmbito das “coisas, pessoas e lugares”. Na primeira parte são apontados os resultados obtidos através das

noves entrevistas com os moradores de Avencal do Meio e sete docentes de dez instituições de ensino de Mafra. Na segunda parte são apresentados os acervos indígenas em dois museus da região. Na terceira parte é apresentado e descrito os quatro sítios arqueológicos identificados, ou já existentes, e as duas ocorrências cerâmicas na área de estudo.

No quarto e último capítulo são descritas as discussões, abordando a pluralidade étnica no território, com pessoas e espaços que interagem do passado ao presente, além de apontamentos para pesquisas futuras.

1 ÁREA DE ESTUDO – ONDE FICA?

1.1 MAFRA, SANTA CATARINA

1.1.1 Características ambientais

O recorte territorial da área de estudo (MAPA 1) refere-se à parte da localidade de Avencal do Meio, situada no distrito de Rio Preto do Sul, área rural do município de Mafra, inserida no planalto norte do estado de Santa Catarina. Inicialmente, Mafra era um distrito subordinado ao município de Rio Negro, Paraná. Após a Guerra do Contestado (Auras, 2015), em 1917, foi elevado à categoria de município e passou a integrar o estado de Santa Catarina.

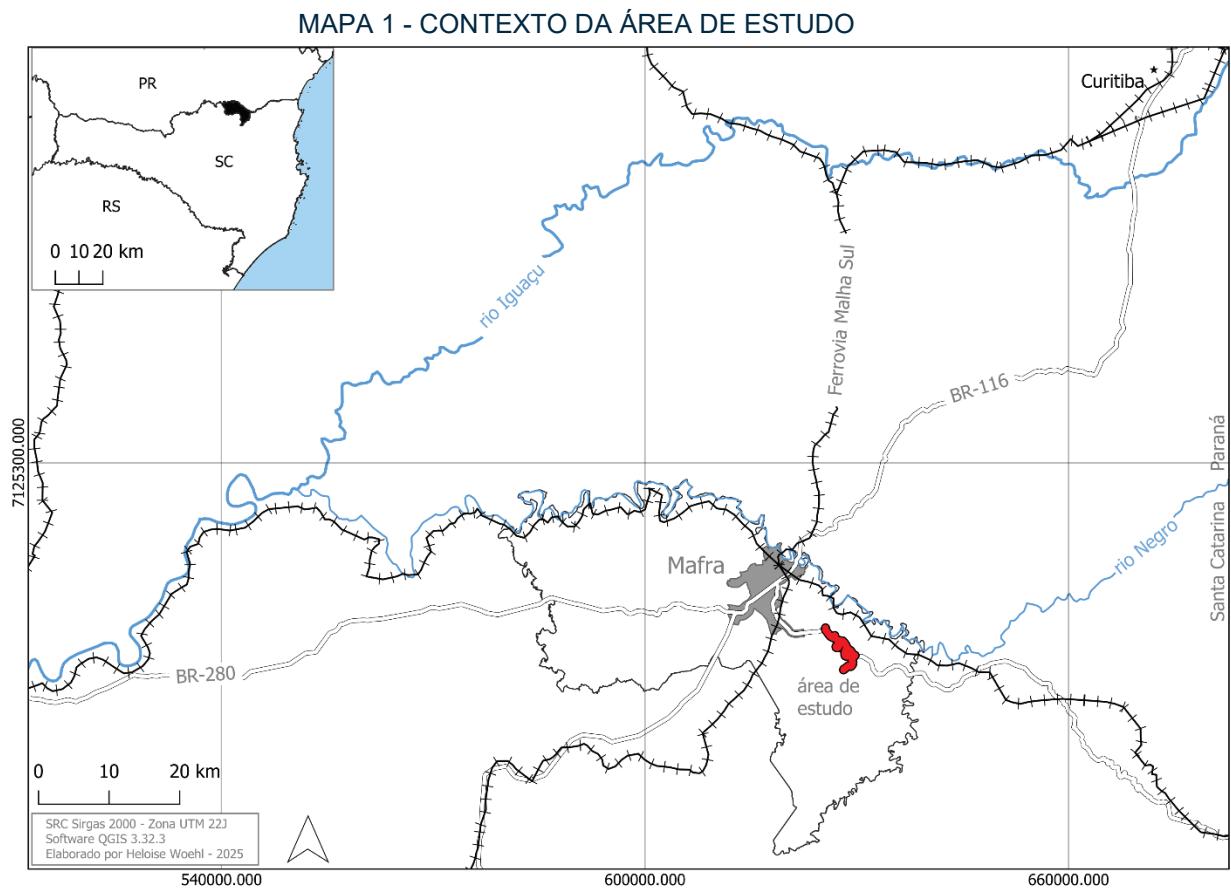
Após diversas mudanças nas nomenclaturas das divisões, em 2014, foi firmado o último acordo, que permanece em vigor até hoje. Desde então, o município de Mafra passou a ser constituído por três distritos: Mafra, Bela Vista do Sul e Rio Preto do Sul. Atualmente, a população de Mafra é de aproximadamente 55.286 pessoas, de acordo com o censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mafra se localiza em uma área estratégica de entroncamento rodoviário, sendo cortada pelas rodovias federais BR-116 e BR-280 (DNIT, 2023), além da malha ferroviária Rumo Malha Sul (DNIT, 2019). Entre as principais grandes cidades próximas estão a capital do Paraná, Curitiba, distante 116 quilômetros à nordeste (via BR-116), e Joinville (SC) a 135 quilômetros à leste (via BR-280). Já entre os municípios vizinhos fronteiriços há, em Santa Catarina, Rio Negrinho a leste, Itaiópolis ao sul, Papanduva a sudoeste e Três Barras a oeste, bem como, no Paraná, Antônio Olinto, Lapa e Rio Negro, ao norte. A proximidade com o município de Rio Negro é tão significativa que as cidades são reconhecidas e referidas em conjunto como “RioMafra”.

A divisão entre esses municípios se dá naturalmente pelo rio Negro, afluente do rio Iguaçu, que alimenta a foz do grande rio Paraná, na bacia do rio da Prata. No território catarinense, a região hidrográfica que engloba essa área é a RH5, correspondente ao Planalto de Canoinhas. O rio Negro, entretanto, é considerado um rio de domínio da União, pela localização fronteiriça. Dentro da

RH5 constam três bacias principais: Canoinhas, rio Timbó e os Afluentes Catarinenses do rio Negro, sendo esta última a que Mafra pertence, com cerca de 4.273 km² de extensão. Tal bacia tem sua nascente na Serra do Mar, fluindo de leste a oeste, tendo como seus afluentes os rios: São João, Butiá, São Lourenço, da Lança, Negrinho, Preto e Turvo (SIGSC; SIRHESC).

A localidade de Avencal do Meio tem o rio Negrinho como curso de água mais próximo. Ele pertence à Unidade de Gestão 6 (UG6) de Santa Catarina, o que lhe confere a característica de uma bacia hidrográfica de pequeno porte (< 1.000 km²), com tendência mediana a ocorrências de enchentes e inundações, mas com boa capacidade de drenagem. Após adentrar aos limites paranaenses, o rio Negro se torna pertencente a bacia hidrográfica Iguaçu, no Alto Iguaçu (SIRGSC; SIRHESC; Embrapa, 2004).



Em relação à geologia do município de Mafra predominam as rochas sedimentares da Bacia do Paraná. A unidade litoestratigráfica principal é a Formação Mafra, subdivisão Grupo Itararé, parte do Supergrupo Tubarão. Há o predomínio de arenitos finos a grosseiros, com expressivas áreas com

afloramentos (Embrapa, 2004; Weinschütz e Castro, 2004). Seu relevo é predominantemente ondulado, com presença de colinas e suaves elevações. As cotas altimétricas apresentam uma média de 800m acima do nível do mar. Segundo o IBGE (2023), Mafra é o 4º maior município catarinense em extensão territorial, somando uma área de 1.406km².

Essa região é caracterizada pela transição entre Mata Atlântica e os campos. Assim, a vegetação nativa em Mafra abrange florestas ombrófilas mistas com matas de Araucária, abrigando florestas subtropicais, com o característico pinheiro (*Araucaria angustifolia*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Com clima Subtropical Úmido, as temperaturas médias variavam entre 15 e 25 graus Celsius (IBGE; Embrapa, 2004), cenário esse que atualmente, devido a ebulação global (Artaxo, 2023), tem se alterado.

1.1.2 As populações de Mafra

Os povos da família linguística Jê do Brasil, em sua diversidade, na região sul, se incluem os povos Kanhgág e Laklänõ, considerando suas características culturais e linguísticas (Santos, 1973; Gakran, 2015; Ribeiro, 2021). Para além dos fatores linguísticos, estes se diferenciam na organização social, ritos de passagem, funerário e mitologia (Santos, 1993; Sprenger, 2023).

A arqueologia tradicionalmente se referiu aos vestígios Jê do Sul para reforçar a continuidade histórica entre as populações contemporâneas e seus ancestrais mais antigos (Noelli, 1999), perspectiva esta que a classificação tradicional através de tradições e fases não conseguiu.

Contudo, os debates mais recentes propõem uma revisão terminológica e conceitual de não se referir mais a povos Jê do Sul, mas sim *no Sul*. Esta troca não é meramente semântica, ela causa um deslocamento do foco de fixação territorial para reconhecer a alta mobilidade desses povos. Trata-se, assim, de uma arqueologia que investiga a temporalidade de sua presença *no Sul*, entendendo que seus vestígios são multilocalizados e que suas trajetórias frequentemente extrapolavam os atuais limites regionais, com evidências materiais documentadas em quase toda a totalidade do território brasileiro

(Araujo, 2007; Viana, 2010) até parte dos países vizinhos Argentina, Bolívia e Paraguai.

Essa mobilidade foi, na maioria das vezes, interpretada como nomadismo em decorrência das antigas descrições de que estes povos se deslocavam estacionalmente entre o litoral durante o verão e o planalto no inverno. No entanto, essas movimentações representavam muito mais que uma simples migração cíclica ao acaso, estava intrinsecamente ligada a um profundo conhecimento do espaço e no manejo ecológico intencional. Ou seja, esses povos estavam muito conscientes de onde estavam, para onde iriam e em que momento. Entretanto, essa mobilidade também foi intensamente reconfigurada como estratégia de fuga e resistência durante o violento período de colonização e da atuação dos bugreiros (Lavina, 1994; Fernandes, 2017).

A autodenominação desses povos reforça sua agência histórica frente as categorias coloniais. Os Kaingang, ou Cainguangue (Borba, 1908), anteriormente denominados como Coroados (Baldus, 1937; Becker, 1976; Mabilde, 1983), Guaianá (Becker, 1976), especialmente em narrativas entre os séculos XVIII e XIX, tem seu significado atribuído a “gente do mato”, ainda que estes não se identifiquem como tal, tendo para si mesmos como identidade as metades complementares exógamas, patrilineares e matrilocais (Baldus, 1937) Kamé e Kairú (Fernandes, Piovezana, 2015). Atualmente, segundo o Instituto Socioambiental, a autodenominação adotada por este povo é de Kanhgág (Tommasino, Fernandes, 2001), sendo a utilizada nesta pesquisa.

Há também os chamados na antiga bibliografia de Botocudos, Bugre, Aweikoma, Schokleng, Xocrém, Xokleng, Lakranó e Kaingang (Hanke, 1947; Urban, 1978; Santos, 1997; Lavina, 1994), que atualmente se reconhecem e autodenominam Laklänõ. Essa identificação significa “povo que caminha em direção ao Sol” ou “povo do Sol” (Gakran, 2005, 2015; Priprá, 2021), e é a adotada na pesquisa.

Urban (1979) menciona a existência de três subgrupos, cuja escrita Priprá (2021) corrige: os *Kókózü to pláj*, localizados próximos ao município de Porto União, mais a oeste de Santa Catarina, na divisa com o Paraná; os *Laklänõ*, habitantes da porção central, ao longo do rio Hercílio, perto do município de Ibirama; e os *Ãggyn*, situados na serra do Tabuleiro, em direção ao litoral. Segundo Priprá (2021), após os períodos tumultuados da colonização e as

numerosas mortes ocorridas, os sobreviventes dos subgrupos se reuniram e decidiram adotar como identidade o grupo com maior número de integrantes, ficando assim como Laklänõ.

Os hábitos alimentares dos Laklänõ e Kanhgág apresentam semelhanças e refletem um profundo conhecimento e interação com o ambiente, moldado ao longo de gerações. Esses povos buscavam as matas de araucária, onde cultivavam uma relação ativa com a paisagem. O pinhão destaca-se como uma das principais bases alimentares, ao lado de uma diversidade de recursos, como mel, larvas, frutos e palmitos crus e cozidos (Lavina, 1994; Ribeiro, 2021; Corteletti, DeBlasis, 2024). A caça de animais atraídos por essas áreas, como antas, macacos, porcos, onças, cervídeos e aves (Lavina, 1994), demonstra sua habilidade em manipular e preservar os ecossistemas locais.

O território tradicional destes povos não é definido por limites de terras, mas engloba a região da Mata Atlântica, do litoral até o planalto, especialmente nas áreas caracterizadas pela presença da Araucária (Becker, 1976; Lavina, 1994). Aos Laklänõ é descrito que, a sul, se estende até o final da Mata Atlântica, próximo de Osório, no nordeste do Rio Grande do Sul; a oeste até o rio Uruguai, nas proximidades dos campos de Lages; ao norte o rio Iguaçu, no sul do Paraná; e a Leste a faixa costeira (Lavina, 1994). Priprá (2021), em sua pesquisa que mapeia os locais de memória do seu povo [Laklänõ], identifica os lugares de passagem e os locais de destaque, estando incluídos os municípios de Papanduva, Mafra e Rio Negro, na posição centro-norte no mapa. Os Kanhgág têm também seu território atrelado aos locais com presença de florestas de pinheiro, aos campos e cabeceiras dos principais rios, nas áreas de planalto (Becker, 1976), com maior predominância atual na região oeste do estado de Santa Catarina (Brighenti, 2012; Fernandes, Góes, 2017). Estes compõem uma das etnias mais numerosas do país, tendo cerca de 51.000 pessoas (Tommasino, Fernandes, 2021) habitando atualmente áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Tommasino, Fernandes, 2021), com este último sendo o mais habitado (Ribeiro, 2021).

Os Jê no Sul têm uma relação profunda com as florestas de araucárias, sendo responsáveis pelo manejo que moldou as paisagens da região (Parellada, 2005; Robinson *et al*, 2024; Corteletti, DeBlasis, 2024). Estudos interdisciplinares de paleoecologia e arqueologia mostram como essa influência antrópica afetou

a dinâmica ambiental, especialmente na expansão das florestas de araucárias (Fernandes, 2017; Gerhardt, 2018; Robinson *et al*, 2024). A partir de cerca de 1.500 anos atrás, o aumento da umidade favoreceu o crescimento dessas florestas sobre os campos, impulsionado por queimadas e manejo humano, o que sugere que o ambiente foi, em parte, manejado por seres humanos (Robinson *et al*, 2024). A expansão das florestas resultou em uma maior biomassa alimentar, especialmente pinhão, atraindo mais animais e possibilitando a formação de grandes aldeias permanentes. A ocupação inicial ocorreu nas áreas mais baixas e ricas em florestas, seguida pela domesticação progressiva do espaço, resultando em uma arquitetura da paisagem (Robinson *et al*, 2024; Corteletti, DeBlasis, 2024). Assim, a alimentação dos Laklänõ e Kanhgág não reflete apenas suas práticas de caça e coleta, mas também sua capacidade de transformar e enriquecer o ambiente em que vive.

Já atualmente, em narrativas veiculadas pela prefeitura municipal de Mafra, a história do território começa somente no século XVIII com a chegada dos primeiros europeus: imigrantes alemães, poloneses, italianos, bucovinos, tchecos e ucranianos, sendo destacado no site¹ que formaram a atual identidade étnica da região. Em 2017, para celebrar o centenário da Pérola do Planalto, apelido dado ao município, foi inaugurado um marco arquitetônico (FIGURA 1) que demarca como o Portal de Mafra. No topo do portal, uma pérola é sustentada por mãos decoradas com as cores das bandeiras dos países vinculados aos imigrantes europeus vindos no século XIX (Lisboa, 2020).

Em 2019 foi inaugurado o Espaço Étnico Cultural e Gastronômico, cuja fachada do edifício também remete as cores dos países imigrantes. Este espaço foi pensado para integrar a programação da Festa das Etnias do município e promover a valorização da cultura e turismo local. Atualmente, existem diversos grupos étnicos folclóricos que preservam e divulgam suas tradições através de danças e apresentações (Lisboa, 2020).

¹ [Prefeitura de Mafra - História](#)

FIGURA 1 - À ESQUERDA, FOTO DO MONUMENTO AO CENTENÁRIO DE MAFRA. À DIREITA, FOTO DA FACHADA DA CASA DAS ETNIAS



FONTE: Lisboa (2020).

Desde 2015, Mafra conta com a aldeia urbana *Ven Kanér*, formada por indígenas da etnia Kanhgág que se deslocaram de Chapecó (SC) e residem atualmente no terreno ao lado da Rodoviária do município. O local, que desde 1984 funcionava como acampamento para a venda de artesanato, foi retomado como moradia após três décadas. A cidade constitui um ponto de memória para esse povo, fato que motivou a decisão de ali se estabelecerem.

No início de 2024, um grupo de Kanhgág, que também havia migrado de Chapecó no ano anterior, iniciou a retomada de um território oferecido pela Funai – por meio de sua Superintendência Regional Sul – na zona rural de Mafra, nas proximidades da divisa com Três Barras (SC). O território foi nomeado como *Rã Jur* (Novo amanhecer) e, naquele primeiro momento, residiam cinco famílias.

A chegada desses indígenas gerou reações hostis de parte dos moradores da região e telespectadores nos principais canais de notícia do município, sendo percebido também em conversas cotidianas, refletindo a visão preconceituosa de parte da população não indígena. O incômodo manifestado diante da presença de famílias culturalmente diversas, que ocupam um espaço visível no território, evidencia a formação das categorias do "eu" e do "outro". Neste contexto, o etnocentrismo, conforme discutido por Rocha (1988), torna-se um elemento central, pois expressa a tendência de avaliar outras culturas a partir de padrões próprios, geralmente considerados superiores. O medo do

desconhecido e do diferente leva a ataques verbais e físicos, que são naturalizados por grande parte dos moradores. Assim, a visão do "eu" como ser civilizado e superior se sobrepõe à do "outro", frequentemente rotulado como atrasado ou selvagem, perpetuando a exclusão de grupos culturalmente distintos. Tal dinâmica está relacionada a uma visão estruturalmente constituída no imaginário da imigração dos séculos XIX e XX, que compreendia o indígena como alguém a ser expulso do território colonizado ou nele incorporado por meio de processos de "civilização".

Posteriormente, no início de abril de 2025, em decorrência de divergências internas em *Rã Jur*, dez pessoas mobilizaram-se e estabeleceram uma ocupação denominada *Ketajug*, nos fundos da Escola Agrícola de Mafra, na zona rural do município. De acordo com ação judicial citada pela imprensa, o grupo, que havia recusado uma área oferecida pela União, teria rompido o cadeado do portão escolar e adentrado o imóvel após ter um documento, que alegava autorizar a ocupação, considerado inválido (TJSC, 2025; SC em Pauta, 2025). O ocorrido gerou apreensão na comunidade escolar e ampla repercussão social, levando alguns pais a transferirem seus filhos da instituição. A ocupação chegou a contar com sala de aula para suas crianças, entretanto, dois meses depois de adentrarem o local, a ocupação encontrava-se abandonada, com alguns indígenas tendo retornado a *Rã Jur* e outros se deslocado a outras cidades.

1.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA HISTÓRICA

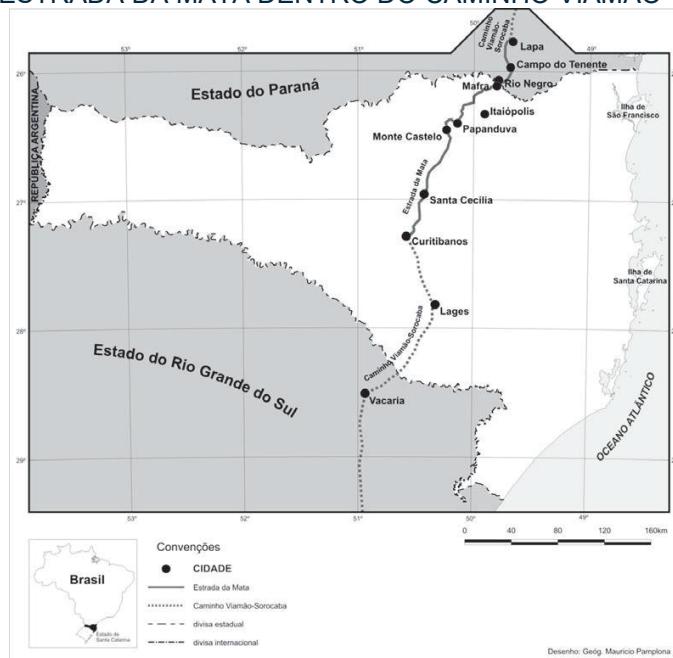
Com o estímulo do Governo Imperial Brasileiro, o século XIX foi marcado pelo "progresso civilizatório" das colônias, através da colonização do território nacional por imigrantes, especialmente europeus, incluído aqui o território que hoje é Mafra. Segundo Carola (2010), as empresas colonizadoras na Europa promoviam uma imagem idealizada da América, apresentando-a como local de lucros promissores e territórios prósperos, com uma "utopia de construir um novo mundo" (p. 562). Os que imigraram, então, vieram com "a falsa ilusão de lugar vazio a ser desbravado" (Priprá, 2021, p. 16), mas como os estudos da arqueologia do sul do Brasil apontam, essa região e arredores é povoada desde

o holoceno inicial (Schmitz, 2017; Reis *et al*, 2018; Ballejo *et al*, 2022; Hadler, 2023), além de todos os relatos históricos sobre o choque entre povos nativos e imigrantes, como veremos adiante.

Consoante a isso, neste recorte territorial, ocorria o tropeirismo, que prevaleceu do século XVII até o final do século XIX, sendo uma atividade comercial itinerante que desempenhou um papel crucial na movimentação e colonização do interior brasileiro. Esse comércio envolvia o transporte de gado, cavalos e mulas dos pampas gaúchos para a capitania de São Paulo, onde eram vendidos nas feiras pecuárias. A principal rota de exportação no sul partia de Viamão (RS) e tinha como destino final Sorocaba (SP), que se estabeleceu como um ponto de encontro para fazendeiros, tropeiros e comerciantes (Herberts, 2009; Goularti Filho, 2012).

A necessidade de estradas adequadas para esse trajeto levou à abertura de rotas que cruzavam nas matas, campos e pampas, como a rota Viamão-Sorocaba, que em parte coincide com a rodovia federal BR-116 e a Ferrovia Malha Sul. Essa rota passava pelo atual município de Santo Antônio da Patrulha (RS), seguia até Vacaria (RS), cruzava Lages (SC) e avançava até Curitibanos (SC), continuando por Papanduva (SC), Mafra (SC), Rio Negro (PR), Campo do Tenente (PR) até Curitiba (PR) e, finalmente chegava a Sorocaba (Goularti Filho, 2012).

MAPA 2 - ESTRADA DA MATA DENTRO DO CAMINHO VIAMÃO-SOROCABA



FONTE: Goularti Filho (2012).

A Estrada da Mata percorria em grande parte o que, por muitos anos, foi considerado território de Rio Negro, abrangendo os atuais municípios de Rio Negro e Campo do Tenente, além de Santa Cecília, Papanduva e Mafra até Lages, em Santa Catarina. Manter essa rota em funcionamento era desafiador devido à densa vegetação e aos conflitos com os indígenas Kanhgág e Laklänõ da região, que eram frequentemente vistos como obstáculos. Esses desafios eram descritos nos relatórios anuais enviados à Província, que incluíam indicadores de progresso. Entre as dificuldades mencionadas estavam os problemas com as estradas e os meios de transporte, além dos constantes ataques de “gentios e/ou bugres” (Carola, 2010, p. 556).

Nos Catálogos Seletivos de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial de 1853 a 1982, disponibilizados *online* pelo Arquivo Público do Paraná (2007; 2009) é possível identificar alguns dos “obstáculos à colonização” citados anteriormente. Lima (2018) realiza uma análise semelhante, mas com foco no município de Três Barras. Entre os registros, constam variadas reclamações, com predominância dos ataques indígenas, assim como os problemas no deslocamento pela Estrada da Mata.

Como solução para esses “desafios”, os tropeiros solicitaram ao D. João VI a construção de uma estrada que cortasse a mata. Isso resultou na derrubada de uma faixa de mata para passagem dos animais e clareiras para o repouso das tropas. Essa intervenção acabou por contribuir na formação das atuais cidades (Goularti Filho, 2012), como o caso de Rio Negro.

A construção, e subsequentes revitalizações na estrada, intensificaram os confrontos violentos entre tropeiros e indígenas. Isso motivou o comando da vinda de imigrantes do Império Germânico em 1829. Estes fundaram vilas e mercantilizaram a região, como era incentivado pelo Governo Imperial (Carola, 2010; Goularti Filho, 2012). Na segunda metade do século XIX, novas ondas de imigração ocorreram, desta vez com a chegada de italianos e outros grupos europeus que buscavam novas oportunidades econômicas e sociais.

A partir de 1867, a introdução das ferrovias, impulsionadas pela produção cafeeira e pela exploração madeireira, começou a dominar o transporte. A expansão das ferrovias chegou a Rio Negro em 1895, reduzindo gradualmente a importância da Estrada da Mata para seu propósito inicial e transformando-a

em um ponto estratégico para a expansão territorial na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná (Goularti Filho, 2012).

De Capela da Mata, em 1828, à Freguesia do Senhor Bom Jesus de Rio Negro, em julho de 1838, o município de Rio Negro passou em 1870 à categoria de Vila. Em 1916, após o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná, Rio Negro foi desmembrado, resultando na criação dos municípios catarinenses de Mafra, Itaiópolis e Três Barras. Esse acordo foi uma consequência (Auras, 2015) da Guerra do Contestado (1912-1916), cujas raízes remontam a 1853, quando a Província do Paraná se separou de São Paulo, gerando disputas territoriais com os estados vizinhos (Goularti Filho, 2012).

Urban (1978) relata que, em algum momento anterior a 1840, os Laklänõ se deslocaram da porção centro-leste do Paraná em direção ao sul, cruzando o rio Negro até a margem esquerda, onde hoje é Santa Catarina. O autor levanta algumas possibilidades para o deslocamento, que vão desde razões ligadas a confrontos tidos com outro grupo indígena (narrado em Urban, 1978, p. 342) até essa forte pressão expansionista e colonizadora do governo nacional.

O conflito com as frentes de expansão nacional persistiu até meados de 1940. Durante esse período de um século, os Laklänõ e Kanhgág se encontravam com cada vez menos espaço e áreas de mata, tradicionais, para as roças e o manejo florestal. As relações entre esses grupos eram pacíficas de certo modo, as disputas não eram quanto a território, mas pelas mulheres dos grupos indígenas, tanto que eventuais encontros entre os grupos eram realizados (Lavina, 1994; Priprá, 2021).

À medida que os grupos indígenas foram cercados pelas frentes de colonização imperiais e republicanas e sua restrição territorial se acentuou, ocorreu uma proximidade forçada entre os diferentes grupos e subgrupos indígenas (Lavina, 1994; Priprá, 2021). Isso intensificou não apenas os conflitos internos como os externos, em ambos os casos pela disputa de território e sobrevivência. No Rio Grande do Sul, a pressão da crescente colonização levou muitos Laklänõ a migrar para Santa Catarina, que se tornou o único estado a abrigar o grupo por um período significativo (Lavina, 1994; Gakran, 2005, 2015).

Em pesquisa realizada no ano de 1994, Lavina elabora um compilado de dados etnohistóricos sobre a presença Laklänõ no território catarinense. Citando obras que referenciam períodos de 1797 (Matos, 1858 *apud* Lavina, 1994) até

1892 (Hensel, 1892 *apud* Lavina, 1994), a síntese dos relatos destaca principalmente a resistência indígena aos colonos. Além desses confrontos, os dados incluem informações sobre a localização dos indígenas, suas características físicas, as mobilidades e comportamentos naqueles intervalos temporais (incluindo nomadismo e práticas de caça e coleta), armamentos e estratégias utilizadas, habitações e cultura material. Alguns relatos mencionam o planalto norte catarinense, como Aubé (1847 *apud* Lavina, 1994), que se refere às matas do norte de Santa Catarina, e Pitanga (1916 *apud* Lavina, 1994), que menciona um ataque de Bugreiros em 1882 a um acampamento Laklânõ próximo ao Rio Negro, no norte de Santa Catarina.

“Bugreiro” era o termo utilizado para se referir aos mercenários contratados para caçar indígenas. Estes representam não somente a instrumentalização da força para a execução de um projeto colonial, mas também a desumanização dos povos nativos, reduzindo à obstáculos ao progresso econômico. Essas caçadas foram responsáveis pelo genocídio dos grupos indígenas em terras catarinenses (Lavina, 1994; Santos, 1997; Noelli, 2000; Gakran, 2005, 2015; Brighenti, 2012; Fernandes, 2017; Priprá, 2021).

Também conhecidos por “batedores do mato”, os bugreiros foram incentivados e patrocinados pelo governo estadual, tornando-se uma profissão popularizada e aumentando o número de mercenários, o que resultou em ataques cada vez mais frequentes e violentos (Noelli, 2000; Gakran, 2005, 2015; Brighenti, 2012; Priprá, 2021). A justificativa para tais atos seguia o discurso de beneficiar a economia, e o indígena, considerado como atrasado e, principalmente, ocupante de terras que não lucravam conforme a demanda republicana (Santos, 1997; Noelli, 2000; Gakran, 2005, 2015; Brighenti, 2012; Oliveira, 2016; Patté, 2020; Priprá, 2021). Essa popularização revela um pacto social que normalizava a violência como meio de alcançar objetivos econômicos. A conivência estatal não apenas alimentou o crescimento desse “ofício”, mas também consolidou uma narrativa que desprezava os direitos e a humanidade dos indígenas.

Como evidencia Carola (2010), durante esses períodos turbulentos, é preciso destacar a resistência indígena, que era tão significativa que os Relatórios do Governo Imperial e da Província de Santa Catarina a consideravam um obstáculo de grande dimensão.

Os massacres dos Bugreiros prosseguiram ativamente até 1910, quando surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão governamental que, em teoria, entraria para civilizar e integrar nacionalmente os povos indígenas (Urban, 1978; Lavina, 1994; Santos, 1997; Noelli, 2000; Gakran, 2005, 2015; Brighenti, 2012; Tschucambang, 2020; Ingaclã, 2020; Priprá, 2021). Suas ações foram o de realocar e concentrar indígenas em reservas com o pretexto de unificá-los, ao mesmo tempo em que liberava terras para ocupações de imigrantes. Essa abordagem apenas intensificou os conflitos entre indígenas e não indígenas.

Quando a comunidade Laklänõ passou por esse processo de “pacificação”, em 1918, restavam somente 50 sobreviventes, segundo Urban (1978). O tempo de vida do SPI teve seu fim quando, em 1967, com a lei 5.371, se instituiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que segue ativa até os dias atuais.

Infelizmente, grande parte da imagem do indígena atualmente é consequência da construção realizada durante o período da colonização nacional. Obra também iniciada pelos Relatórios do Governo e Província, cujas descrições da resistência indígena, sempre referenciada enquanto “ataques”, eram “representados na forma clássica do modo de ver a cultura ocidental: mundo selvagem *versus* mundo civilizado” (Carola, 2010, p. 557). O autor observa que, para os padrões dos séculos XIX e XX, a colonização em Santa Catarina alcançou o completo sucesso. No entanto, ele mesmo reflete que esse sucesso, enaltecido pela historiografia positivista, foi alcançado às custas da destruição dos recursos ambientais, e pelo massacre de grupos indígenas (Carola, 2010).

1.3 HISTÓRICO E DISCUSSÕES SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

Durante o quinto e último ano de pesquisa pelo Pronapa (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), a região do planalto norte de Santa Catarina foi mencionada pela primeira e única vez, com referência ao planalto de Canoinhas (Piazza, 1974). A região é interrelacionada ao litoral catarinense, enfatizando a presença de caminhos entre as áreas e identificando a presença

de seis sítios, que incluem áreas de habitações e oficinas líticas da fase pré-cerâmica Itaió, da Tradição Arqueológica Umbu (Piazza, 1974).

Piazza (1974) caracteriza essa fase pela presença de indústria lítica associada a grutas e abrigos sob rocha, localizados às margens de cursos d'água e/ou nascentes. Dos seis sítios identificados, quatro localizam-se no entorno do rio Hercílio; um nas proximidades do rio Preto e o último no rio Pintado (MAPA 3).

Foi elaborado um mapa (MAPA 3) contendo os sítios descritos por Piazza e os sítios arqueológicos indígenas registrados, até a presente data, nos bancos de dados do SICG e CNSA do IPHAN (QUADRO 1).

Foram selecionados os registros localizados abaixo do rio Iguaçu, e ao sul os limites correspondem à região do planalto norte catarinense. Registros ao sul, próximos à divisa da região, foram incluídos. Cadastros cuja posição geográfica não foi possível identificar, como os do Piazza, ou aqueles cuja descrição incluía a distância com relação a rios menores, que fossem possíveis estimar a localização, foram incluídos e identificados no mapa, quando for o caso.

Na categoria Acampamento, há somente um sítio, o “Acampamento UHE Salto - Caxias” em Campo Alegre (SC). Na ficha de cadastro não constam mais informações.

Das oito estruturas semissubterrâneas, uma está localizada em área de floresta experimental da Embrapa, em Caçador (SC), no sítio “Rio Caçador”. Em Doutor Pedrinho (SC), medindo 11 m de diâmetro, a estrutura identificada em 2014, “Doutor Pedrinho I²”, está situada na meia encosta, a 660m de altitude e apresenta área de 121m². Em Mandirituba (PR), o sítio “PR Mandirituba 01”, conta com três estruturas em um raio de 100m. Em Rio dos Cedros (SC), há a estrutura circular “Estrutura subterrânea Alto Pomerano 01”, de 2012, medindo 5m de largura e comprimento. As demais estão em Timbó Grande (SC), estando todas próximas geograficamente. O sítio “Café 1” abriga um conjunto de três estruturas de cerca de 5m de diâmetros e 2m de profundidade cada, com duas

² No CNSA, há dois registros com o mesmo nome, mas códigos distintos, ambos cadastrados no mesmo dia e com menos de um minuto de diferença. Ao comparar as informações, verificou-se que o registro com o código “CNSA SC01776” é o correto pois, além do horário, as medidas são compatíveis.

possivelmente sendo germinadas. A estrutura “Café 3” apresenta 7m de diâmetro com 1,5m de profundidade. O sítio “Café 8” apresenta um conjunto de três estruturas, possivelmente germinadas, com 5m de diâmetro e 1,5m de profundidade. O conjunto de estruturas germinadas “Café 9” apresenta 8m de diâmetro e 2m de profundidade em cada estrutura.

Estruturas subterrâneas são depressões no terreno, escavadas em rochas em decomposição ou em terras compactas, com profundidades que variam de 50cm a 8m, e 2m a 20m de diâmetro. Para aquelas mais profundas, o terreno subterrâneo se mantém, já para aquelas mais rasas, utiliza-se semissubterrâneas (Corteletti, 2012, p. 68). No Brasil, ocorrem desde o sul de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, de forma isolada ou em aglomerados de dois a mais de 35 unidades, em disposições circulares, lineares, retangular, triangular ou irregular. Os formatos variam, com os principais sendo circulares, semicirculares, elipsoides e irregulares. São características de partes mais elevadas do planalto, aparecem em encostas e declives, especialmente em morros que formam nascentes, em altitudes que variam de 600m a 900m (Reis, 2002; Corteletti, 2006; Reis, 2007). São associados às funcionalidades de uso como habitação (Reis, 2007; Wolf e Machado, 2018), armazenamento e locais de grandes encontros (Reis, 1980; Lavina, 1994), ou seja, assentamentos de espaços domésticos de atuação (Saldanha, 2005; Wolf e Machado, 2018). Parellada (2005) também discute seu uso para sepultamentos. Historicamente, essas estruturas são associadas aos povos Jê no Sul.

Neste mesmo contexto citado acima, há os montículos funerários e aterros anelares (muros de terra) que compõem parte das práticas funerárias associadas aos Jê no Sul (Souza, 2011). Com registros de três montículos funerários, o primeiro de 2014, “Itaiópolis I”, situado no município de mesmo nome, é descrito erroneamente na sua síntese nos bancos de dados como um dançaro. Esse sítio trata-se na realidade, conforme detalhado no item de outras observações na ficha, de um montículo funerário, com 10m de diâmetro ao centro e 1m de largura, situado na meia encosta a 950m de altitude. Os outros dois estão em Timbó Grande (SC), com o sítio “Café 6” medindo 15m de diâmetro na estrutura anelar e no montículo 5m de diâmetro e 0,7 m de altura. O “Café 7” apresenta as mesmas medidas, tendo 1m a menos de diâmetro na estrutura anelar que a anterior.

Dos dois sítios de oficina lítica, o “Queda d’Água”, em Mafra (SC), já mencionado anteriormente, é um deles. Se trata de um sítio de oficina lítica a céu aberto com presença de polidores, sulcos e afiadores em afloramento rochoso. Este sítio será aprofundado na seção 3.4.3. O segundo, localizado em Rio dos Cedros (SC) e registrado como “Alto Palmeiras 1”, é descrito como um afloramento horizontal de arenito com diversas cavidades ou depressões distribuídas na área do lajedo, o qual é atravessado por um córrego.

Oficinas líticas, ou amoladores-polidores fixos, correspondem a locais onde atividades de polir e/ou amolar, ou seja, afiar objetos líticos, deixou marcas na superfície rochosa, sob a forma de depressões e/ou sulcos (Tenório, 2003; Herberts et al 2006; Scheel-Ybert et al, 2011; Sophiati, 2011; Silveira et al, 2012; Oliveira, 2013; Silva-Santana et al, 2013; Oliveira, 2013; Pereira, 2021). Na literatura, tais estruturas permeiam um debate sobre serem ou não objetos passivos (Sophiati, 2011), uma vez que não constituem artefatos propriamente fabricados, mas sim objetos complementares ao processo técnico (Laming-Emperaire, 1967).

Laming-Emperaire (1967) descreve detalhadamente o contexto e morfologias deste tipo de sítio:

Bloco de rocha, escolhido por suas qualidades físicas particulares (arenito, basalto, etc), sempre muito maior do que o objeto ou a parte do objeto a ser polida. As superfícies gastas vão se aprofundando, pouco a pouco, em formas variadas: inicialmente planas ou ligeiramente côncavas, elas podem adquirir formas imprecisas com proporções maiores, em negativo, dos objetos que nela foram polidos. O polimento das faces de uma lâmina de machado formará depressões ovais, o de um gume deixará longos sulcos de secção triangular, etc. [...] Sobre certos afloramentos rochosos pode-se observar numerosas depressões de polimento, umas largas e ovais, outras alongadas, de secção triangular. Neste caso, trata-se de um verdadeiro atelier de polimento de lâminas de machado, onde foram fabricadas as lâminas e suas faces e gume, polidos (p. 86).

Os sítios cerâmicos, no município paranaense de Mandirituba (PR), são multicomponenciais, apresentando cerâmicas indígenas e históricas. Em “Kinzim Paraguay” os fragmentos cerâmicos indígenas são descritos como de pequena espessura, com alguns tendo coloração avermelhada. No “Silveira” é descrito uma diversidade de fragmentos cerâmicos assim como no sítio “Mandirituba”. Em Piên (PR), o sítio “Augustus” apresenta fragmentos cerâmicos dispersos na superfície da área.

Sítios cerâmicos são compostos pela presença de vasilhames, tigelas, cachimbos, entre outros artefatos cerâmicos, inteiros ou, mais comumente, fragmentados. Especificando a cerâmica Jê, esta pode ser caracterizada, geralmente, por coloração escura, do marrom ao preto, com predominância da superfície lisa, espessura fina e dimensões pequenas, mas de grande complexidade tecnológica (Miller Junior, 1978; Sprenger, 2023). As formas mais conhecidas são de vaso com colar, tigelas, garrafas, travessas e tigelas rasas. Seus usos variavam entre cozinhar, armazenar e transportar.

Os próximos categorizam-se em sítio lítico, que são compostos pela presença de vestígios de pedra lascada e/ou polida (Inizan, 2017). Utensílios líticos apresentam funções que podem ser de cortar, bater, furar, raspar, cavar ou lançar. Suas variações são de pontas de projétil, lâminas de machado, mão de pilão, mó, raspadores, lascas (refugo da fabricação, ou seja, do lascamento dos utensílios), entre outras tantas.

“Itaiópolis 2”, localizado em um topo aplainado próximo de um curso d’água, conta com materiais líticos lascados em sílex e arenito, pontas de projétil, raspadores e mão de pilão. “Santa Teresinha”, em Canoinhas (SC), localiza-se em base de colina, a 772 m de altitude e apresenta lítico lascado. O sítio lítico superficial de “Doutor Pedrinho 3” apresenta lascas em quartzo e variações de calcedônia, com uma ponta de projétil identificada. O de “Doutor Pedrinho 2” se assemelha as matérias prima citadas anteriormente, com o acréscimo de lascas de arenito silicificado. Já no município de Santa Terezinha (SC), o sítio “São João do Mirador” conta com lascas e pré-formas, além de um fragmento de mão de pilão. Por fim, há o “Campestre” em Porto União (SC), que apresenta líticos lascados numa área de 1.024 m².

Há os sítios lito-cerâmicos, apresentando 14 registros, sendo quando ocorre tanto a presença de vestígios líticos quanto cerâmicos. Em São Bento do Sul (SC), os sítios “Rio Natal 1” e “Rio Natal 2”, localizam-se em terreno ondulado em um pequeno morro, onde identificaram materiais cerâmicos liso e pequenas quantidades de líticos. Em Mandirituba (PR) os sítios apresentam fragmentos cerâmicos, tendo no “Campim” também a presença de líticos lascados e no “Rio da Várzea” líticos polidos. Em Agudos do Sul (PR), o sítio “S-01” está na superfície de uma média encosta, com presença de fragmentos cerâmicos e de líticos lascados e polidos. Os demais nove sítios, identificados na década de 60

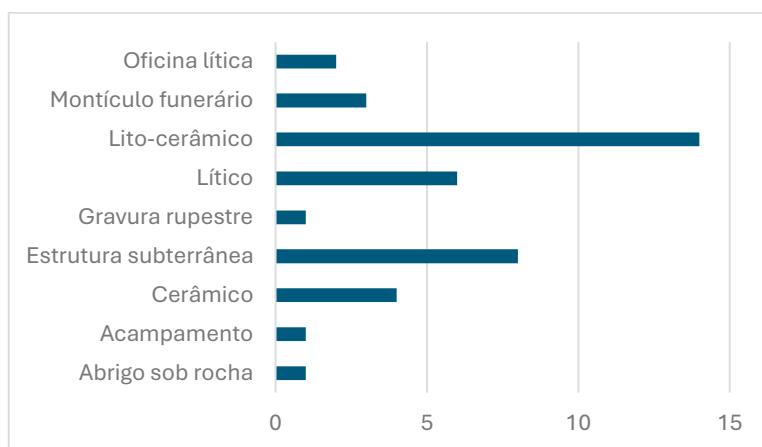
por Chmyz (1969), estão no município de Lapa (PR). Nomeados como “Paredões; Capão Bonito 1, 2, 3 e 4; Plantação de fumo 1 e 2; Rio Capivari 1 e 2”, todos apresentam fragmentos de cerâmicas e líticos lascados e polidos, identificados em superfície e profundidade.

Sítios com gravuras rupestres, também conhecidas por registro rupestre ou petróglifos, são caracterizadas por formar um “*conjunto de imagens produzidas sobre suportes rochosos abrigados [...] ou ar livre*”, através da técnica de “*remoção ou abertura da superfície rochosa, a exemplo da picotagem e da abrasão*” (Viana, et al, 2016, p. 1). Como único exemplar de sítio com presença de gravuras rupestres há o “Miguel Bernardino Macedo”, em paredão de arenito, localizado no município de Rio do Campo.

As fichas dos sítios identificados em Lapa, com exceção de “Paredões”, não constavam localização espacial. Porém, utilizando da descrição e da proximidade com o riacho Santa Clara, foi possível posicionar no mapa um identificador para representar todos.

Além destes, há ainda o sítio “Irineópolis I”, sendo o único a ficar de fora do mapa pela não localização da sua posição geográfica e que, portanto, será somente descrito aqui. É um Abrigo sob rocha em arenito, no meio da mata, identificado por Rohr em 1899, cujas medidas na entrada medem 5,50m por 3,30m, com 17m de comprimento ao fundo. Abrigos sob rocha são locais abrigados das intempéries junto a paredões rochosos que podem apresentar vestígios de ocupação humana (Piazza, 1974), gravuras rupestres (Lavina, 1994) e sepultamentos (Lavina, 1994).

GRÁFICO 1 - SÍTIOS POR CATEGORIA



FONTE: A autora (2025).

Assim, há 40 sítios do tipo pré-coloniais cadastrados nesse recorte geográfico. Com base nesses dados é evidente que a presença de sítios lito-cerâmicos predomina na região, totalizando 14 registros (35%), seguido das estruturas subterrâneas que agrupam oito registros que representam 20% dos tipos de sítios da região e, em terceira posição, os sítios líticos com seis registros, sendo 15%.

Destes sítios, 23 são provenientes de pesquisas ligadas ao licenciamento ambiental, nove de pesquisas ligadas ao Pronapa, dois no período pós Pronapa por ex-membros, um aparece enquanto parte de projeto de recadastramento de sítios, e o restante não foi possível identificar. A necessidade de maiores pesquisas são fundamentais para ampliar o escopo de estudos na região, a qual ainda conta com amplos espaços em branco, sinalizando a falta de pesquisas.

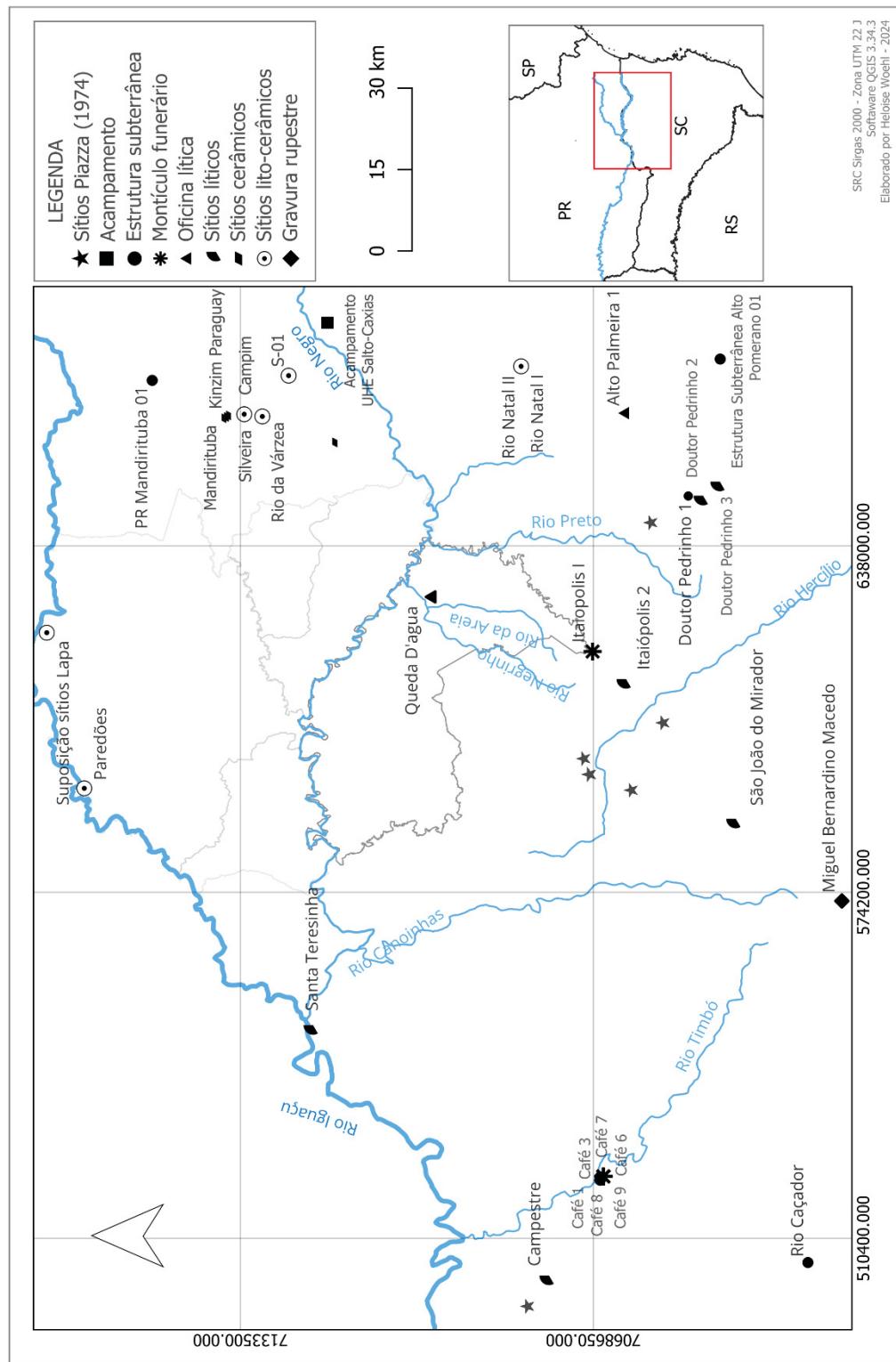
QUADRO 1 - SÍTIOS CADASTRADOS EM BANCOS DE DADOS DO IPHAN

Nome sítio	Município	Tipo	Bacia hidrográfica	Larg. X Comprim. X Área	Coordenadas
S-01/ Ribeirão Grande	Agudos do Sul (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	80 m X 200 m X 0	22 J 669374 7124647
Rio Caçador	Caçador (SC)	Estrutura subterrânea	-	-	22 J 505945 7029196
Acampamento UHE Salto-Caxias	Campo Alegre (SC)	Acampamento	-	-	22 J 679117 7117528
Santa Teresinha/ Cerâmica Santa Teresinha	Canoihas (SC)	Lítico	Paraná	-	22 J 549657 7120159
Doutor Pedrinho 1	Doutor Pedrinho (SC)	Estrutura subterrânea	rio São João	11 m X 11 m X 121 m ²	22 J 647193 7051190
Doutor Pedrinho 2	Doutor Pedrinho (SC)	Lítico	rio São João	20 m X 20 m X 400 m ²	22 J 647212 7048468
Doutor Pedrinho 3	Doutor Pedrinho (SC)	Lítico	rio São João	40 m X 20 m X 800 m ²	22 J 649819 7045390
Irineópolis I/ IES 001	Irineópolis (SC)	Abrigo sob rocha	Iguacu	3,30 m X 5,50 m X 200 m ²	-
Itaiópolis 02	Itaiópolis (SC)	Lítico	Itajaí	55 m X 66 m X 3.630 m ²	22 J 613431 7062627
Itaiópolis I/ SC-ITAIÓPOLIS-01	Itaiópolis (SC)	Montículo funerário	-	10 m X 10 m X 100 m ²	22 J 618534 7068774
Capão Bonito 1/ PR-CT-002	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	15 m X 20 m X 0	22 J 622004 7169099*
Capão Bonito 2/ PR-CT-003	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	15 m X 20 m X 0	22 J 622004 7169099*
Capão Bonito 3/ PR-CT-033	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 15 m X 0	22 J 622004 7169099*
Capão Bonito 4/ PR-CT-034	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 30 m X 0	22 J 622004 7169099*
Paredões/ PR-CT-020	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Paraná	12 m X 12 m X 0	22 J 593328 7162207
Plantação de Fumo 1/ PR-CT-004	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 20 m X 0	22 J 622004 7169099*
Plantação de Fumo 2/ PR-CT-005	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 20 m X 0	22 J 622004 7169099*
Rio Capivari 1/ PR-CT-031	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 20 m X 0	22 J 622004 7169099*
Rio Capivari 2/ PR-CT-032	Lapa (PR)	Lito-cerâmico	Iguacu	20 m X 30 m X 0	22 J 622004 7169099*
Queda d'água	Mafra (SC)	Oficina lítica	Iguacu	0 X 0 X 2.282,55 m ²	22 J 628661 7098231
Campim	Mandirituba (PR)	Lito-cerâmico	-	-	22 J 662259 7132807
Kinzim Paraguay	Mandirituba (PR)	Cerâmico	-	-	22 J 662040 7135697
Mandirituba	Mandirituba (PR)	Cerâmico	-	-	22 J 661517 7136518
PR Mandirituba 01/ Estrutura Subterrânea	Mandirituba (PR)	Estrutura subterrânea	-	-	22 J 668498 7149718
Silveira	Mandirituba (PR)	Cerâmico	-	-	22 J 661750 7136065
Augustus	Piêñ (PR)	Cerâmico	-	-	22 J 657063 7116148
Campestre	Porto União (SC)	Lítico	-	-	22 J 503523 7076790
Rio da Várzea	Quitandinha (PR)	Lito-cerâmico	-	-	22 J 661855 7129477
Miguel Bernardino Macedo	Rio do Campo (SC)	Gravura rupestre	-	-	22 J 572568 7022958
Alto Palmeiras 1/ IA007/SC-VI-18/SC000538	Rio dos Cedros (SC)	Oficina lítica	-	-	22 J 662463 7062723
Estrutura Subterrânea Alto Pomerano 01	Rio dos Cedros (SC)	Estrutura subterrânea	-	5 m X 5 m X 0	22 J 672425 7045317
São João do Mirador	Santa Terezinha (SC)	Lítico	-	-	22 J 587703 7042470
SC-ITA-001 Rio Natal 1	São Bento do Sul (SC)	Lito-cerâmico	Itapocu	-	22 J 671089 7081915
SC-ITA-001 Rio Natal 2	São Bento do Sul (SC)	Lito-cerâmico	Itapocu	-	22 J 670869 7081820
Café 1	Timbó Grande (SC)	Estrutura subterrânea	Iguacu	10 m X 20 m X 0	22 J 521714 7067373
Café 3	Timbó Grande (SC)	Estrutura subterrânea	Iguacu	12 m X 12 m X 0	22 J 521653 7067317
Café 6	Timbó Grande (SC)	Montículo funerário	Iguacu	25 m X 25 m X 0	22 J 521826 7066832
Café 7	Timbó Grande (SC)	Montículo funerário	Iguacu	25 m X 25 m X 625 m ²	22 J 521809 7066751
Café 8	Timbó Grande (SC)	Estrutura subterrânea	Iguacu	20 m X 20 m X 400 m ²	22 J 521123 7067397
Café 9	Timbó Grande (SC)	Estrutura subterrânea	Iguacu	20 m X 20 m X 400 m ²	22 J 521169 7067404

FONTE: A autora (2024). Consulta no CNSA e SICG/IPHAN em 08/09/2024.

³ Coordenadas em UTM.

MAPA 3 - SITIOS CADASTRADOS NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA



FONTE: A autora (2025). Adaptado de Piazza (1974) e CNSA e SICG/IPLAN (consulta em 08/09/2024).

2 METODOLOGIA

A Arqueologia é uma ciência humana que se conecta diversificadamente com outras áreas do conhecimento, sendo particularmente enriquecida nesta pesquisa pela interdisciplinaridade com a História, Antropologia e Museologia. Interdisciplinaridade refere-se à integração e colaboração entre diferentes disciplinas para abordar questões complexas de maneira mais completa e abrangente. No contexto da Arqueologia, isso significa utilizar métodos e perspectivas da História, Antropologia e Museologia para aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados.

A intenção de alinhar o que a História narra, a Antropologia demonstra e a Museologia comunica para o grande público e populariza, parte da premissa de que, ao estudar populações humanas e suas produções e impactos sobre o meio ambiente, é fundamental considerar as contribuições de várias disciplinas. Cada área oferece uma perspectiva única, mas ao integrar esses diferentes olhares, é possível obter uma compreensão mais rica e detalhada. Afinal, todas essas disciplinas tratam de aspectos da experiência humana, cada uma com sua abordagem e foco específicos.

Essa integração de áreas e dados é justificada pela limitação das informações disponíveis em cada disciplina ao abordar o recorte e o entorno do local de estudo na temática desejada. As informações podem ser escassas e apresentarem lacunas significativas. Contudo, ao combinar e analisar essas diferentes fontes e perspectivas é possível formar uma base renovada de conhecimento e possibilitar novas interpretações dessa junção. Silva e Noelli (2016) e Agostini (2025) ressaltam a importância da interdisciplinaridade, destacando que assuntos “inéditos” em uma área podem já estar sendo discutidos em outra. A interação entre áreas amplia as discussões.

Embora a pesquisa seja fundamentalmente arqueológica e mantenha seu foco nessa disciplina, ela adota uma abordagem que considera e integra contribuições das outras três áreas do conhecimento. Esse método não se limita a uma pesquisa histórica, antropológica ou museológica isolada, mas sim busca

uma complementaridade e uma visão mais abrangente, enriquecendo a análise arqueológica.

Essa integração é fundamental para investigar não apenas a cultura material em si, mas a materialidade dos processos históricos. Isto é, comprehende-se que os objetos, os espaços e os acervos não constituem meros reflexos da cultura, mas operam como agentes ativos na construção das relações sociais, das memórias e das identidades no território de Avencal do Meio. Dessa forma, a pesquisa orienta-se pelo quadro teórico da materialidade, que comprehende os objetos não como artefatos passivos, mas como elementos dotados de agência na constituição do mundo social (Miller, 2013). Nessa perspectiva, e seguindo autores como Olsen (2010) e Hodder (2012), parte-se do princípio de que humanos e coisas estão profundamente emaranhados em redes de dependências mútua, onde a agência é distribuída entre atuantes humanos e não-humanos (Latour, 2012). Dessa forma, o patrimônio arqueológico é aqui investigado enquanto ator que participa ativamente da construção das memórias, das territorialidades (Tilley, 1994) e das disputas narrativas do presente.

Para assimilar a dinâmica histórica de Avencal do Meio, esta pesquisa adota o conceito de territorialidade como ferramenta analítica. Entendemos territorialidade como o conjunto de práticas, narrativas e relações simbólicas através das quais diferentes grupos sociais criam, mantêm, contestam e se identificam com um espaço, transformando-o em território (Sack, 1986; Raffestin, 1993). Massey (2015) entende o espaço não como uma superfície passiva, mas como uma construção social dinâmica, constantemente produzida pela interação de trajetórias diferentes. A autora nos convida a pensar o espaço não como um palco estático onde a história acontece, mas como um produto dinâmico de relações sociais em constante processo de formação. O espaço, sob esta ótica, é sempre plural e contestado, fruto do encontro, do choque e da justaposição de diferentes trajetórias e histórias.

A proposta interdisciplinar é precisamente o que permite mapear e contrastar as múltiplas territorialidades em jogo (Haesbaert, 2004): a indígena (de longa duração, mas muitas vezes invisibilizadas), a colonizadora (hegemônica, materializada em monumentos e narrativas oficiais) e a dos

moradores atuais (que carregam, em suas memórias, vestígios de ambas). A análise integrada de fontes históricas, acervos museológicos e relatos orais permitirá conceber como essas diferentes camadas de ocupação e significado se sobrepõe e disputam espaços no mesmo lugar físico.

2.1 CATÁLOGOS DOCUMENTAIS

Para compreender a ocupação indígena na área de estudo, para além da revisão bibliográfica histórica da região, foram também analisados dois catálogos seletivos de documentos sobre os indígenas no Paraná Provincial, de 1853 até 1982, disponibilizados *online* pelo Arquivo Público do Paraná (2007; 2009). Conforme descrito na introdução do primeiro Catálogo, nesses documentos constam,

[...] correspondências que informam o presidente da província do Paraná sobre o desenvolvimento dos aldeamentos, os conflitos regionais entre etnias indígenas diferentes, dificuldades econômicas e outras que impediam o cumprimento de ações para a civilização e catequese [...] cópias das correspondências com os ministérios, tratam de nomeações e demais atos do poder central relativos à civilização e catequese dos indígenas (2007, p. 9).

O procedimento metodológico iniciou-se com a triagem dos registros que mencionavam os termos “Estrada da Mata” ou “Rio/rio Negro”. Em um segundo momento, buscou-se identificar a localidade específica de cada registro, visto que, nessa época, Rio Negro abrangia a área de vários municípios atuais catarinenses e paranaenses, como Itaiópolis, Papanduva, Piên, Lapa, além de Mafra e o próprio Rio Negro. Entre as localidades selecionadas na triagem inicial estavam Bituva, Bituva Grande, Cabeça-seca, Campo da Estiva, Sertão da Mata, Passo Ruim, Pinhem, Saltinho, Salto do Itajaí, Vila do Príncipe e Pangaré.

Para a confirmação dos dados, após a triagem, realizou-se uma visita ao Arquivo Público do Paraná para análise *in loco* dos documentos originais previamente selecionados, os quais foram então escaneados, transcritos e revisados.

2.2 EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS

Para entender o que a região conhece sobre seu patrimônio e que tipo de patrimônio é esse, esta pesquisa buscou investigar as instituições museológicas do entorno. O foco recaiu sobre aquelas cujos acervos incorporam patrimônio indígena, partindo do pressuposto de que os museus são agentes fundamentais na construção e comunicação de determinadas versões da história e da identidade.

O ponto de partida conceitual é a própria definição de museu. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), a partir da definição atualizada⁴ em 2022,

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM Brasil, 2022).

Em consonância com essa visão, Saladino e Machado (2016) situam o museu como “*um lugar estratégico de ressonância*” para o discurso do patrimônio cultural, atuando na “*valorização de memórias e representações marginalizadas*”, que, no caso brasileiro, é “*tecida na trama do campo político, jurídico-legal, científico, social e econômico*” (p. 108).

Contudo, essa “ressonância” nunca é neutra. Chagas (2002), ao tratar da memória e poder que envolvem as instituições de preservação e difusão do patrimônio cultural, que apresentam um determinado discurso sobre a realidade, reflete que

Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala (p. 43).

Ao pensar esse contexto de museu associado aos vestígios arqueológicos, o ponto de partida remete, dentro de uma perspectiva histórica

⁴ Definição aprovada em agosto de 2022 durante a Conferência Geral do ICOM em Praga.

segundo Wichers (2016), às práticas de “colecionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese dos museus” (p. 32). A autora ainda destaca a relação dos museus com o patrimônio arqueológico como não só de aproximação como de afastamento, isso pensando em contextos de construções identitárias (p. 33).

Assim, esta etapa da pesquisa orienta-se pela premissa de que a musealização do patrimônio indígena é um ato político.

Partindo disso, e considerando a intrínseca relação da cidade com seu vizinho Rio Negro e tendo ciência de que os limites políticos atuais não restringem a presença de materiais relacionados na mesma área, foi estabelecido o limite de buscar museus com acervo indígena em um raio de até 30 quilômetros da área de estudo. Essa distância foi estabelecida com base na viabilidade de deslocamento, considerando critérios de tempo e custo em relação ao ponto de partida da área de estudo, no Avencal do Meio.

Dentro deste perímetro, identificaram-se duas instituições museais: “Museu da Terra e da Vida”, sendo um museu universitário localizado no município da área de pesquisa (Woehl, 2022) e o “Museu Histórico Municipal Professora Maria Jose França Foohs”, vinculado à prefeitura de Rio Negro. Foram descritos os acervos indígenas de cada museu, a forma como está exposto, a narrativa que o acompanha, como os itens são descritos individualmente e a procedência deles.

2.3 ENTREVISTAS

Esta pesquisa, inicialmente com uma proposta diferente, mudou seu rumo após o compartilhamento de memórias recuperadas de um dos moradores da localidade da área de estudo. O morador, que havia visitado estruturas semissubterrâneas em São José do Cerrito (Novasco, 2013), município ao sul de Santa Catarina, lembrou-se de duas estruturas semelhantes localizadas no terreno da sua residência de infância, em Avencal do Meio. Essas estruturas serão abordadas na seção 3.3.2. Essa visita às estruturas foi promovida por um coletivo em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de difundir o conhecimento sobre o patrimônio estadual

entre os professores da Instituição. A partir dessa memória, outras foram resgatadas.

A mãe (em memória) desse morador se referia a três buracos na mata como “*foje, feito pelos bugres*”. Também eram chamados, pejorativamente, de buraco de bugre, termo que ainda é amplamente conhecido e utilizado para descrever esses locais. Duas dessas estruturas foram visitadas e, atualmente, suas posições são conhecidas.

Com cinco estruturas identificadas a partir deste único relato, decidiu-se sistematizar o processo da coleta de informações através de entrevistas. De forma a ampliar o alcance de informações, optou-se em incluir não apenas mais moradores, mas também docentes de instituições públicas e privadas da região. O esperado era expandir o panorama municipal, para entender qual o conhecimento que estes(as) profissionais têm do patrimônio arqueológico, e se este era um tema que surge dentro das salas de aula.

Assim, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas que, para estar alinhada aos princípios éticos assegurados pela Universidade, foi submetido, em agosto de 2024, o projeto detalhado desta pesquisa à Comissão de Ética da UFPR, através da Plataforma Brasil. Em 23 de setembro de 2024 o projeto foi aprovado (Anexo 1) para realização das entrevistas.

Conforme descrito ao Comitê, a coleta de dados foi realizada no município de Mafra, Santa Catarina e ocorreu presencialmente, conforme decisão de local combinada previamente com cada interlocutor. A entrevista foi aplicada com questionário em dois grupos, tendo para cada um roteiro distinto de realização. Em ambos os grupos foi efetuada previamente um contato via recursos digitais, ou quando não fosse possível, visita presencial, para recrutamento dos respectivos interlocutores. Caso desejasse, já no ato do primeiro contato, poderia ser aplicado o questionário, ou agendado uma data para aplicação.

A população estudada não está delimitada em termos distintivos de delimitações socioeconômicas. O recorte dos interlocutores foi definido conforme cada grupo. O primeiro apresenta a profissão e a área do conhecimento como delimitadores, já o segundo grupo tem o recorte geográfico domiciliar delimitando. Há, no geral, o critério da maioridade legal na pesquisa, tendo

somente participações nas entrevistas e questionários pessoas com 18 anos completos ou mais.

O primeiro grupo é composto de docentes que lecionam a disciplina de História, nas redes de ensino privada e pública, do Ensino Fundamental 2 ao Ensino Médio, em colégios situados em diversas localidades do município de Mafra. Aplicou-se o questionário no respectivo ambiente de trabalho de cada docente e, nos casos de impossibilidade, foi definido local alternativo, como padarias e cafeterias.

O segundo grupo é composto por moradores atuais do distrito de Avenal do Meio. Para aplicação do questionário foi definido conforme contato prévio. Entretanto, tendo conhecimento prévio acerca destes residentes, sabia-se que muitos não interagem via recursos eletrônicos e virtuais. Assim, realizou-se visitas às residências.

Para a condução das entrevistas, os/as participantes foram devidamente informados sobre todos os riscos possíveis (Apêndice 1) referentes à participação na pesquisa, bem como sobre a possibilidade de desistir a qualquer momento, sem prejuízos. Também foi garantido o respeito e a confidencialidade em relação à privacidade dos/as recrutados/as e suas informações pessoais.

Os dados então foram coletados através de entrevistas semiestruturadas de duração estimada de uma hora, realizadas presencialmente. As entrevistas foram gravadas por meio do sistema interno do smartphone pessoal da pesquisadora de gravação de áudio, seguido posteriormente da transcrição do áudio, que foi revisado.

Para a obtenção do consentimento da pessoa para gravação de áudio, foi entregue o Registro de Consentimento Livre e Informado (RCLI) (Apêndice 1).

Na seleção de colégios para aplicação das entrevistas têm-se um total de 13 instituições de ensino básico ligadas ao estado de Santa Catarina, 20 ao município de Mafra e três privadas. No escopo das instituições citadas, as que ofertam as séries de Fundamental 2 e/ou Ensino Médio estão somente 10 das estaduais, 12 das municipais e duas privadas, como simplificado no Quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 - SELEÇÃO PRELIMINAR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Caráter da Instituição	Séries ofertadas	Quantidade no município	Quantidade selecionada
Municipal	Fundamental 2 e/ou Ensino Médio	12	3
Estadual		10	3
Privada		2	1

FONTE: A autora (2025).

A amostragem não contempla docentes de todas as instituições, sendo selecionadas uma instituição privada, três estaduais e três municipais, totalizando sete instituições de ensino básico de Mafra. Os critérios de seleção foram definidos em função da distância das instituições para a localidade de Avencal do Meio, volume de estudantes e aceitação dos respectivos docentes em participar. Não será aqui descrito o nome de cada instituição selecionada para preservação das informações dos docentes, visto que é possível rastrear o nome de cada funcionário/a ao seu local de trabalho.

Quanto ao outro grupo, o planejado era entrevistar cerca de 25 moradores. Foi previsto que, em caso de não alcance do número mínimo, seria reavaliado os parâmetros da dinâmica do processamento dos dados.

O esperado era dividir dois grupos para execução em dias distintos das entrevistas com docentes e moradores/as conforme proximidade das localidades, sendo o grupo rural e o grupo urbano. Foi ofertado o poder de escolha de data e horário de maior conveniência aos participantes. Utilizando o método de Thompson (1999), caso demonstrassem flexibilidade, era sugerido uma data que viesse a conciliar com os demais e pudesse executar a proposta de execução de cada grupo em dois dias distintos.

Conforme previsto, no caso de união dos dois grupos, ou seja, que tenha entre os moradores do local docentes de alguma das Instituições mafrenses, foi realizado um questionário que é a junção dos outros dois conjuntos de questões.

O roteiro das entrevistas para ambos os grupos segue uma base comum, com a coleta de informações básicas pessoais, seguida de perguntas genéricas para então se diferenciar com especificidades para cada grupo, conforme visualiza-se nos Anexos 3 e 4. Os critérios de escolha utilizados seguem como modelo o trabalho de Parellada (2014) e de Campos (2019), em contextos de

pesquisas semelhantes ao aqui descrito, o qual incluiu uma síntese da história de vida do/a entrevistado/a, a memória regional e o patrimônio arqueológico.

Como base, foi utilizado muito da concepção de memória oral. Segundo Portelli (2016), fontes orais constituem narrativas individuais, informais e dialógicas, que abordam aspectos relacionados à memória, narrativa, subjetividade e diálogo. Elas são ferramentas privilegiadas para acessar como a materialidade do lugar – um rio, uma arvore, um fragmento cerâmico encontrado na lavoura – dispara e estrutura narrativas que, por sua vez, revelam territorialidades específicas. Essas narrativas não são simplesmente encontradas, mas sim co-construídas em interação do(a) pesquisador(a) com o(a) narrador(a) durante entrevistas de campo. Durante esse processo, as informações mais relevantes muitas vezes emergem justamente dessas associações entre coisas, lugares e memórias, o que ressalta a importância das perguntas feitas pelos(as) pesquisadores(as) para abrir o diálogo sobre essa rede de relações. Utiliza entrevistas e pesquisas em história oral para capturar as interpretações e sentimentos das comunidades sobre seu passado e presente cultural.

É possível surgir o questionamento da confiabilidade da memória como fonte, porém, é importante também considerar que fontes documentais podem apresentar distorções. Nesse sentido, a solução proposta é que o(a) pesquisador(a) valide as informações cruzando narrativas e verificando sua consistência com outras fontes de informação. Esse método de integração de dados, como destacado por Portelli (2016), permite a análise crítica das diferentes perspectivas e aumenta a robustez das conclusões alcançadas.

2.4 REGISTRO DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Primeiramente, é fundamental esclarecer o entendimento de vestígio ou bem arqueológico adotado nessa pesquisa, para só então delinear os métodos para seu mapeamento e registro.

O contexto específico aqui investigado entra em atrito com a concepção convencional de sítio arqueológico, frequentemente associado a grandes

volumes de material, tendo um mínimo de peças com um máximo de distância entre si, ou grandes estruturas, construções, ou suas ruínas, que por si só já garantem o selo de sítio. Na realidade, o simples conceituar sítio arqueológico confronta-se diretamente com a complexidade que o envolve, dada a natureza vasta e multifacetada do registro arqueológico. Entretanto, a ausência desses atributos de monumentalidade ou de mínimo de densidade não invalida a importância dos ínfimos vestígios localizados nesse contexto que se apresentará. Ainda que em volume mais discreto, tais vestígios são tão importantes para a compreensão do cenário arqueológico regional quanto os mais expressivos.

Peter Drewett (1999) ao discorrer sobre o assunto, reflete que,

Os sítios arqueológicos consistem essencialmente em áreas de atividade e resíduos. É onde as pessoas realizaram atividades no passado e deixaram alguns vestígios de suas ações. Podem ter sido grandes realizações, como a construção de Machu Picchu ou Stonehenge, ou atividades muito simples, como lascar um machado de pedra ou comer marisco⁵ (p. 17, tradução nossa).

O autor ainda adverte sobre os riscos de inferir atividade humana onde não há resíduo material, como ele exemplifica no caso de uma rocha sagrada que não apresenta modificações antrópicas. Sem evidências contextuais robustas (tradição oral ou documental), tal local não poderia ser considerado um sítio, mas apenas um local com potencial de uso.

Já Araujo (2001) ao debater o tema chama a atenção para questões importantes quanto ao contexto brasileiro. Ao utilizar o termo de sítio arqueológico, ele o justifica como sendo ‘puramente operacional’, visto que a legislação vigente reconhece, para fins de cadastro e operacionalização, os ditos classificados enquanto sítios arqueológicos. Diante do cenário atual, frente a combates ao patrimônio arqueológico, como a conhecida PL da Devastação – projeto de lei n° 2159/2021, aprovado em junho de 2025, que flexibiliza as normas ambientais, as quais a arqueologia através do licenciamento é afetada – a importância de se reconhecer sítios arqueológicos ao cadastrá-los ganha uma importância redobrada. Assim, para aqueles que se adequem as regras para o

Texto original: ⁵ Archaeological sites consist essentially of activity areas and rubbish. That is where people have done things in the past and left some residue of having done something. This may have been a great ‘something’ like constructing Machu Picchu or Stonehenge, or a very minor ‘something’ like flaking a flint axe or eating a shellfish.

uso do termo sítio arqueológico, como as estruturas ou feições que evidenciem a presença humana, será assim nomeada.

Entretanto, como já mencionado, a ausência desses atributos de monumentalidade ou alta densidade não invalida a importância de vestígios mínimos. Quando abordado esses casos, como peças isoladas, estas são referenciadas enquanto ocorrências arqueológicas (Brochier, 2004), ou OAQs (Araujo, 2001). Ainda que em volume mais discreto, tais vestígios ou ocorrências são tão importantes para a compreensão do cenário arqueológico regional quanto os mais volumosos. Essa perspectiva se alinha com a discussão de Drewett (1999), onde o grande e o menor vestígio, enquanto resíduo de uma ação humana passada, são evidências igualmente legítimas, independentemente da sua escala. Estas ocorrências podem indicar atividades humanas pontuais, como perda, descarte ou mesmo transporte por agentes naturais. Embora sejam evidências isoladas em escala micro, em uma perspectiva macroespacial, elas sugerem áreas de passagem, circulação ou possível ocupação humana.

Araujo (2001) ainda enfatiza que,

A importância destas ocorrências não pode ser subestimada. Além de serem potencialmente informativas a respeito de locais onde atividades específicas ocorreram em tempos passados, as OAQs muitas vezes são “pontas de iceberg” na medida em que o que parece ser uma OAQ em uma dada época do ano com dadas condições de visibilidade pode se tornar um “sítio arqueológico” quando o local é revisitado e as condições da superfície permitem uma melhor avaliação. Assim sendo, mesmo que não haja por parte do pesquisador qualquer interesse em arqueologia regional ou padrões de distribuição, é importante que as ocorrências arqueológicas sejam registradas, pois muitas vezes elas podem estar denunciando a presença de “sítios” pouco visíveis (p. 161-162).

A presente pesquisa é de caráter não interventivo, assim o argumento de Araujo se sustenta de maneira particularmente relevante. O registro criterioso desses vestígios, ainda que ínfimos, visa fundamentalmente a construção de um panorama referencial para a região. As ocorrências, que mais a frente serão elencadas e georreferenciadas, não apenas contribuirão para a compreensão atual dos padrões de ocupação, mas irão servir para nortear e fundamentar pesquisas arqueológicas futuras, que poderão reinvestigar estas áreas sob

novas condições e técnicas, potencialmente revelando sítios até então pouco visíveis.

Diante da já mencionada natureza não interventiva da pesquisa, optou-se por um levantamento de caráter assistemático ou oportunísticos. Brochier (2004) argumenta que a validade científica de um método não reside em sua suposta neutralidade, mas em sua adequação aos objetivos da pesquisa e às particularidades da área. Em contextos de vestígios ínfimos e paisagens culturalmente modificadas, como é o caso, métodos rigorosamente sistemáticos podem falhar em capturar a complexidade do registro arqueológico, especialmente quando este se manifesta através de ocorrências de baixa densidade e artefatos isolados (Araujo, 2001).

Nessa perspectiva, a opção pelo método oportunístico não constitui uma concessão a informalidade, mas uma estratégia de detecção sensível ao contexto. O uso de fontes orais como guia para a prospecção reforça o caráter contextual da abordagem. Como assinala Brochier (2004), a explicitação dos critérios de amostragem – neste caso, a utilização do conhecimento local para identificar áreas de potencial arqueológico – é o que confere a metodologia à pesquisa. Mais do que um método “não-sistemático”, trata-se, portanto, de uma estratégia adaptativa e fundamentada, capaz de gerar dados significativos em contextos de pesquisa como esse, pouco documentados.

Campos (2019) utiliza-se desse mesmo termo – levantamento oportunístico – em um contexto de pesquisa no âmbito do licenciamento ambiental, no qual a metodologia se baseava na colaboração com a população residente da área de estudo para identificar e localizar sítios arqueológicos. Sua justificativa apoia-se na premissa de que a população residente do local de estudo é quem melhor conhecem a área e sua história, reconhecendo-os como parte ativa de importância para a complementaridade da pesquisa arqueológica.

Essa metodologia está alinhada com os princípios da Arqueologia Comunitária, conforme discutido por Ferreira (2008), que envolve a participação ativa das comunidades locais na pesquisa arqueológica e na preservação do patrimônio cultural. Essa colaboração é crucial para acessar a materialidade vivida do patrimônio. São os(as) moradores(as) que, no seu cotidiano, interagem

com os vestígios arqueológicos, atribuindo-lhes significados e incorporando-os as duas próprias histórias e territorialidades.

A pesquisa, portanto, não estuda objetos de forma isolada, mas as redes de relações entre pessoas e coisas, transformando os membros da comunidade em colaboradores e intérpretes essenciais desse processo. Esse método adapta-se às especialidades culturais de cada comunidade, transformando seus membros em colaboradores essenciais do processo de pesquisa. É mesclado o conhecimento tradicional ao científico arqueológico, proporcionando uma compreensão mais ampla e multifacetada das distintas formas de conhecimento. Assim, a pesquisa não só respeita e valoriza a contribuição da população local, mas também promove a ciência, popularizando-a e fomentando uma colaboração mútua.

Para conhecimento do patrimônio arqueológico da área de estudo, inicialmente foram consultados os bancos de dados do IPHAN, sendo o já mencionado SICG, e o antigo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Verificou-se a presença de sítios arqueológicos, além do já conhecido Queda d'água, e de sítios nas áreas circundantes nos municípios vizinhos, tanto de Santa Catarina como do Paraná. Em seguida, foi realizada uma descrição dos sítios, visando contextualizar a região.

Quanto às indicações de possíveis sítios arqueológicos mencionados durante as entrevistas citadas no item anterior (2.3), foi aprofundada a conversa com a pessoa entrevistada para obter uma localização mais precisa. Após isso, foi organizado uma visita ao local indicado para averiguar se a descrição fornecida corresponde à realidade. No caso em que o local foi considerado um bem arqueológico (abrigos, estrutura, montículo, entre outros), foram realizadas atividades, conforme a Portaria IPHAN 316/2019 para identificação e cadastramento do mesmo, tais como síntese do bem, tipo de sítio, classificação dos vestígios, inserção na paisagem, estado de conservação e registro fotográfico. Entretanto, é necessário frisar que não foi realizado a delimitação destes sítios conforme prevê a portaria, visto que esta pesquisa não possui portaria para intervenção.

Para os sítios previamente identificados (não cadastrados), ou seja, aqueles resultantes das conversas com moradores que deram origem a esta

pesquisa – anterior a sistematização das entrevistas – foi promovido um mapeamento mais detalhado, conforme descrito abaixo.

A esses sítios, sendo o local das estruturas subterrâneas (aprofundado no item 3.4.2 Lajeado dos Monjolos) e do sítio arqueológico Queda d’água, foi realizada a topografia dos locais utilizando o instrumento Alidade. Este instrumento mede ângulos verticais e traça direções, permitindo a localização precisa de pontos no terreno e a criação instantânea de mapas. O processo consiste em posicionar a alidade em estação e direcioná-la horizontalmente até encontrar a mira que está posicionada no ponto desejado. Em seguida, realiza-se a leitura da mira para determinar o ângulo e desenhar a direção e medir o desnível do ponto em relação ao *Datum*. A alidade conta com mesa de desenho acoplada, o que permite que os pontos lidos possam ser marcados diretamente na folha de papel poliéster e o mapa ganhar forma conforme as cotas forem retiradas.

Para realizar as medições e desenhar as estruturas de bacias de polimento, afiadores e gravuras rupestres, foi utilizado o método de triangulação (interseção de arcos capazes). Nesta técnica, utiliza-se a geometria para determinar a localização de pontos no terreno com base em distâncias e ângulos. Selecionam-se pontos de referência no terreno que são visíveis entre si e têm posições conhecidas ou previamente determinadas, com ângulos entre eles maiores que 90°. Estes pontos são chamados de vértices do triângulo. Com trenas, medem-se as distâncias entre os pontos de controle para formar triângulos. Com as distâncias medidas, utiliza-se a trigonometria para calcular as coordenadas dos pontos no terreno. Ajustes e correções são feitos para compensar erros de medição e garantir a precisão dos cálculos, com erro máximo atingido de dois centímetros. As coordenadas calculadas são usadas para posicionar os pontos no desenho ou mapa.

Após a entrega final da dissertação, será iniciada a solicitação de cadastro dos sítios e o informe das ocorrências arqueológicas junto à Superintendência do IPHAN em Santa Catarina. Para que os vestígios arqueológicos identificados sejam de conhecimento público também a nível municipal, será levado o tema ao Conselho de Meio Ambiente e ao Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico de Mafra. O objetivo central dessa iniciativa é

integrar o patrimônio arqueológico às políticas públicas municipais, garantindo que esse patrimônio seja considerado no planejamento territorial e nas ações de preservação e extroversão do município.

3 PAPÉIS, COISAS, PESSOAS E LUGARES EM VIAS INTERDISCIPLINARES

Para a realização da pesquisa na área de estudo, foram incluídos quatro grupos conectados que integram o patrimônio arqueológico da região: os documentos, os objetos, as pessoas e os lugares.

No que se refere aos documentos, foram analisados catálogos seletivos *online* de documentação relativa aos indígenas no Paraná Provincial.

Em relação aos objetos, foram destacados aqueles presentes em acervos indígenas em instituições museais em um raio de 30km da área de estudo.

Quanto às pessoas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores(as) da localidade de Avencal do Meio e com docentes de instituições de ensino do município de Mafra. O objetivo era identificar, através de suas memórias, as relações associadas a presença indígena e possíveis sítios arqueológicos na área.

Por fim, no que diz respeito aos lugares, foi realizado um levantamento dos bens arqueológicos, especialmente os sítios arqueológicos na região, abrangendo tanto aqueles já conhecidos pelo IPHAN quanto aqueles identificados por meio desta pesquisa, em colaboração com os atuais moradores e moradoras de Avencal do Meio.

3.1 CATÁLOGOS REFERENTES AOS INDÍGENAS NO PARANÁ PROVINCIAL

A análise quantitativa dos catálogos revela uma presença documental bastante reduzida das localidades de interesse no contexto indígena provincial. O primeiro catálogo, referente ao período de 1853 a 1870, contém 1.547 verbetes. Dentre estes, apenas cinco (0,3%) mencionam a Estrada da Mata e 18 (1,2%) referem-se a freguesia de Rio Negro. Desse total, foi possível associar a localização para o município de Mafra em apenas um verbete (0,1%).

O segundo, que abrange o período de 1871 a 1892, contém 1.423 verbetes. Destes, apenas quatro (0,3%) mencionam a Estrada da Mata, enquanto 57 (4%)

referem-se a freguesia de Rio Negro. Com esse acréscimo, eleva-se para cinco (0,4%) o número de verbetes associados a Mafra, resultando em um total de seis (0,2%) registros na combinação dos dois catálogos (2.970 verbetes), conforme simplificado no Quadro abaixo.

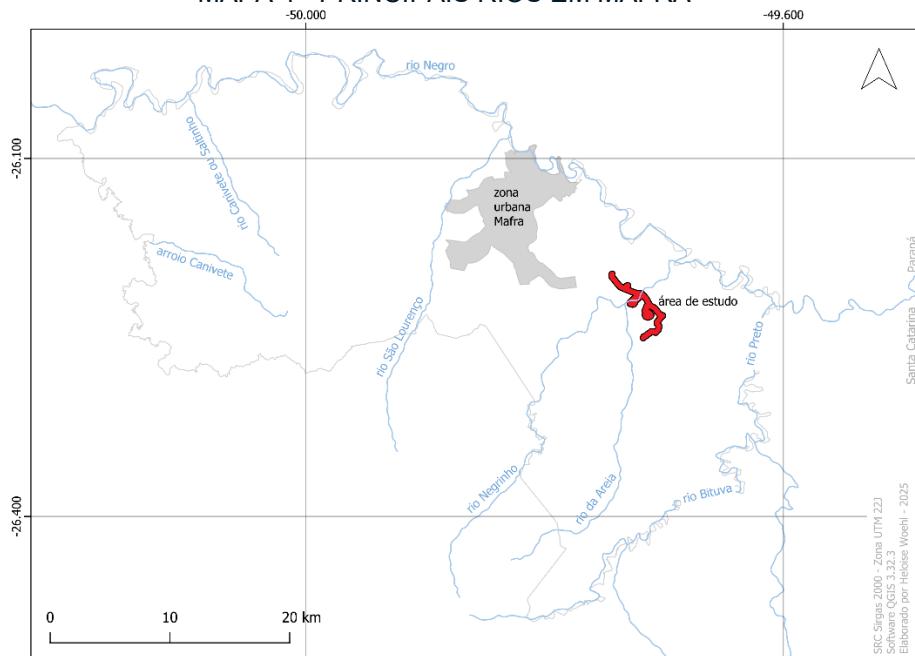
QUADRO 3 - MENÇÃO VERBETES CATÁLOGO INDÍGENAS

Menção verbetes	1º Catálogo	%	2º Catálogo	%	Total	%
Estrada da Mata	5	0,3%	4	0,3%	9	0,3%
Rio Negro	18	1,2%	57	4,0%	75	2,5%
Rastreável Mafra	1	0,1%	5	0,4%	6	0,2%
Outros	1523	98,4%	1357	95,4%	2880	97%
Total	1547	100%	1423	100%	2970	100%

FONTE: A autora (2025).

As associações das localidades ao município de Mafra foram possíveis devido a permanência das mesmas denominações na região, as quais, em geral, seguem a toponímia fluvial, isto é, tendem a acompanhar o nome do rio que as margeia. Dessa forma, foi possível identificar a localização atual desses locais e dos cursos d'água correspondentes, conforme ilustrado no Mapa abaixo. A única exceção a essa regra toponímica, dos seis verbetes, é o Avencal, cuja designação não deriva diretamente de um hidrônimo.

MAPA 4 - PRINCIPAIS RIOS EM MAFRA



FONTE: A autora (2025).

QUADRO 4 - VERBETES SELECIONADOS NOS CATÁLOGOS

Catálogo	Item	Ano	Descrição	Autor	Destinatário
1	197	1858	Comunica que os tropeiros FREDERICO MARTINS de Araújo e GENEROSO MARTINS de Araújo informaram-lhe que índios haviam atacado o lugar denominado Saitinho, distante três léguas da freguesia de Rio Negro (PR).	LIMA, Firmo José dos Santos - administrador do registro do Rio Negro	ROHAN, Henrique de Beaurepaire - vice-presidente da província do Paraná
2	312	1876	Comunica ter cumprido o ordenado pelo destinatário, conforme comprova em diário anexo, enquanto encarregado de se entender com os índios que estavam subtraindo milho da roça do inspetor do quartelão de São Lourenço, em Rio Negro (PR), informando que foi ali o local, juntamente com seu filho, Brasílio, e que seguiram os rastros dos índios, chegando à conclusão de que pegaram o milho por estarem com muita fome e não com a intenção de prejudicar os moradores; solicita meios para "salvar e catequizar" esses índios.	LOPES, Joaquim Francisco - encarregado do aldeamento de São Thomaz de Papanduva (PR).	LINS, Adolfo Lamenta - presidente da província do Paraná
2	512	1877	Envia a relação remetida por João Sauer Sobrinho, inspetor do quartelão de Avencal, do Rio Negro (PR), na qual constam os objetos roubados, pelos índios "selvagens", de alguns moradores daquele local. Solicita providências, pois a população está disposta a tomar medidas violentas contra os índios.	BLEY, João - 3º suplente do juiz municipal do Rio Negro	OLIVEIRA JÚNIOR, Joaquim Bento de - presidente da província do Paraná
2	1294	1888	Comunica que, no lugar denominado Bituva (PR), termo do Rio Negro (PR), foram assassinados vários habitantes pelos índios "bravos", informa que o delegado de polícia daquele termo solicita o envio de praças policiais para a região, mas acredita que isso poderia causar uma carneirina, dificultando ainda mais a catequese e a domesticação dos indígenas.	RIBEIRO, João Coelho Gomes - [chefe de polícia da província do Paraná]	CUNHA, Balfino Cândido da - presidente da província do Paraná
2	1305	1888	Informa que capturou, no lugar denominado Bituva (PR), no Rio Negro, duas crianças indígenas, uma menina e um menino; somente a menina pôde ser batizada, porque o estado de saúde do menino não era bom. Comunica que Lauroino Joaquim Bello irá levá-los até o destinatário (presidente província do Paraná).	SILVA, Pedro Bernardo da - veterano [de guerra]	SILVA, Pedro Bernardo da - veterano [de guerra]
2	1306	1888	Informa que alguns habitantes da margem direita do Rio Pinto (PR), limite do Rio Negro (PR) com São Bento (SC), percorreram a zona contestada entre Paraná e Santa Catarina com o intuito de atingir os índios "bravos" que estão rondando a região, causando mortes e outros danos. Apresentaram alguns indígenas menores, que foram distribuídos nas casas de alguns habitantes do Rio Negro. Acredita que a melhor solução para conter os ataques dos indígenas é restaurar o aldeamento de São Thomaz de Papanduva (PR).	SILVA, Saturnino Olírio da - juiz municipal 1º suplente do Rio Negro	SILVA, Saturnino Olírio da - juiz municipal 1º suplente do Rio Negro

FONTE: Extraído dos Catálogos Seletivos de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (2007, 2009).

A primeira localidade referenciada, Saltinho, apresenta uma menção de distância de três léguas da freguesia de Rio Negro, o que permitiu uma aproximação cartográfica. Adotando como ponto central da freguesia a Igreja Matriz Bom Jesus da Coluna (já que igrejas constituíam núcleos em torno dos quais se desenvolviam os povoados) e convertendo a distância histórica para aproximadamente 14,5 km, a localização coincide com a região das atuais localidades de Saltinho, Saltinho do Canivete, ou Avencal do Saltinho. Todas são próximas entre si e do rio Saltinho, situadas no distrito de Bela Vista do Sul, à oeste de Mafra.

O mesmo padrão de identificação aplica-se a localidade de São Lourenço, que segue a lógica de permanência toponímica associada a hidrografia. Na zona rural a oeste da área urbana de Mafra, o rio São Lourenço dá nome a diversas localidades adjacentes: Campo São Lourenço, Alto São Lourenço, Tabuão São Lourenço, Portão São Lourenço e São Lourenço, reforçando a consistência do método de identificação baseado na correlação entre nomes históricos e geografia contemporânea.

No caso do “quarteirão de Avencal”, chefiado pelo inspetor João Sauer Sobrinho. Atualmente, Mafra conta com cinco localidades com essa denominação: quatro estão a leste, no distrito de Rio Preto do Sul – Avencal, Avencal de Cima, Avencal do Meio e Avencal São Pedro, todas com proximidade geográfica – e uma a oeste, no distrito de Bela Vista do Sul, denominada Avencal do Saltinho. A investigação sobre o inspetor do quarteirão permitiu localizar registros de sua atuação e de seus vínculos familiares com os demais nomes citados no documento original: Theodoro Sauer (irmão), Mathias Sauer (irmão) e João Rauen (cunhado), ambos identificados como moradores do Avencal na região de Rio Preto do Sul (Woehl, 2018). Dessa forma, ainda que não seja possível determinar com exatidão qual dos Avencais atuais corresponde à referência histórica, a evidência documental associa o grupo familiar à área de estudo desta pesquisa ou, ao menos, à sua região vizinha.

Bituva, mencionada em dois dos verbetes. No documento original (item 1294), indica-se apenas que a localidade distava quatro léguas da vila do Rio Negro. No distrito de Rio Preto do Sul, registram-se três localidades vizinhas derivadas de Bituva, situadas nas proximidades do rio Bituva, na divisa entre Mafra e Rio Negrinho (SC): Bituvinha, Bituva Grande e Bituva Papoã. Assim,

supõe-se que a referência histórica se direciona a essa ampla região ao longo da margem leste do município.

Por fim, a descrição de Rio Preto situa-o na zona contestada entre Rio Negro (PR) e São Bento (SC). Considerando que, até 1953, o atual município de Rio Negrinho (SC) integrava São Bento do Sul (Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, [2023?]), conclui-se que o topônimo histórico se refere ao atual distrito de Rio Preto do Sul.

Ao analisar o conteúdo dos seis verbetes, percebe-se um panorama das dinâmicas de contato e conflito entre colonos e grupos indígenas na região de Mafra. A comunicação, sendo através de cartas, segue um fluxo hierárquico unidirecional. Todas foram enviadas por autoridades locais — juízes, chefe de polícia e administrador de registro — ou figuras de prestígio da comunidade — encarregado de aldeamento e veterano de guerra — e são endereçadas à Presidência da Província do Paraná, entre os anos de 1858 e 1888, conforme detalhado no Quadro 4. Isso demonstra a centralização do poder e a busca por soluções vindas da administração central, reforçando quem era o julgado na história: o indígena.

A partir da leitura cruzada dos verbetes, é possível categorizar os eventos narrados em três temas principais: ataque, roubo e captura.

A primeira categoria, presente nos verbetes 196 e 1294, engloba tanto ataque quanto homicídio. Neles registra-se a resistência ativa e presente por parte dos grupos indígenas frente a expansão colonial sobre seu território. Enquanto o primeiro verbete limita-se a reportar uma ameaça, o segundo, quase trinta anos depois, já discute explicitamente os métodos de intervenção estatal. A discussão se apresenta em como intervir da forma mais eficaz, visto que, se munido da força policial, isso iria contra a meta política de longo prazo, sendo a catequização dos indígenas como integração forçada destes ao projeto nacional.

O segundo grupo, que inclui os verbetes 312 e 512, integra o roubo, o conflito por recursos, seja o roubo do milho ou de objetos variados, que podem ser compreendidas enquanto questão de subsistência. Entretanto, ao verificar o verbete 312 e a sua versão original, é notável que o redator, senhor Lopes, vem de uma frente pacificadora missionária de compreensão das motivações indígenas, ele ressignifica a narrativa do roubo ao enquadrá-la como furto por necessidade. Lopes atribui a ação à fome, deslocando a motivação indígena de

uma suposta intenção de prejudicar para uma questão de sobrevivência, quase como uma isenção justificada deles. No entanto, ao solicitar meios para catequese, ele não nega o projeto do Estado, reforçando sua visão de pacificação enquanto um investimento a longo prazo.

Já o verbete 512 vem como representação da voz dos interesses locais e a pressão pela punição enquanto solução, pois além de roubo era uma violação de propriedade. No documento original consta a lista dos objetos furtados, estando itens como ponches, espingarda, pistolas, machado, panelas, paletó, lenços, latinha de cigarro, fósforos, milho, entre outros itens não identificados devido à ortografia e caligrafia. Em outro verbete relacionado a este, com cerca de duas semanas de diferença, o mesmo inspetor João já havia comunicado roubo de milho de sua roça e parentes por parte dos indígenas e solicitou a vinda de Lopes (nome muito presente e recorrente na região devido a sua eficácia na mediação com indígenas e colonos) para “tentar um entendimento com esses índios” (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 146).

Em suma, são dois verbetes com duas frentes de visões: um que entende o furto por fome, que visualiza o Estado enquanto agente provedor e catequizador; e a outra de roubo como crime, e o Estado devendo ser o braço armado que protege seus interesses e sua propriedade.

Por fim, a terceira categoria, a de captura, a qual revela a camada da dinâmica colonial mais estruturada, inclui os verbetes 1305 e 1306. Nessa categoria a violência não é mais reativa, como nos ataques, nem sobre bens, como nos furtos, mas age sobre os corpos. A captura de crianças indígenas e sua distribuição em lares de colonos, não eram eventos isolados, mas práticas recorrentes nas frentes de expansão. Esse ato servia tanto para desestruturar as comunidades indígenas, como “civilizar” eles desde a infância, por meio da assimilação cultural forçada. Além disso, funcionava como uma tentativa de atenuar ou mascarar o caráter brutal da ação dos bugreiros, que pouparam apenas as crianças. A proposta de restaurar o aldeamento aparece como a “solução” final; alinha-se, assim, a um projeto sistemático de controle territorial e incorporação coercitiva dos indígenas à sociedade colonial.

Cabe, ainda, destacar uma particularidade interessante de se considerar sobre o verbete 512: a alegação de que indígenas teriam roubado armas de fogo. Caso tais artefatos estivessem de fato em posse de grupos indígenas, é plausível

supor que seu poder de resistência e a intensidade dos conflitos seriam significativamente maiores, gerando um rastro documental de repercussões mais amplas e violentas, o que não foi identificado na região até o momento, para este período. Esta inconsistência levanta alguns questionamentos sobre a veracidade da acusação.

Três hipóteses interpretativas, não excludentes, se apresentam. A primeira reflete sobre a inclusão de itens bélicos na lista como uma estratégia dos colonos para dramatizar a ameaça e instigar uma ação estatal mais enérgica e repressiva contra os indígenas, instrumentalizando o Estado em sua disputa territorial. A segunda hipótese, caso o furto tenha de fato ocorrido, é a de que a aquisição das armas não visava o uso militar. É possível que os indígenas as tenham obtido para troca com outros grupos, ou mesmo que, uma vez em sua posse, não soubessem ou não tivessem interesse em utilizá-las efetivamente, seja por falta de pólvora e munição, seja por preferência tática por suas armas tradicionais. Uma terceira possibilidade diz respeito ao próprio entendimento do acusador quanto a quem são os indígenas. É concebível que ele, seja por desinformação, confusão intencional ou pelo preconceito vigente, tenha atribuído a autoria a indígenas quando, na realidade, poderia tratar-se de ladrões não indígenas, utilizando-se do antagonismo contra os povos originários para inflamar as autoridades e justificar uma repressão ampliada.

Diante do exposto, ainda que os verbetes e suas associações não nomeiem explicitamente coordenadas geográficas precisas, a análise cruzada de suas descrições permite inferir padrões amplos de ocupação e conflito que caracterizam a região de Mafra no período provincial. Estas cartas, para além de seus conteúdos específicos, funcionam como evidências não só da presença, como da resistência indígena frente ao avanço colonial. Elas incitam questionamento às narrativas vigentes que apagam, ou simplificam a presença desses povos.

Portanto, mais do que descrever um passado distante, esta análise reafirma o compromisso de tornar visível, nos moldes burocráticos e acadêmicos, a agência e a luta dos povos originários na estruturação do território que conhecemos hoje.

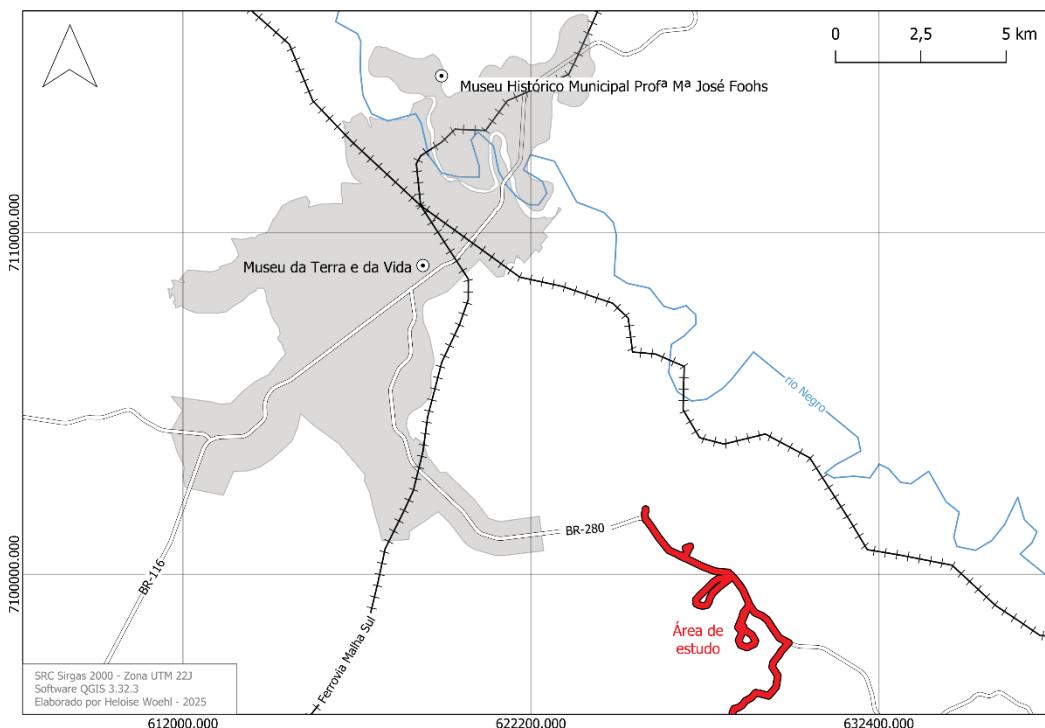
3.2 OBJETOS E PATRIMONIALIZAÇÃO

De acordo com Woehl (2022), muitos dos artefatos arqueológicos encontrados por moradores locais, especialmente em zonas rurais de Mafra e arredores, são frequentemente armazenados nas residências ou doados a instituições próximas associadas ao tema, como museus, universidades, centros de estudo e laboratórios.

Esse cenário é antigo e presente em demais locais, em acervos múltiplos para além do arqueológico. Como exemplos temos o Museu Histórico Willy Barth, em Toledo (PR), com acervo integral proveniente de doações da sociedade local (Toledo e Andrade, 2015); assim como o Casarão Museu da Memória Regional, em Itaiópolis (SC); e o Museu dos Caminhos de Peabiru (Louvain e Rocha, 2024), em Peabiru (PR); o Museu Antropológico de Ituiutaba – MUSAI (Minas Gerais) com parte do acervo de doações de famílias locais (Silva, 2021); o Museu Municipal Atílio Rocco (Museu Municipal Atílio Rocco, 2025), em São Jose dos Pinhais (PR); o Laboratório de Arqueologia Curt Niumendajú, com doações da própria comunidade como do entorno (Silva e Shock, 2022); e casos como o do Museu Paulista (Vieira, 2018), que tem parte do seu acervo também constituído de doações, mas sendo tanto por pessoas físicas como jurídicas.

Com base nessa informação, foi realizada uma seleção de dois museus com acervo indígena em um raio de até 30km da área de estudo, pensando na viabilidade de deslocamento sob critérios de tempo e dinheiro. O primeiro museu fica em Rio Negro e o segundo em Mafra, com este já apresentado e descrito em Woehl (2022).

MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO DOS MUSEUS EM RELAÇÃO A ÁREA DE ESTUDO



FONTE: A autora (2025).

A seguir, será descrito o acervo indígena de cada museu, sobre a forma com que está exposto, a narrativa que o acompanha, como os itens são descritos individualmente e a procedência deles.

3.2.1 Museu Histórico Municipal Prof. Maria José França Foohs

O “Museu Histórico Municipal Professora Maria José França Foohs” (FIGURA 2), inaugurado em 2002 e ligado à Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Rio Negro (PR), apresenta um acervo de itens históricos que buscam destacar a história do município.

FIGURA 2 - FOTO DA ENTRADA DO MUSEU

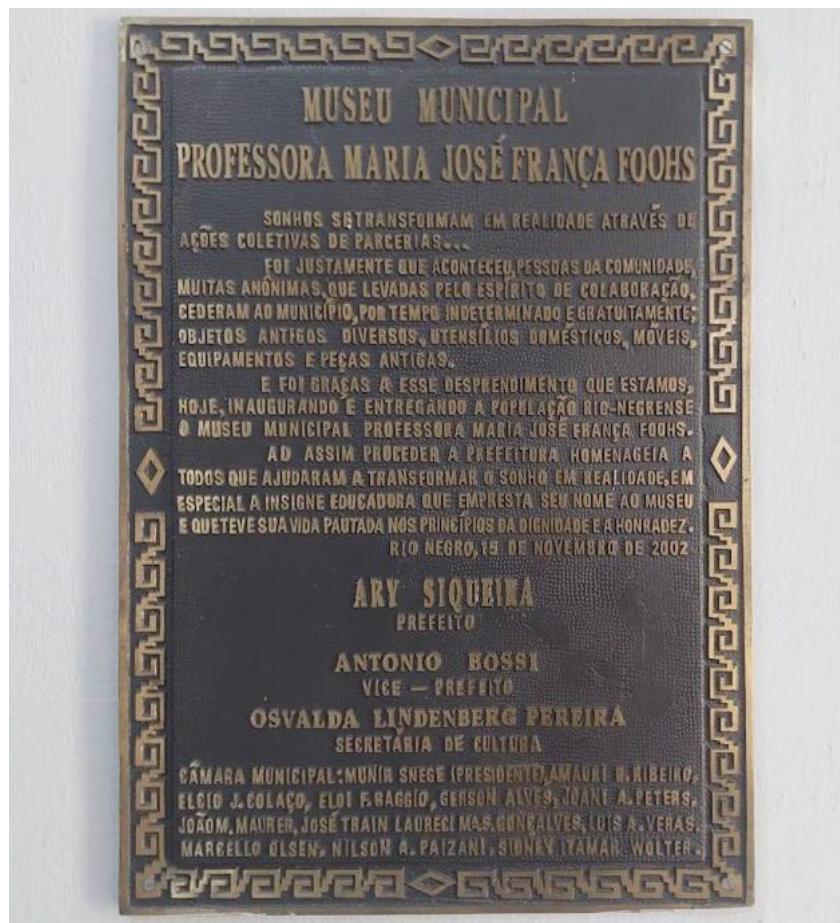


FONTE: A autora (2025).

Na placa de inauguração (FIGURA 3), é informado que o acervo inicial foi constituído a partir de doações da própria comunidade, além de evidenciar sua criação enquanto uma ação coletiva.

Ele localiza-se no Parque Ecoturístico “São Luiz de Tolosa”, no interior do prédio do Palácio Seráfico (FIGURA 4), no espaço que anteriormente abrigava a cozinha e os refeitórios dos padres franciscanos. Neste Palácio, também se encontra a prefeitura municipal de Rio Negro (PR), além dos demais órgãos administrativos e secretarias municipais.

FIGURA 3 - FOTO DA PLACA NO INTERIOR DO MUSEU



FONTE: A autora (2025).

FIGURA 4 - FOTO DA FACHADA DO PALÁCIO SERÁFICO



FONTE: Gazeta do Povo (2019).

O acervo inclui uma seção categorizada como “Índio”, composta de cerca de 100 itens que o senhor Theodoro Saade reuniu ao longo da vida. Após seu falecimento em 1969, sua família vendeu a coleção em julho de 1974 ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Rio Negro (PR). Entre os itens estão: dezesseis arcos e duas clavas/bastão, identificado ambos com funcionalidade de caça; uma ceifa, para corte do mato; quarenta pontas de projétil, categorizadas enquanto flechas para caça; uma esteira cujo uso é descrito como forro para o chão; três cestas em palha e uma de taquara e ferro; cinco lanças em ferro com haste de madeira, identificadas para caça, pesca e decoração; dois colares de sementes; uma corrente de palha decorativa; um tipiti de fibra vegetal trançado; e um cinto de chocalho.

Cabe ressaltar que, entre os artefatos originalmente catalogados como “flechas”, identificam-se, na realidade, um exemplar de virote e outro de tembetá. Segundo as definições de Laming-Emperaire (1967), virotes (FIGURA 5) são:

os objetos de pedra polida, com um corpo longo, regular, bicônico lastrado na parte posterior por uma larga excrescência circular. [...] nos tempos históricos, os virotes eram lançados em direção às pinhas [...] para fazer cair os pinhões (p. 82).

e tembetás (FIGURA 6) são:

ornamentos labiais [...] de pedra polida [...] de formas arredondadas, bi-cônicas, que correspondem à parte externa do ornamento labial (p. 89).

Em visita realizada em 2024, a exposição estava disposta em três partes: um armário expositor vidrado (FIGURA 8), um quadro na parede (FIGURA 13) e um expositor ao chão (FIGURA 7). Junto à primeira parte havia um quadro explicativo (FIGURA 9 e FIGURA 10) que associava a coleção à etnia Xokleng (Laklänõ), descrevendo brevemente seu território no período pré-colonial, incluindo Rio Negro como parte dele, e caracterizava a arte e as influências indígenas no território, sobretudo a alimentação.

FIGURA 5 - FOTO DO VIROTE



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 6 - FOTO DO TEMBETÁ



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 7 - FOTO DE PARTE DA EXPOSIÇÃO, AO CHÃO



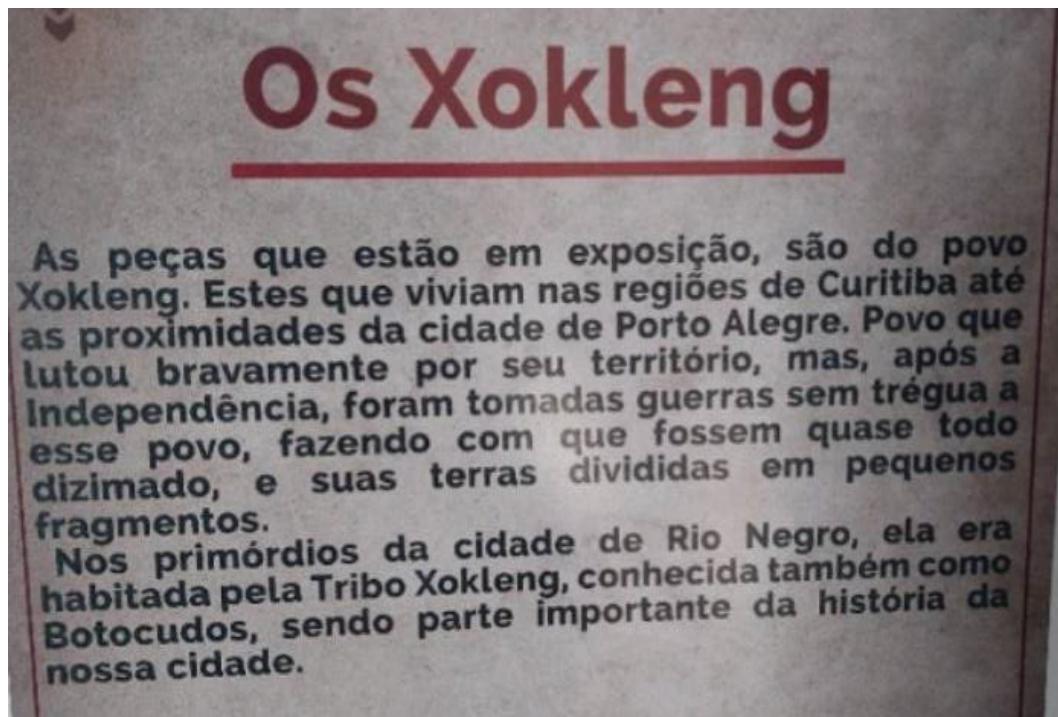
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 8 - FOTO DA EXPOSIÇÃO NO ARMÁRIO



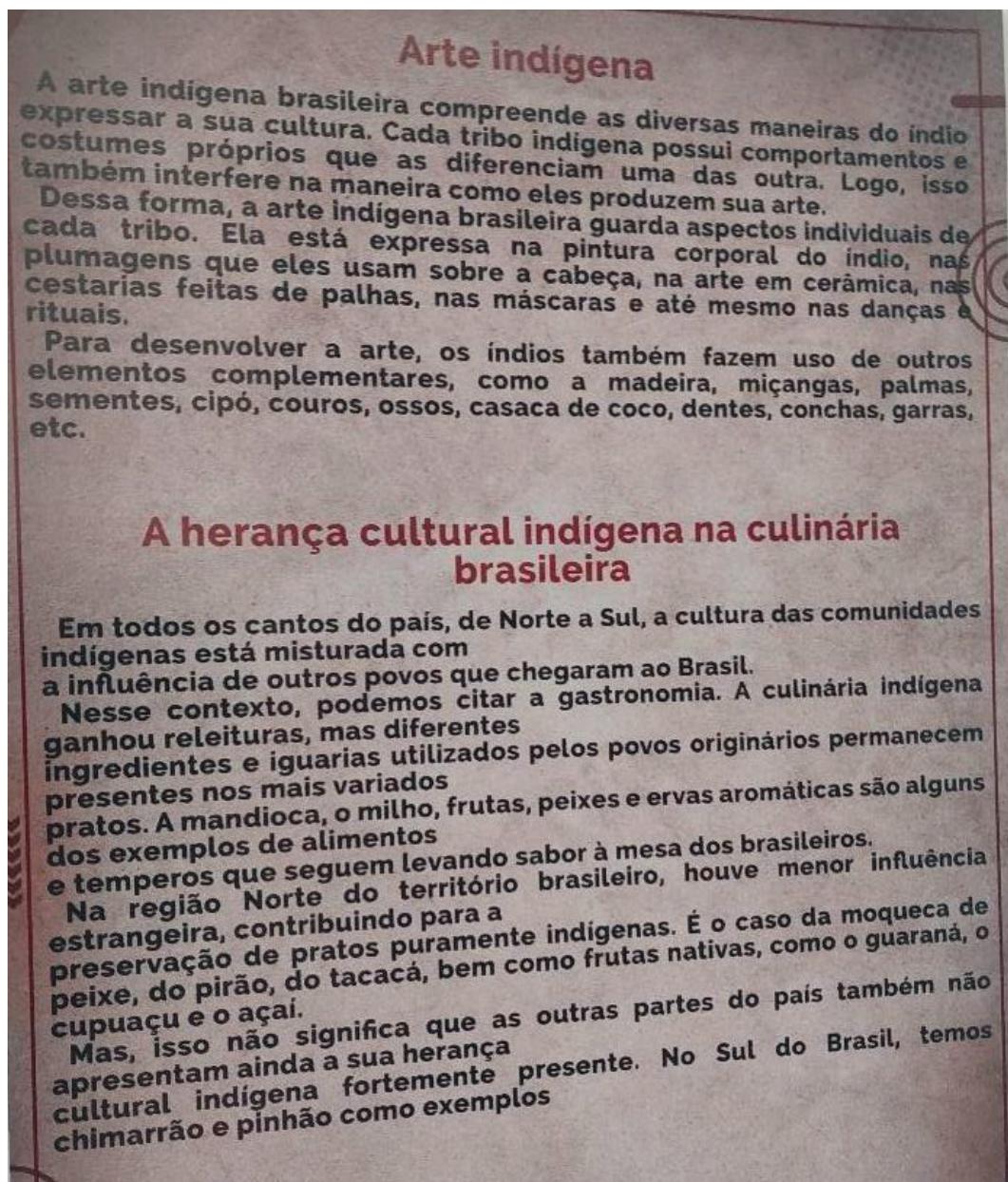
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 9 - FOTO DO INFORMATIVO N° 1 QUE ACOMPANHAVA A EXPOSIÇÃO



FONTE: A autora (2024).

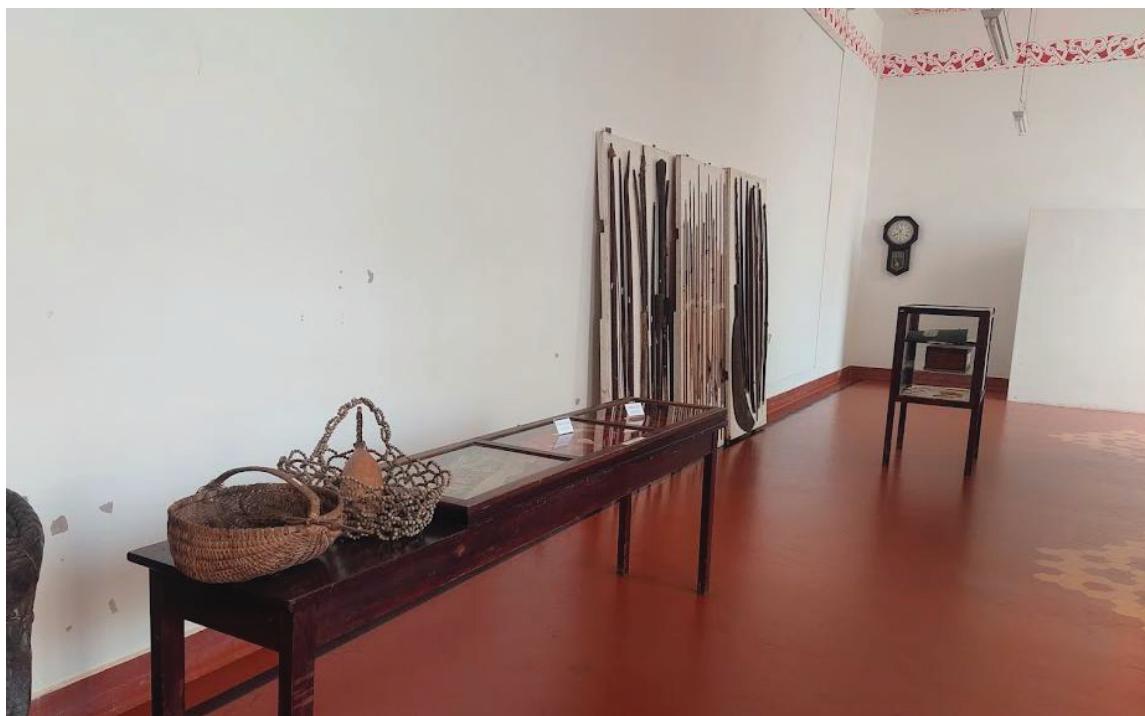
FIGURA 10 - FOTO DO INFORMATIVO N° 2 QUE ACOMPANHAVA A EXPOSIÇÃO



FONTE: A autora (2024).

Já em uma nova visita, em 2025, a exposição havia sido repaginada (FIGURA 11) por conta da 19º Primavera dos Museus. Nessa atualização, o acervo indígena se concentrava em duas partes: em armário vidrado e em quadro na parede. A parte informativa escrita foi retirada, permanecendo somente dois miniquadros (FIGURA 12) descriptivos: um com “pontas de flechas” escrito e o outro “presas de animais”.

FIGURA 11 - FOTO DO ACERVO INDÍGENA EXPOSTO NO MUSEU



FONTE: A autora (2025).

FIGURA 12 - FOTO DOS MINIQUADROS DESCRIPTIVOS



FONTE: A autora (2025).

FIGURA 13 - FOTO DO QUADRO EXPOSITOR



FONTE: A autora (2025).

3.2.2 Museu da Terra e da Vida

O segundo, conforme já mencionado em Woehl (2022), é o “Museu da Terra e da Vida” (FIGURA 14), vinculado ao Centro de Pesquisa Paleontológica (CENPALEO) da Universidade do Contestado (UnC), campus Mafra. O foco do museu é retratar a história da evolução da vida e do planeta, promovendo o patrimônio paleontológico e geológico da região. Devido à constante confusão entre paleontologia e arqueologia, o museu possui um painel específico para distinguir as duas áreas (FIGURA 15).

Na seção mais recente do museu, há uma breve apresentação sobre arqueologia, com apenas 28 itens expostos do acervo indígena. No entanto, sabe-se que na reserva técnica o acervo conta com quase 700 itens. Desses, 33 são fragmentos cerâmicos e os demais são materiais líticos, incluindo 26 pontas de projétil, 22 lâminas de machado polida, 17 mãos de pilão, dois quebra-coquinhos e 19 pré-formas. A maioria dos itens, sendo os 582 itens restantes, são lascas que ainda necessitam de triagem para determinar sua classificação como material arqueológico, segundo descrito em Woehl (2022).

Esse acervo é inteiramente proveniente de doações, tendo entre os municípios de origem Mafra, Papanduva, Itaiópolis, Santa Terezinha, Agrolândia e Alfredo Wagner, em Santa Catarina, e Rio Negro e Antônio Olinto, no Paraná (Woehl, 2022).

A exposição conta com duas frentes informativas: painéis informativos com detalhes regionais, além de trazer datações, fotos e mapas; e o acervo arqueológico, que traz cada item com um miniquadro que descreve o material, situa de que cidade é proveniente e informa quem o doou ao museu.

FIGURA 14 - FOTO DA ENTRADA DO MUSEU DA TERRA E DA VIDA



FONTE: Google.

FIGURA 15 - FOTO DO PAINEL QUE DIFERENÇA AS ÁREAS DE PESQUISA



FONTE: Woehl, 2022.

FIGURA 16 - FOTO DA EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA NO MUSEU DA TERRA E DA VIDA



FONTE: Google.

3.2.3 Análise comparativa

Nas duas instituições, é perceptível diferentes formas de narrativa museológica. O primeiro museu, de gestão municipal, apresentou uma trajetória curiosa: em visita inicial, sua exposição associou os artefatos aos indígenas Xokleng (Laklänõ), contextualizando a presença histórica da etnia na região e seus costumes. Contudo, em visita posterior um ano depois, a museografia havia sido completamente alterada, suprimindo quaisquer referências contextuais. A

nova configuração assumiu um caráter de gabinete de curiosidades, onde os artefatos são apresentados de forma descontextualizada, cabendo ao visitante atribuir-lhes significado – com exceção de dois itens identificados genericamente como "presas de animais" e "pontas de flecha". Nesta abordagem, intencionalidades, histórias e presenças humanas são evitadas.

Em contrapartida, o museu universitário apresenta uma abordagem que segue quase o oposto. Sua expografia é robusta em informações, utilizando painéis detalhados com datações, mapas e fotografias que situam o acervo no tempo e no espaço. Cada peça arqueológica é acompanhada por miniquadro que categoriza o material, descreve sua procedência e identifica o doador.

Esta última prática – a menção sistemática aos doadores – abre espaço para duas reflexões. Por um lado, pode ser vista como estratégia de mediação, criando uma ponte identitária com o público majoritariamente não indígena ao destacar agentes locais familiares, facilitando assim seu engajamento com a narrativa expositiva. Por outro, pode ser interpretada como persistência de uma perspectiva colonial, onde o reconhecimento da presença indígena permanece secundário frente à ênfase conferida aos coletores e doadores coloniais. Ou, ainda, que ambas as leituras coexistam. Cabe considerar que o museu, embora vinculado a uma universidade, possui natureza privada – fator que influencia significativamente sua liberdade de expressão curatorial e justifica, em certa medida, as nuances e estratégias discursivas que adota para assegurar sua própria sobrevivência.

De maneira geral, embora a presença indígena seja reconhecida, ela continua em um papel secundário, com ênfase predominante na contribuição dos coletores e doadores coloniais. Essa persistência de uma perspectiva colonizadora reflete uma forma de invisibilização que, embora menos evidente, ainda está presente na narrativa e na representação dos artefatos.

Caso pesquisas ocorram de forma mais abrangente sobre essas coleções, seria possível aprofundar o conhecimento sobre elas e contribuir para uma representação mais completa e respeitosa do patrimônio indígena regional. Exemplos como o de revitalização dos espaços através de exposições colaborativas que envolvam as populações a que a exposição se refere, podem ser encontrados no trabalho de Cury (2007; 2017; 2020). Essas iniciativas não apenas valorizam a cultura e a história, mas também promovem um diálogo

respeitoso e enriquecedor, permitindo que as comunidades tenham voz na representação de seu próprio patrimônio.

3.3 MEMÓRIAS COMPARTILHADAS

Como é característico em pesquisas que envolvem pessoas, o planejamento para realização das entrevistas passou por sucessivos ajustes, resultando em uma abordagem customizada para cada participante, que foi desenvolvida conforme as particularidades de cada caso.

Conforme previsto, ocorreram dois casos da união dos grupos, ou seja, dois moradores também lecionavam a disciplina de história em Instituições de ensino. Quanto aos demais docentes, obteve-se a participação de mais quatro professores, que juntos somam um total de sete instituições de ensino mafrense, ou seja, superior ao previamente estabelecido. Em contrapartida, entre os moradores, houve menor adesão, com apenas sete entrevistados, abaixo da meta esperada. No total, catorze pessoas foram contatadas.

As entrevistas seguiram o roteiro desenvolvido como referência, porém este não foi aplicado rigidamente, adaptando-se a cada contexto e permitindo que os participantes escolhessem livremente quais experiências e informações compartilhariam.

Um detalhe significativo: o primeiro interlocutor – cujas memórias originaram a sistematização desta etapa – tornou-se um interlocutor chave. Sendo tanto morador (ainda que atualmente residindo na área urbana, mantém propriedade rural no Avencal do Meio, que frequenta semanalmente, e é onde foi criado) quanto docente da rede municipal, seu perfil duplo facilitou o acesso e a indicação de outros participantes, tanto moradores quanto docentes. Como de antemão não havia essa sistematização, as primeiras conversas com este interlocutor não foram gravadas nem seguiram o roteiro padronizado. No entanto, dado o contato frequente, seus relatos serão incorporados em diversos momentos desta seção, quando pertinentes.

Em duas das entrevistas com os moradores, o Interlocutor 1 esteve presente, por preferência dos próprios participantes, que se sentiam confortáveis com sua companhia. Essa dinâmica coletiva, onde a comunidade recorda seu

passado de forma compartilhada, influenciou a organização dos dados. Optou-se por apresentar as informações conforme a ordem cronológica das entrevistas, preservando o contexto dialógico em que surgiram. Nos dois casos de sobreposição de perfis, os relatos serão divididos: as experiências de vida na comunidade serão apresentadas no tópico 3.3.1, e as relacionadas à prática docente no 3.3.2.

Para facilitar a compreensão, cada interlocutor será identificado por um código numérico, simplificado no quadro abaixo:

QUADRO 5 - INTERLOCUTORES POR GRUPO

Nº Interlocutor	Grupo
1 e 3	Moradores e Docentes
2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	Moradores
10, 11, 12, 13 e 14	Docentes

FONTE: A autora (2024).

3.3.1 Moradores e moradores docentes

Ao entrar em contato com a comunidade e apresentar a proposta da pesquisa, as reações foram bastante heterogêneas. Algumas pessoas inicialmente aceitaram, mas depois recuaram, expressando apenas um desconforto vago; outras fizeram o caminho inverso, recusando a princípio e depois aceitando timidamente. Houve casos em que não foi possível estabelecer contato devido à dificuldade de encontrá-las em casa, e outros em que, após várias tentativas, não se concretizou a entrevista. Alguns que concordaram em participar afirmaram nunca ter ouvido falar ou visto nada que associasse a indígenas – ausência que também será registrada como dado relevante.

Entre as indicações do Interlocutor 1 (57 anos), em uma tarde de sábado, acompanhado dele, fomos conversar com quem vem a ser o Interlocutor 2 (71 anos). Muito receptivo, nos acomodou em sua varanda e, entre chimarrões, histórias, lembranças e risadas, a tarde estendeu-se até a noite. Esta talvez tenha sido a sessão mais longa e a menos formal de todas. Para um observador externo, parecia um reencontro de velhos conhecidos. Foi nesse clima, com o apoio do Interlocutor 1 em redirecionar periodicamente a conversa para o foco da pesquisa, que surgiram relatos marcantes.

Em uma tentativa de situar o Interlocutor 2 sobre o que exatamente se dava essa pesquisa, mencionei o caso do Interlocutor 1 com as estruturas semissubterrâneas, onde ele assumiu a conversa e passou a recordar:

Interlocutor 1: *Aquele buraco, eu roçava o piquete do [irmão dele], mas eu roçava com aquele tratorzinho, e daí tinha aquele buraco que eu entrava com o tratorzinho e saía.... e aí eu disse, tá, é um buraco, só um buraco. Daí um dia nós fomos lá numa coisa lá em Lages, em São Jose do Cerrito, que eles mostraram as casas subterrâneas, e eu digo, mas escuta, isso aqui eu já vi, mas não lembrava onde que era... daí lembrei quando eu roçava com o tratorzinho tinha esse buraco aí. Pois era uma casa indígena esse troço.... tem esse buraco e outro pequeno do lado.*

Interlocutor 2: *Lá no mato também tinha um assim, uma sepultura, mas hoje não tem mais, porque foi emparelhado tudo né, mas antigamente tinha, lá no Mato Preto. [...] Mas aqui [sinaliza com a mão indicando todo o ambiente ao redor], não no nosso tempo, mas aí tinha índio.*

Interlocutor 1: *É, tinha, pelas histórias que a gente ouvia... o tio-avô inclusive atirou diz que na bunda de um índio.*

Interlocutor 2: *Mas é, esses causos, que o que meu pai contava, que daí diz que tinha um paiol de roça e tinha um bugrinho, quando eles tavam fazendo armoço por exemplo, assim, um bugrinho malandro vinha, tinha um pau arcado e ele vinha por cima daquela árvore e jogava uns punhado de folha dentro das panelas. E aí um dia um daqueles Sauer [sobrenome de família muito presente na região] diz que pegou ele pra dá uma educação né, e quando foi de noite, a bugraiada vieram e atacaram, e era aqueles paiol de fresta, de tabua partida né, e cabosse munição e os bugres, quando eles fincavam os dedo pra arrancá aquelas tabua, ficou toco de dedo no outro dia, que podia juntar numa enxada.*

Interlocutor 1: *O pai contava também essa história. Ele não contava essa do bugrinho, mas a história de que tentavam arrancar as tabuas, e eles com o facão né, diz que cortava os dedo dos*

Interlocutor 2: *dos bugre, pra poder se livrar né.*

Questionando-os para saber mais, o Interlocutor acrescenta:

Interlocutor 2: *Pois dos índios, o que nós ouvia falar, era tipo dessa que nós contemo por exemplo, só que eles não, se não encravar com eles, eles não, eles ficavam no canto deles, pois o índio, o índio, como diz o ditado, eles foram massacrado tudo. Eu sempre digo, o Brasil é dos índio. [...] e eles ainda contavam alguma, alguma façanha de assim, porque tinha muita, muita, assim, índio. Tu achava ferramenta né, de pedra, que eles, não sei como que um povo daquele se virava né,*

Interlocutor 1: *e se virava.*

Interlocutor 2: *[...] meu pai contava que, as veis quando queriam pegar argum que fazia, tentava fazer mal a eles, diz que se eles fossem pra lá, eles quebravam, pois eles eram perseguidos né, quebravam os ramos aos contra, entende? sabe, pra dizer que nós fomos pra cá né, e já aconteceu gente deles matar gente também assim, eles faziam assim um buraco no chão, um foje, como quem pega uma capivara, e botava um espeto embaixo. [...] mas eles tinham que*

ter, tinham que ter a defesa deles né. Mas falar a verdade, o índio ele, pra dizer assim, vamos supor, ele só não tinha estudo nem nada, mas ele era um ser humano também né.

Sendo os relatos acima histórias que ouvia em sua vida, foi indagado ao interlocutor sobre a sua própria interação com pessoas indígenas, o qual relata apenas um caso:

Interlocutor 2: *esses tempos chegou um bugrote aqui, com descendência de bugre mesmo, e daí compramo essa cestinha aqui [mostra a cesta de taquara, colorida, cheia de grampo de pendurar roupa] e uma peneira, meio sem precisando porque nois já tinha, e daí cé vê, é tudo troço que serve pra alguma coisa né, [...] pra trabalhar com taquara [os indígenas] são em primeiro lugar.*

Perguntei então sobre a relação entre colonos e indígenas, conforme as histórias que ouvia:

Interlocutor 2: *o que os antigos assim contava era que eles não se misturavam né, com o branco, mas então o que que você fazia, se você matasse um [bicho], se você levasse alguma coisa de comer, tipo uma verdura, uma coisa assim e deixasse lá [aponta para a área mais à frente da casa], quando era manhã tinha um pedaço de caça lá.*

Afirmei que se tratava de uma troca, e ele concordou, complementando:

Interlocutor 2: *isso, era uma troca. Isso eu já vi em vídeo, de gente contando que era assim, mas diz que ainda não se entrosavam. Mas daí também nem se entendia a língua deles, que é difícil de entender, difícil. Mas por exemplo, aqui, que a gente sabe, não se sabe se existia [indígenas] muito porque era muito no mato né. [...] Pois olha ali embaixo, onde morava o [cita o nome do morador já falecido], quantos metros da aquela valeta na pedra? [ele pergunta para a sua esposa] que aquilo eu não sei se foi gente que fez ou índio, bem, de qualquer jeito foi gente, é uma valeta de uns 20 centímetros que tá o sinal de picão, que eles desviaram a água assim, coisa mais linda. Na tapera [...] aqui embaixo. O nome do rio é lajeado branco, que tá até nas coisa da prefeitura e tudo esse nome.*

Quando questionado para saber mais sobre a valeta, o Interlocutor sugere que retornássemos em outro dia e assim nos levaria até o local, pois já estava escurecendo e precisava conversar com o proprietário para pegar sua autorização. Assim, já na semana seguinte nos deslocamos até o local, cuja descrição da visita se encontra na seção 3.3.4. Neste momento então mostro as imagens do roteiro para o Interlocutor, e o único que ele comentou foi sobre a mão de pilão:

Interlocutor 2: *dessa aqui meu piá achou uma vez, tem por aí, mas não tem serventia né, pra eles tinha. Foi encontrado ali pra baixo, fincado no chão.*

Quanto aos demais itens, afirmou nunca os ter visto, exceto as estruturas subterrâneas, que, como mencionado, acredita existir uma no Mato Preto (localidade na região próxima), embora não lembre a localização exata.

As próximas indicações do Interlocutor 1 foram seus irmãos. O primeiro contatado, Interlocutor 3 (60 anos), compartilha do mesmo perfil: reside atualmente na zona urbana, mas mantém propriedade e vínculos afetivos com a zona rural do Avencal do Meio, onde cresceu. Ambos optaram por ser entrevistados juntos. Devido à familiaridade do Interlocutor 1 com o tema e à proximidade entre os irmãos, a dinâmica desta sessão diferenciou-se das demais.

Logo de início, ao visualizar as imagens do roteiro, demonstraram familiaridade com a maioria dos itens. Quando um desconhecia determinado artefato, o outro o reconhecia. A familiaridade provinha, em grande parte, de livros didáticos. Especificamente sobre fragmentos cerâmicos e mão de pilão, os interlocutores afirmaram não apenas conhecê-los, mas possuir exemplares. Sendo professores do ensino fundamental – onde a temática indígena é mais presente –, relataram ser comum os estudantes levarem para a sala de aula artefatos como pontas de projétil e lâminas de machado, chegando a presentear os professores com essas peças.

O primeiro exemplar de fragmento cerâmico citado encontra-se atualmente com uma sobrinha, também interessada no assunto, que residindo em outro município, enviou fotos do que os interlocutores chamam de "panelinha" (detalhes na seção 3.4.50. O item foi encontrado pelo pai dos interlocutores no início da década de 1980, em área de plantio de milho:

Interlocutor 1: *Antes se arava com cavalo, que é mais raso, aí foi contratado um trator que arou mais fundo, e aí apareceram os cacos [...] O pai ficava admirado com as cerâmica, queria mandar analisar pra saber do que eram feitos, os materiais que compunham... queria reproduzir elas. O pai sempre foi curioso com as coisas.*

É significativo notar que, no relato, as "cerâmicas" são referidas no plural. Ao ser questionado sobre a quantidade, o interlocutor confirmou tratar-se de muitos fragmentos. Quando indagado sobre o paradeiro destes, explicou que nem todos foram coletados na época, e que mesmo os trazidos para casa se perderam ao longo do tempo.

O segundo exemplar, esse em posse do Interlocutor 3, foi possível levar para análise nas dependências do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-UFPR). Ele conta que encontrou ao preparar a terra para plantar, em 1993:

Interlocutor 3: [...] nessas cerâmicas [...] ela tinha umas inscrições assim, tinha uns deseinho, umas coisas assim, nessa cerâmica. Fiquei imaginando se ali viveram esses indígenas. Guardei por achar algo curioso, principalmente devido aos desenhos na cerâmica.

Sobre as imagens de estruturas subterrâneas, ou fojes, como citados pelo Interlocutor 1 no início da pesquisa, ele descreve.

Interlocutor 1: ali tem três foje, grande, pra você ter uma ideia, nasceu uma gaviroveira dentro dum, e aquilo a gaviroveira tava na copa assim, do lado da, da [superfície]. Agora a gaviroveira secou, já não tem mais dentro, apodreceu e secou.

A árvore, uma *Campomanesia xanthocarpa* (Carvalho, 2006), já seca, é mostrada na primeira visita a ela, descrita na seção 3.4.1.

Nas imagens de oficinas líticas fixas, com as bacias e afiadores, questiono-os quanto ao sítio Queda d'Água, pois afirmaram frequentar o local ao longo da vida, e se percebiam essas marcas sobre a laje:

Interlocutor 3: eu nunca notei

Interlocutor 1: não... no [cita o nome de outro morador] ali que diziam que era de bugre [...] sempre diziam que os buraco era feito por bugre. Aquele pra baixo da ponte.

Autora: dá pra ir lá?

Interlocutor 1: não tem como chegar lá mais.

Interlocutor 3: eu fui ano passado lá pegar umas pedra e me arrependi.

Autora: é muito mato fechado?

Interlocutor 1: pois já virou, não é mais aquele lajeado né, é tudo tomado [pelo mato].

Interlocutor 3: é, pelo mato, pela areia...

Autora: mas o que que tem lá?

Interlocutor 1: uma laje que nem essa [sítio arqueológico Queda d'Água].

Interlocutor 3: era um monjolo bem antigo.

Interlocutor 1: e daí na pedra tem as coisa dentro [...] as bacia e os afiador.

Interlocutor 3: até tinha um valetão assim, um poço... nossa a gente tinha um medo daquele poço.

Ao trazer o sítio Queda d'Água para a conversa, emergem novas memórias:

Interlocutor 1: o pai contava, que a vó dele, é.. ficava muito sozinha, que o marido e os filhos iam tudo pras capoeira, que eram longe né, passava a semana inteira lá, e da casa dela enxergava-se a cachoeira, a laje da cachoeira, que

antes não tinha lá aquele matagal que tem hoje, e ela via durante o dia os índio lá amolando as coisa lá na cachoeira [ele imita com as mãos um movimento de polir pra cima e pra baixo]... que a noite, ela tinha um cachorro, que a casa assim era de piso chão, e o cachorro ficava dentro junto, e ele rosnavia, como se tivesse gente, e ela só brigava com o cão pra parar... e de manhã amanhecia as galinha tudo pelada, morrendo de frio... mas nunca mexeram com ela [se referindo aos indígenas], nem nenhuma coisa.

Interlocutor 3: [...] eu lembrei hoje, que quando a mãe tava doente [Alzheimer] ela, uma vez que eu tava no hospital com ela, ela ficou bem louca e tava com medo dos bugre, ela dizia assim “os bugre, os bugre ali, tão vindo” e eu disse “não, mãe, não tem bugre nenhum, se acalme que eu tô aqui” e aí ela se acalmou. Parece que eles tinham alguma coisa, eles viam, quando era criança, ou falaram [...], ficou na memória e, eu não sei, pra mim que não tem a menor possibilidade de bugre ter vivido aqui, naquela época da mãe [ela nasceu em 1934 e faleceu em 2018], ter vivido aqui, pois não tinha nem terra mais pra eles, tinha mais nada.

Interlocutor 1: o pai contava que as vezes passava um solitário aí, por aí, que eles acreditavam que tinha um cemitério que eles iam visitar.

Interlocutor 3: tinha um cemitério no Rio Preto [...] um cemitério de índio, e daí eles não queriam que ninguém passasse por lá, e daí que dava conflito com os colonos, porque eles tavam numa área sagrada dos índios. Professor [cita nome] que me contou essa história. Eu tinha um jornal, eu guardei, mas daí onde que eu guardei esse jornal..., mas eu tenho esse jornal, tá guardado esse jornal.

Questiono então se na infância deles eram assustados pela figura do indígena, como aconteceu no caso da mãe deles:

Interlocutor 3: sim... bugre, não se usava o termo índio, era tudo bugre... e não me esqueço de que na escola aqui tinha um livro que dizia assim, tinha uma, era de português o livro, tinha uma frase assim “o índio é mau”, e aí eu pensei, mas pensava né, pô o índio era visto como coisa do mal, e inclusive os filmes de faroeste da época, que a gente assistia, o branco matava índio, nos Estados Unidos e tal, e a gente achava o máximo, têm que matar mesmo... era porque os índio era mau nos filmes, essa foi uma ideia que eles passaram também, que o índio só incomoda, que tinha que eliminar... HOJE [interlocutor fala com ênfase] que a gente entende por outro ângulo, que não é bem assim. [...] e pra assustar criança: “ei, não vai lá que o bugre pega”, o pai dizia “lá tem bugre”, “até parece que tô vendo um...” [interlocutor imita o pai olhando para longe com cara preocupado] o pai dizia “não vai lá que lá tem bugre”.

Interlocutor 1: e daí quando chegava gente, e depende quem chegava, o pai contava as histórias... do tio, da vó, da bisavó né

Interlocutor 3: a irmã da [cita nome da mulher] que os índios sequestraram a irmã, levaram e daí devolveram, mas levaram a criança [...] a irmã da avó dela foi sequestrada pelos bugre, eles levaram a menina [...] criança, ela foi buscar água no arroio e eles levaram, e daí devolveram diz que. [...] eu não sei onde morava, onde foi esse episódio... não perguntei né porquê...

Pergunto se eles, durante o período que moravam ali, chegaram a encontrar algum individuo indígena:

Interlocutor 3: a bugra e o bugrinho [...] em 1970, 1973 por aí, porque eu já ia pra escola... então 1972, ou antes até.

Interlocutor 1: eles vinham e iam simbora um tempo, e daí voltava

Autora: E até quando vocês acham que viram eles?

Interlocutor 3: 1973, depois não veio mais, e aí ficamos sabendo que morreu, a bugra morreu.

Autora: E como era a relação entre vocês?

Interlocutor 3: Eles moravam debaixo da ponte. E aí eu lembro que o bugrinho, ele subia em cima da ponte e se jogava dentro do rio. Uma vez nos vimos, voltando da escola, e olhamos ele, pelado, subia na grade [da ponte] e se jogava... já pensou, que coragem, pois podia ter um toco lá embaixo.

Interlocutor 1: Acho que eles moravam por um tempo com o [cita o nome do morador], naquela casinha

Interlocutor 3: isso, daí ela tinha um companheiro, que eu não cheguei a vê [...] o menino tinha uns 9 anos, a menina acho que era mais velha, uns 10 anos, e daí eles ficaram debaixo da ponte e a gente ia lá... entre eles falavam outra língua, eles não falavam nossa língua, mas a bugra sabia falar com nós assim [...] lembro uma vez que fui eu e o tio [...], daí ela tava cozinhando batata assim, mas ela conversava assim, e o piazinho pescava, pescava e... assava aqueles peixe ali, aquelas coisa ali, e ficava o que, um mês mais ou menos ali, nem isso, e daí já iam embora

Interlocutor 1: esse [o companheiro da indígena] que curou o [nome de outro irmão deles], ele pegou uma infecção, era criança de colo assim, pegou nas orelhas e tava meio caindo, tava desgrudando já de tanta infecção assim, nada sarava, e pomada de farmácia nada resolia e daí o bugre disse “não, deixe que eu vou curar ele, vou fazer um remédio pra ele” e aí foi pro mato e aí voltou, e fez um pózinho, parecia de folha moída, e daí disse que depois de tomar banho, depois de lavar, era pra pôr esse pózinho na orelha, daí o pai ficou meio receoso, de que ia pôr sujeira em cima, na ferida aberta assim, mas fez, a mãe que fez na verdade, de noite colocou... e sarou. E aí o pai depois conversando com ele [indígena], queria saber o que era, e ele não falou, só dizia “ah é umas ervas aí”, e não contou.

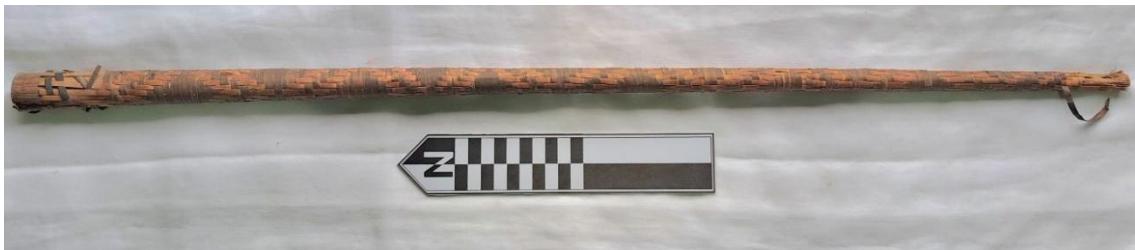
A indígena foi descrita como uma mulher baixa, de cerca de 40 anos, que se deslocava com frequência até a residência de infância dos interlocutores:

Interlocutor 3: é eles vinham buscar leite e mantimentos, toucinho... daí o pai ia levar lá assim, alguma coisa pra eles, e daí eu lembro que ele levou um litro de leite, [a indígena] teceu aquela taquara em volta do litro assim, e um cabo de chicote, que foi o marido dela quem fez.

O litro com o trançado esteve guardado por todos esses anos. Contudo, até esse momento, não foi localizado pelos interlocutores na residência. Já o cabo de chicote, descrito como um presente que receberam, foi localizado e

ilustrado na figura abaixo. Sua extensão é de 84 cm, tendo, na extremidade esquerda 3cm de largura e 2,5cm de espessura. Na extremidade direita 1,4cm de largura e 7cm de espessura.

FIGURA 17 - FOTO DO CABO DE CHICOTE



FONTE: A autora (2024).

Além desses itens, os interlocutores descreveram também serem presenteados com sururuca⁶ e peneiras, muito utilizadas por eles, principalmente para peneirar feijão. Eles descrevem como tendo uma relação de trocas.

Em outro momento eles mencionam a presença de uma outra família, esta agora com indivíduos identificados por nome e sobrenome, descritos como mestiças e caboclas porque “*tinham todos os costumes, hábitos, descalço toda vida, nunca usavam chinelo*”. A lembrança eram que passavam muita fome, ao passo que o interlocutor relembra:

Interlocutor 3: *eu lembro que nois tinha terminado de almoçar, o pai não tava em casa, tinha ido pra cidade, e daí elas chegaram, a mãe recolheu elas aqui na mesa, a mãe não era de dar comida lá fora embaixo de uma árvore, era na mesa junto com nois... e elas comeram tanto, comeram tanto tanto, daí o feijão no fim a mãe disse “pode pega tudo”, e comeu tudo, e ela falava diferente, falava diferente com a [irmã que a acompanhava] e ai eu perguntei pra mãe “porque que ela fala assim?” e a mãe disse “ela tem a língua grudada”. Pois língua grudada nada! elas tavam falando um guarani, ou um sei lá o que, era uma língua deles que eles se entendiam.*

Diante desses relatos, questiono-os sobre a relação que a família mantinha tanto com a família indígena como da cabocla, com relação ao relato anterior – de usar a figura do indígena para amedrontar. A resposta revelou que os interlocutores não se recordavam da mãe os assustando com isso, mas sim o pai. O interlocutor 3 então reflete:

Interlocutor 3: *mas de uma coisa eu tenho certeza, aqui na região era visto o bugre como ser inferior... ele não é gente... e esses caboclo que são originários do... também, eles sofreram bastante, fosse hoje deuzolivre... porque cê veja,*

⁶ Espécie de peneira grossa.

matava um porco... pacuera⁷, cabeça, que ninguém queria, levava pros caboclos... quer dizer, já era uma coisa da inferiorização.

Prosseguindo com a conversa, questiono-os sobre os vizinhos, ou conhecidos, se compartilhavam histórias semelhantes, como aquelas relatadas pelo Interlocutor 2. Nesse momento o Interlocutor 1 contextualiza as histórias ao seu irmão. Foi neste contexto que novas lembranças surgem:

Interlocutor 1: *essa é uma história que o pai contava..., mas acho que ele [tio-avô deles] matou um índio né*

Interlocutor 3: *ele atirou no índio porque tava sujando a água*

Interlocutor 1: *não, mas acho que essa é uma outra história... diz que ele tava no arroinho e o índio tava cagando dentro da água e ele pegou e deu um tiro na bunda... Mas essa é uma outra história, que alguém matou um índio, e daí de noite diz que eles [indígenas] vieram tudo e tentavam arranca as tábua, que eles pegavam e aí ele [tio-avô deles] pegava e passava facão nos dedo... diz que no outro dia tava cheio de... e aí eles tavam tentando e um vizinho perto deu um tiro, e aí eles fugiram tudo, aí no outro dia diz que tava cheio de dedo... mas aonde que era isso eu não lembro... era pra lá, lá nos Bituva, aqui não era.*

Interlocutor 3: *aqui não era, porque essa estrada ali que vai lá pro nosso terreno, é de 1853, antiga Dona Francisca, então eu acho que se já tinha um movimento, os índios não iam, eles não vinham ali... isso dali [a história que o interlocutor 1 contou] deve ter sido lá nos sertão, em Bituva, talvez até foi pros lado de Itaiópolis já né.*

Interlocutor 1: *esse tio, que o pai dizia, ele tinha um paiozinho lá nas capoeira, que eram três lado só, feito de xaxim, e a frente era aberta, e diz que ele era meio um cara de coragem e posava sozinho lá, e uma noite diz que jogaram um inhambu [ave] com as asas e os pé quebrado, pra dentro, e ele achou que os cara tavam fazendo isso pra assustá ele, diz que daí ele pegou um facão e saiu pro mato “ei cês se mandem daí” espantando... nunca mais mexeram... claro, os cara tavam tentando fazer uma aproximação, tavam dando presente pra ele!!*

Interlocutor 3: *mas ele ia entender... um tinha medo do outro.*

O outro irmão contatado, o Interlocutor 4, compartilhou algumas informações no momento inicial da conversa. Entretanto, ao ser apresentado o RCLI e explicado sobre a gravação de áudio, recuou e optou por não continuar. Suas informações, portanto, não serão utilizadas.

A Interlocutora 5, outra irmã, aceitou participar. Porém, sendo uma das mais novas (54 anos), viveu pouco tempo na zona rural, tendo se mudado para a área urbana ainda na infância. Não recorda histórias ou comentários sobre o tema. Ao visualizar as imagens do roteiro, a maioria das respostas foi negativa,

⁷ Visceras do porco (fígado, pulmão, coração, língua).

reconhecendo apenas a mão de pilão (por ter usado uma de madeira em casa) e pontas de projétil (por tê-las visto em museus e livros, dada sua formação em pedagogia).

A última dos irmãos é a Interlocutora 6 (61 anos), que tem uma trajetória de vida semelhante aos dois primeiros irmãos. Residiu na infância e juventude no Avencal do Meio e, apesar de morar atualmente em município vizinho, visita a localidade mensalmente. Compartilhou histórias ouvidas de seu pai:

Interlocutor 6: *Meu pai sempre contava bastante, que existiam ali índios na região, ali no Avencal do Meio, inclusive tem uma cachoeira lá, assim um córrego bem bonito, de pedra que tem alguns buracos, já digo, algumas fendas assim, que meu pai sempre falava que eram os índios que fizeram aquilo... e também a minha bisa, uma mulher muito corajosa, uma mulher que, como eles eram novos na região, e tinham indígenas, ela sempre né, meu pai contava que os índios vinham até perto da casa, mas a noite né, assim pra ver o que que tinha, daí eles [indígenas] pegavam as galinhas deles [família da interlocutora], depenavam, é... tipo assim, eles eram, eles eram, tipo assim, minha bisa assim, no caso, era os estranhos ali né, e ali já era dos índios, então... mas nunca tiveram problemas maiores com os índios, nunca eles tiveram problemas com os índios, sempre foi amigável.*

A cachoeira, ou córrego de pedra com buracos e fendas mencionados correspondem ao atual sítio arqueológico Queda d'Água⁸. Questionada sobre interações diretas com povos indígenas, seu relato remete à infância:

Interlocutor 6: *Quando era criança... vinha sempre assim, agora eu não sei de qual etnia que era, de quais povos que era aquela... a gente quando era criança dizia a bugra né, e eles tinham as crianças, e a gente trocava coisas assim, nois brincava com as crianças, porque nós éramos pequenos, e eles viviam ali, eles ficavam um tempo ali debaixo da ponte né, ali do rio da área, e depois de um tempo iam embora, mas enquanto eles tavam ali a gente trocava é... inclusive, a gente tinha quando era criança né, tinha as cestinhas, cestinha de páscoa, que colocava os ovinhos, as casquinhas de páscoa, eram feitas de taquara, feitas por essa índia. Os balaios, as peneira, é... tudo, a gente trocava, a gente levava coisa pra eles né, comida, coisa assim, e em troca era pago com... a gente comprava, mas no caso era pago com produtos pra comida né pra eles. E dali um tempo a mais eles iam embora né, e daí não sei assim mais nada, assim disso dali da região.*

Acrescentou que, na atualidade, sabe da presença indígena em Mafra – supõe que sejam Xokleng ou Kaingang –, e que em sua cidade atual também há, sendo seu costume comprar balaios que vendem na rua, por apreciar o artesanato. Por fim, ao visualizar as imagens do roteiro, sua resposta não se atentou a cada imagem, após visualizar todas falou:

⁸ O sítio é apresentado nas seções 2.3 e 3.3.3.

Interlocutor 6: *No avencal lá tinha, inclusive tinha, tipo uma gamelinha bem pequenininha, era bem pequena assim, mas que era dos indígenas aquele. [...] e eu vi sim essa gamelinha... e acho que foi a única coisa que eu vi sim, que era assim, bem de lá dos índios. [...], mas esse sim, ele era bem assim, eu já digo uma baciazinha, mas bem pequenininha, tipo um fundo de panela mesmo. [...] e tinha um cabo de chicote, lá no Avencal [...] que era trançado, que era assim, feito assim, o artesanato indígena.*

A "gamelinha" refere-se ao mesmo item apresentado pelos irmãos, Interlocutores 1 e 3, que atualmente está em posse da sobrinha deles; e o "cabô de chicote trançado", à peça mencionada pelo Interlocutor 3.

A próxima interlocutora, a número 7 (80 anos), reside há muitos anos na zona urbana, mas nasceu e viveu no Avencal do Meio até a juventude. A interlocutora 8 (63 anos), é moradora atual e viveu parte da infância no Avencal, alternando entre a zona rural e urbana ao longo da vida. Ambas não recordam nada envolvendo povos indígenas e não se familiarizaram com as imagens do roteiro. Seus relatos concentravam-se em relatos de visagens, lendas e assombrações.

Por fim, o interlocutor 9 (62 anos), morador que sempre residiu no Avencal do Meio, trouxe em seu relato a presença daquela mesma família de indígenas citado no início pelos irmãos:

Interlocutor 9: *Lembro que morava a bugra com o casal de bugrinho ali debaixo da ponte. Viviam meio que de doações e ficou tempo ali, depois sumiu. Faziam balaio e saiam vender por ali nas casas. Eles não saíam lá de casa. Iam lá os bugrinho moer milho, nois tinha um moinho no pátio, desses de moer quirera, aí eles iam lá moer, eles moíam pra comer mesmo essa quirera lá. Eu me lembro assim um pouco, meu pai dava muita coisa pra eles. [...] Eu conheci eles assim, meio vagamente assim, que eles iam moer milho daí eu sempre tava por lá. [...] Eu lembro que a turma levava lá um litro pra eles trançar, um trabalho de taquara assim em volta dos litro, ficava muito bonito. [...] Entre eles, eles falavam tudo na língua deles, não se entendia nada, mas daí com a gente eles falavam normal. Daí bem antigamente, o pai sempre contava, a mãe também, que tinha os bugre, mas esses eram bugre mesmo, do mato mesmo, diz que tinha aquela ponte véia lá que antigamente era aquela ponte véia ali no terreno da [cita o nome da proprietária] ali pra dentro tinha uma ponte [...] daí eles vinham e quando passavam, que antigamente era só carroça né, passava os carroceiro tudo por ali e daí os bugre ia e tirava tudo as pranchas, que era tudo com pranchão assim a ponte, eles arrancavam e jogavam tudo pra dentro do rio, deixavam só os trilho, isso a mãe contava.*

Este interlocutor também não se familiarizou com nenhuma das imagens do roteiro.

Na sequência, serão abordadas as entrevistas com os docentes, em ordem de realização.

3.3.2 Docentes

Conforme mencionado, o Interlocutor 1 foi fundamental não apenas nas entrevistas com a comunidade do Avencal do Meio, mas também entre os docentes. Sua contribuição para este grupo consistiu em orientar sobre a quantidade e a identidade dos professores de História em cada instituição de ensino contemplada pela pesquisa.

Foram entrevistados sete docentes, dois dos quais já apresentados anteriormente por integrarem também o grupo de moradores da comunidade. Considerando que um docente pode lecionar em mais de uma instituição, o estudo abrangeu, indiretamente, dez instituições de ensino: cinco municipais, três estaduais e duas privadas. Desse total, quatro oferecem apenas o Ensino Fundamental, um apenas o Ensino Médio, e cinco disponibilizam ambos os níveis, conforme sumarizado no quadro abaixo.

QUADRO 6 - INTERLOCUTORES POR INSTITUIÇÃO

Instituição	Caráter	Séries ofertadas	Nº Interlocutor
A	Municipal	Fundamental 2	10 e 11
B			10
C			11
D			12
E			1 e 11
F	Estadual	Fundamental 2 e Médio	3
G			3
H			13
I			14
J	Privada	Ensino médio	14

FONTE: A autora (2024).

A dinâmica das entrevistas com os docentes diferenciou-se das realizadas com os moradores. O roteiro base foi seguido quase integralmente, embora, como já destacado, coubesse a cada interlocutor decidir o que compartilhar.

Na primeira tentativa de contato, foi possível já realizar a entrevista. Ambos os professores de História da Instituição A estavam no horário de atividade na sala dos professores, local onde a sessão foi conduzida coletivamente. Assim, apresentam-se o Interlocutor 10, que também leciona na Instituição B, e o Interlocutor 11, que também leciona nas instituições C e E.

Ao contextualizar o interesse da pesquisa, assim que mencionado populações indígenas, a conversa se desenrolou para os estigmas e preconceitos associados a estes:

Interlocutor 11: *era tido como bandido, como sem vergonha cara... que caboclo é vadio.... falava assim “parece um caboclo de tão relaxado assim”.*

Iniciado com a parte dos artefatos, quando questionados sobre a que relacionam os itens, o relato já introduz o cenário dentro das salas de aula:

Interlocutor 11: *a gente fica nos achismos... relaciona assim a pré-história, parte lá do Homo habilis... nada que o ser humano atual não tenha conseguido utilizar essas ferramentas... tem o pessoal do interior, que quando a gente começa a dar aula pros alunos sobre isso assim, “ah, mas tem parecido com isso aí lá onde nós brincamos, nós achamos”.*

Com relação aos demais itens, conheciam a partir de imagens em livros ou vídeos. Ao tratar de estruturas subterrâneas, reconheceram e descreveram elas enquanto “toca de índio”, associando-as enquanto locais de refúgio. Ainda que compreendessem do que se tratava, houve confusões por parte dos docentes ao incluir na descrição e exemplos, características de paleotocas.

Sobre a abordagem em sala de aula, com estudantes do 6º ano, ambos relataram receptividade curiosa, mas destacaram a superficialidade do material didático, que não se atenta a diferenciar os povos por exemplo, que “apenas fornece o básico do básico”. Eles ainda argumentam:

Interlocutor 11: *é muito curto o período que a gente trabalha isso*

Interlocutor 10: *o próprio material didático não é, digamos assim, você não tem tempo disponível*

Interlocutor 11: *e vem na realidade o material didático, é sempre o mesmo né, que vem os sítios arqueológicos lá da Serra da Capivara, sempre os mesmos, nada muito diferente*

Interlocutor 10: *é, os sambaquis e tal, nada muito diferente disso*

Ao complementarem o raciocínio, surge uma constatação sobre os problemas enfrentados no sistema de ensino, como a falta de capacitação para que os professores se atualizem. Eles observam que profissionais de outras

áreas recebem formação continuada, enquanto a eles são oferecidas apenas “palestras motivacionais” – que, percebe-se, mais desmotivam do que incentivam os docentes.

Os professores destacam que, se não buscarem por conta própria, não há atualização, e que para isso é necessário disponibilidade – algo que não têm –, além de saber onde encontrar informações confiáveis, estudá-las e absorvê-las. O Interlocutor 11 associa essa carência à falta de cursos específicos, enquanto o Interlocutor 10 complementa apontando uma falha da própria área de História em divulgar e tornar o conhecimento acessível, acrescentando: “infelizmente assim, a nossa disciplina é subjetiva, então se você não trouxer uma ferramenta, digamos um molde, que ele [estudantes] possa ver ou tocar...” o conteúdo permanece abstrato.

O interlocutor 11 desabafa: “é aquela coisa, dou aula em duas, três escolas... não tem nem tempo de respirar”. Ele também recorda uma tentativa de promover uma iniciativa relacionada ao patrimônio histórico, mas que encontrou apenas obstáculos e nenhum apoio governamental. Diante disso, o Interlocutor 10 lamenta: “a própria sociedade não valoriza a história, a arqueologia”.

Quando questionados sobre seu conhecimento a respeito da história indígena regional, ambos afirmam estar cientes do que é apresentado pelo Cenpáleo⁹, mencionando: “é o que temos aí, que permanece aí né, duas tribos: Xokleng e Kaingang”. Ao relembrarem da infância, os dois trazem à tona lembranças como:

Interlocutor 11: eu lembro, que chamavam de bugre né, assustavam as crianças com os bugre, que os bugre era ruim, que era mau, que o vô já tinha lutado com bugre

Interlocutor 10: é, exatamente, sempre com quem é o bom e o mau.

Também recordam experiências da época da faculdade, quando o Interlocutor 11 e sua turma visitaram parte da Terra Indígena Laklänõ, em Itaiópolis. Especificamente sobre a Instituição A, ambos lembram que haviam indígenas que iam tomar banho no local todas as noites. Eles ficavam acampados nas proximidades por um tempo, partiam e depois retornavam. Trazem ainda memórias de visitas a museus, como o MAE-UFPR, em

⁹ Ver seção 3.2.2

Paranaguá, e da venda de artesanato, como os *vixo'i ra'ãnga* – pequenas figuras de madeira produzidas pelos Guarani (Brisuela, 2020) –, das quais o Interlocutor 11 relata ter várias.

Quanto aos recursos didáticos, ambos mencionam utilizar materiais que precisam buscar por conta própria, como jornais, vídeos no YouTube e filmes, reforçando, mais uma vez, a carência de cursos de formação.

A Instituição D foi o próximo cenário de entrevista, com a Interlocutora 12 (31 anos), que leciona integralmente nesta instituição. Natural de outra zona rural do município, com família estabelecida há gerações na região, demonstrou possuir conhecimento limitado sobre as questões abordadas no roteiro, respondendo negativamente a uma série de perguntas. Em relação às imagens apresentadas, familiarizou-se apenas com pontas de projétil, lâminas de machado e mão de pilão, itens que identificou em livros didáticos e acredita ter visto em filmes e museus durante a graduação.

Seu conhecimento sobre as populações indígenas na região está atrelado ao material que é fornecido para trabalho em sala de aula. A interlocutora elogia a abordagem do tema nos livros didáticos, reconhecendo que, apesar da abordagem concisa exigida pelo tempo limitado em sala, o material consegue informar de maneira satisfatória, especialmente em comparação com materiais de outras instituições onde já lecionou. Entre as dificuldades listadas, o fator tempo surge como central: entre feriados, atividades diversas e imprevistos, o conteúdo precisa ser constantemente "enxugado".

Como recursos menciona fazer uso do suporte audiovisual para essa tarefa, trazendo filmes como “Os croods” para a sala de aula, reiterando ser muito difícil encontrar outros filmes e outras opções didáticas acessíveis. Um desejo compartilhado foi o de poder utilizar réplicas de artefatos com os estudantes em sala, argumentando que, embora o audiovisual tenha seu valor, o tocar o objeto e interagir com ele proporciona outra dinâmica na compreensão dos estudantes.

Retomando os Interlocutores 1 e 3 (docentes e moradores), o Interlocutor 1 leciona na Instituição E, e o Interlocutor 3, nas Instituições F e G. Conforme mencionado anteriormente, em certas ocasiões, eles chegaram a receber de alunos materiais como machadinhas e mãos de pilão como doação. Além disso, relatam ouvir com frequência, especialmente de estudantes do 6º ano oriundos

de zonas rurais, que encontraram objetos semelhantes aos trabalhados em sala de aula.

Quanto às dificuldades, o Interlocutor 3 menciona a falta de interesse dos próprios estudantes no tema. Já o Interlocutor 1 aponta a escassez de materiais específicos sobre a região, opinião com a qual seu irmão concorda:

Interlocutor 1: *tem muito pouco material pra você trabalhar a região, aqui... tem do... se você for ver lá, vai encontrar bastante material da Amazônia, do Mato Grosso, dessas coisas..., mas daqui não tem, não tem nada pra você falar daqui [...] e geralmente do Ensino Fundamental 1 você vê que as professoras trabalham o dia do índio, é aquela coisa de pôr uma peninha na cabeça e andar de tanguinha e é isso, bem estereotipado.*

Ambos afirmaram fazer uso apenas dos livros didáticos fornecidos pelas instituições de ensino. O Interlocutor 1 complementa que, por vezes, recorre aos artefatos que possui – inclusive os doados pelos alunos – para apresentá-los fisicamente em sala. Ao serem questionados especificamente sobre se há o interesse na produção de material didático local, o Interlocutor 3 responde:

Interlocutor 3: *sim, bastante... sempre tendo os dois lados, porque lá no 3º ano do Ensino Médio, eu levantei essa questão do indígena [no Estado] e a piazada desceu o cacete, “é porque tavam invadindo terra ali em Rio Negro, não tem que invadir coisa dos outros, tem que descer no cacete, tem que matar mesmo” sabe, e começou uma discussão boba assim, daí eu já cortei, já disse não, não vai pra frente... que são discípulos de você sabe quem né, daí já viu, já cortei, disse “não é bem assim, tem que ver que é um ser humano e também tem direito” e tal mas... complicado [...] e outra questão, eu disse pros alunos, a própria cidade de vocês tem nome de índio, Rio Una, Rio Negro era Una, Una quer dizer pedra preta [...] o índio chama de una, que quer dizer preto... mas daí os colonos não queria que se chamassem una, porque era de índio né, então vamos chamar de Rio Negro, daí tem o Rio Preto [nome do rio e do distrito] e o rio Negrinho [nome do afluente do rio Preto].*

A partir dessa fala, iniciou-se uma reflexão entre nós sobre as localidades do município cujos nomes remetem a referências indígenas, como os bairros Amola Flecha e Espigão do Bugre:

Interlocutor 1: *Espinhal do Bugre tinha, porque foi lá que o [cita nome do morador] achava um monte de coisa, ele tinha terreno lá, ele achava um monte de coisa [...] cerâmica, mão de pilão, lá eu garanto que se fizesse escavação achava um monte de coisa... não sei bem certo onde que era, mas que ele achava bastante coisa achava.*

Interlocutor 1: *é e ali entre o Butiá dos Taborda e o São Lourenço tem o Guarupu... e Guarupu é um nome indígena... então eu acho que o Amola Flecha é... hoje é quase área urbana de Mafra né [...] é lá pra cima do cemitério, é uma morraíada [...] têm cruz de São João Maria... tem tudo essas coisas lá.*

A próxima, Interlocutora 13 e docente na Instituição H, mostrou-se pouco disposta a participar desde o primeiro contato, solicitando a documentação do RCLI para analisar em casa. A devolutiva posterior foi uma recusa.

Por fim, o Interlocutor 14 (44 anos), docente nas Instituições I e J, por não dispor de horário de atividade – característica da rede privada –, optou por realizar a entrevista em uma cafeteria. Em seu relato, admitiu nunca ter sido alguém preocupado em buscar suas raízes históricas ou genealógicas, traço que percebe igualmente ausente em sua família. Apesar disso, a temática da presença indígena na região permeou sua trajetória acadêmica em diversas etapas, conferindo-lhe um conhecimento diversificado sobre o assunto.

Ao visualizar as imagens do roteiro, o único item com o qual relatou ter tido contato foi a mão de pilão – um exemplar de madeira utilizado na casa do avô. Quanto aos demais, não recordava tê-los visto, nem mesmo em museus. Quando indagado se conseguia associar os artefatos a algum povo ou período, refletiu:

Interlocutor 14: *Essa questão do antigo é muito relativa, porque a mentalidade, o senso comum em cima do indígena é que ele na atualidade já é antigo, ele é “atrasado” né [na fala o interlocutor faz aspas com as mãos], então... o que eu penso é que deve ter muita coisa do século XIX, XX, que tem os bugrários [se referindo aos mercenários, os bugreiros]. Mas tem um senso comum em mim que chama pra pré-história.*

Diante de seu interesse acadêmico pelo tema, questionei-o sobre os povos indígenas da região, ao que respondeu, bem-humorado: “sei que muito pouco se sabe”. Contou que começou somente a ouvir sobre o assunto em um cursinho preparatório, onde a figura indígena surgia sempre como apartada da civilização. Seu contato com indígenas, desde então, restringiu-se à bibliografia.

Ao ser questionado sobre a abordagem em sala de aula, mencionou suas experiências quando lecionava para o 6º ano – período de maior incidência do tema – e como a reação dos estudantes é de curiosidade, muito associada à idade, mas sem uma noção clara de temporalidade: “*para os alunos, parece que tudo está acontecendo ao mesmo tempo*”. Entre as dificuldades, ressurgiu a escassez de materiais didáticos acessíveis. O interlocutor relata utilizar imagens como recurso e, por não encontrar alternativas, limita-se a essa estratégia.

3.3.3 Memórias em diálogo

A análise comparativa das entrevistas com docentes e moradores revela dinâmicas distintas de interação e aprendizagem. Enquanto as sessões com docentes seguiram o roteiro de forma mais estruturada, caracterizando-se muitas vezes como momentos de capacitação mútua – onde eu, como pesquisadora, também respondia a dúvidas e compartilhava informações –, os encontros com moradores transformaram-se em espaços de escuta ativa, onde o conhecimento acadêmico tornava-se quase secundário frente à profundidade das experiências relatadas.

Entre os docentes, houve o consenso sobre dois obstáculos centrais: a falta de tempo e a dificuldade de atualização curricular. A realidade do ensino público – e mesmo privado –, historicamente sucateado, impõe aos docentes um acúmulo de demandas que inviabiliza a busca autônoma por recursos didáticos específicos. O recurso precisa, portanto, chegar ao docente, cujo tempo é escasso. Esta problemática é agravada pelo fato de a temática da história indígena estar fora do escopo dos vestibulares, recebendo assim menos atenção no planejamento curricular.

O momento de exibição das imagens do roteiro transformou-se em oportunidade de formação continuada. À medida que os docentes manifestavam familiaridade ou desconhecimento sobre os artefatos, eu complementava com breves contextualizações. Da mesma forma, sobre a carência de materiais didáticos, me coloquei à disposição para sanar dúvidas futuras e indiquei fontes especializadas em divulgação arqueológica.

Já as entrevistas com moradores seguiram trajetória oposta: o roteiro foi pouco utilizado, cedendo espaço à escuta das histórias locais. Um exemplo é o sítio Queda d'Água: embora registrado oficialmente apenas em 2022, os moradores já o conheciam e associavam sua origem aos indígenas – com relato inclusive dos amoladores-polidores em ação. Isso demonstra que o reconhecimento arqueológico formal chega tardeamente a contextos já incorporados ao imaginário local.

A análise dos relatos permitiu identificar que alguns moradores estabelecem uma categorização nativa dos indígenas: de um lado, os

"indígenas" com quem mantinham contato; de outro, os "indígenas do mato", figura associada ao universo mítico de um ser selvagem. Esta dualidade reflete-se numa contradição narrativa profunda: a mesma figura indígena que era utilizada para assustar crianças nos relatos paternos – ecoando uma representação do indígena como mau, não civilizado e violento – era, na prática cotidiana, parte de relações de trocas materiais e simbólicas com as famílias locais.

Essa representação negativa não é ao acaso, mas fruto de um projeto nacional que, por décadas, intencionalmente construiu o indígena como inimigo e à parte da civilização (Carola, 2010). Esse projeto foi perpetuado tanto pelos livros didáticos quanto pelas produções cinematográficas – inclusive internacionais –, que consistentemente retratavam o indígena como uma figura a ser temida. As consequências desse processo histórico são os estigmas e preconceitos que perduram até os dias atuais.

De forma geral, é perceptível uma certa desvalorização e/ou desconhecimento da relevância histórica das próprias vivências, memórias e conhecimentos de ambos os grupos – docentes e moradores. Ainda que não descrito integralmente ao longo das entrevistas, após o primeiro contato com cada interlocutor, a resposta era sempre a mesma, de que acreditava não poder ajudar, que não sabia de muita coisa. Além desse fator, é possível associar tal postura a uma atitude de isenção ou reserva, uma vez que a temática abordada é permeada por polêmicas e, até os dias atuais, suscita debates, tensões e visões distintas entre a população local, o que pode levar os interlocutores a adotarem uma posição de cautela ou distanciamento diante do assunto.

Todos esses cenários os impedem de se reconhecerem como protagonistas desses universos sociais e de detentores de saberes relevantes para a história regional. Um dos principais objetivos deste diálogo foi, justamente, demonstrar a esses interlocutores o valor e o impacto de suas contribuições para o debate sobre o patrimônio cultural. A expectativa é que, ao verem suas memórias e observações integradas a uma pesquisa acadêmica, possam ressignificar sua relação com o passado e com o território.

Nesse sentido, a participação de cada interlocutor foi crucial para ampliar a compreensão sobre a percepção local do patrimônio arqueológico. Ao buscar ativamente esses saberes e promover trocas, esta pesquisa visa não apenas

catalogar informações, mas também desconstruir estigmas enraizados sobre presença indígena nesse território.

Um último ponto a se pensar é com relação aos casos de recusa de participação dos Interlocutores 3 e 13. Por mais que suas informações não sejam expostas, optou-se por registrar esses casos como forma de refletir sobre as formalidades éticas inerentes à pesquisa acadêmica. Enquanto era uma conversa informal, eu na posição me apresentando enquanto pesquisadora, os interlocutores ainda dialogavam. Porém, quando insiro papéis, com autorizações formais, assinaturas e gravação de fala, toda a abertura se fecha.

Longe de criticar os interlocutores ou questionar a opção de colegas que recorrem ou não ao comitê de ética, pretendo aqui justificar minha decisão de seguir esse caminho, principalmente após comentários de professores e colegas quanto a essa minha escolha de aderir.

Minha opção pela submissão ao comitê de ética, embora atípica entre colegas, fundamentou-se no desejo de respaldo metodológico e preparação para imprevistos. O processo de elaboração do projeto – com sua exigência de antecipar riscos, benefícios e desconfortos – intensificou meu senso de responsabilidade, obrigando-me a refletir minuciosamente sobre cada aspecto da pesquisa. Os tópicos exigidos pelo projeto me forçaram a estruturar e aprofundar reflexões que, de outra forma, talvez permanecessem superficiais. Não se trata de afirmar que só agi com ética porque estava sendo avaliada – tampouco de sugerir que minhas entrevistas foram isentas de falhas. O essencial é ressaltar como a reflexão sistemática provocada pelo comitê fez uma diferença significativa em meu processo. Ainda que a maioria dos riscos e desconfortos previstos não se concretizasse, o simples exercício de considerá-los como possibilidade já valeu a pena.

Se, por um lado, esta opção resultou na perda de dois potenciais interlocutores, por outro, proporcionou um aprofundamento ético que ia para além das obrigações formais. Mais do que cumprir protocolos, busquei incorporar uma postura reflexiva que reconhece a pesquisa como empreendimento relacional e moralmente situado. Neste sentido, a "burocracia" transformou-se em ferramenta de amadurecimento acadêmico e pessoal – um conforto encontrado justamente no enfrentamento do desconforto inerente ao processo de pesquisa.

3.4 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Até o momento de escrita desta pesquisa, há apenas um sítio arqueológico (Queda d'água) registrado nos bancos de dados do IPHAN (QUADRO 1). No decorrer do trabalho, por meio das memórias dos interlocutores 1, 2 e 3, foram identificados três novos vestígios arqueológicos: dois com estruturas semissubterrâneas (Estruturas Kalito e Lajeado dos Monjolos) e uma oficina lítica (Lajeado Branco). Além disso, registraram-se duas ocorrências arqueológicas com fragmentos cerâmicos (uma evidência em cada local) e possíveis petróglifos nas proximidades do Queda d'Água.

Reitera-se que o objetivo deste estudo não é realizar uma análise extensiva de cada vestígio e/ou sítio apresentado, uma vez que cada categoria demanda esforços específicos, e que a pesquisa de campo teve caráter não interventivo. O foco central consiste em documentar locais indicados por moradores que, após verificação *in loco*, demonstraram potencial arqueológico plausível. Em dois casos específicos (Queda d'água e Lajeado dos Monjolos), os vestígios receberam atenção adicional na produção de informações. Isso ocorreu devido a uma oportunidade imprevista de mobilizar uma equipe de estudantes e voluntários vinculados ao CEPA, sob coordenação do seu diretor, professor Fabio Parenti, da UFPR, para realização de atividades de sítio-escola.

As informações aqui compiladas constituem, portanto, um embasamento preliminar que visa fomentar futuras pesquisas, além de servir como um incentivo ao reconhecimento arqueológico de uma região ainda pouco estudada sob essa perspectiva.

A seguir, cada caso será abordado em ordem de realização do trabalho de campo. Saliento que todos os locais foram indicados pela comunidade local, inclusive o sítio já cadastrado “Queda d'Água”, cujo acesso foi igualmente orientado pelos moradores.

3.4.1 Estruturas Kalito

Para localização deste sítio, a referência utilizada pelos moradores era como “*entrada do kalito*”, com kalito sendo um apelido para o falecido morador

Carlos. Por se tratar de vestígios arqueológicas do tipo estrutura semissubterrânea, foi definido que Estruturas Kalito seria um referencial adequado para nomear o potencial sítio arqueológico. Assim, por se tratar de duas estruturas: Estrutura Kalito 1 e Estrutura Kalito 2.

O acesso ao local se dá pela BR-280, km 154, margem direita (sentido Leste-Oeste), em área adjacente a Avencal do Meio, na localidade Vila Pscheidt. Nessa margem encontra-se a entrada de acesso, e após percorrer aproximadamente 250m em relação à rodovia, chega-se à primeira estrutura. O sítio situa-se em uma vertente de inclinação média, entre dois cursos de água – cerca de 125m da margem direita do curso mais próximo e 208m da margem esquerda do outro – com vegetação característica da região, conforme ilustram as figuras abaixo.

Durante a primeira visita, a estrutura foi georreferenciada e fotografada. Seu interior apresentava uma gabirobeira caída, acúmulo de matéria orgânica e resíduos contemporâneos diversos, conforme visualiza-se nas FIGURA 20 e FIGURA 21.

FIGURA 18 - IMAGEM DE SATÉLITE SOBRE A ÁREA DAS ESTRUTURAS KALITO



FONTE: Google Earth (2022).

FIGURA 19 – FOTO COM SETA INDICANDO A ENTRADA DO KALITO



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 20 - FOTO DA ESTRUTURA KALITO 1



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 21 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 1



FONTE: A autora (2024).

A segunda estrutura (FIGURA 22), com cerca de 1/3 do tamanho da primeira, passava mais despercebida no ambiente. Localizava-se a cerca de 50 m da primeira e 307 m da BR, também à margem esquerda da estrada. Sua proximidade a margem direita do curso de água – uma nascente – dista aproximadamente 110m.

FIGURA 22 - FOTO DA ESTRUTURA KALITO 2



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 23 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 2



FONTE: A autora (2024).

Ao tentar localizar o proprietário do terreno, o morador informou que o antigo dono – a quem conhecia – não era mais o proprietário há anos (falecido), não sabendo quem havia herdado.

Em uma segunda visita, na tentativa frustrada de contatar o proprietário, observou-se que a situação no interior da primeira estrutura havia se agravado, com aumento significativo do descarte de resíduos e até mesmo de eletrodomésticos (FIGURA 24). Essa prática pode estar associada à proximidade com a BR, onde o fluxo de veículos é intenso, e à aparente falta de manutenção ou demarcação de propriedade do terreno.

FIGURA 24 - FOTO DO INTERIOR DA ESTRUTURA KALITO 1



FONTE: A autora (2024).

Talvez por isso, ou não, coincidentemente, em uma terceira visita ao local, o acesso a estrada do kalito já não era mais possível devido a instalação de um extenso portão de madeira, que impossibilitou a entrada. Respeitando os princípios éticos da pesquisa, optou-se por não adentrar a propriedade. No entanto, mesmo até o encerramento desta pesquisa, as tentativas de localizar o proprietário continuarão, visando complementar essa informação em caso de pesquisas futuras.

Cabe ainda um adendo sobre as medições das estruturas acima. Nas duas primeiras visitas, realizadas antes da definição do escopo atual – e

motivadas sobretudo por interesse arqueológico pessoal –, não foi utilizado material de medição. Ambas as visitas ocorreram de forma não planejada, aproveitando oportunidades que surgiram, razão pela qual não se portavam instrumentos como trenas ou outros equipamentos de medição. Já na terceira visita, desta vez intencional e devidamente planejada, os materiais necessários foram levados, mas o acesso foi inviabilizado pela situação descrita acima.

No entanto, com base na observação direta durante as visitas realizadas, estima-se que a estrutura maior possua aproximadamente 4m de diâmetro, com profundidade mínima de 3m. Quanto à segunda estrutura, calcula-se um diâmetro mínimo de 1m e profundidade mínima de 2m.

Em ambas as estruturas, a presença de árvores – ainda que caídas – em seu interior, abre espaço para discutir suas possíveis origens e processos de formação. É plausível considerar que se tratasse originalmente de estruturas arqueológicas e que, posteriormente, tenha germinado uma árvore em seu interior – como provavelmente seja o caso da estrutura maior. Alternativamente, poderia ter ocorrido o transporte desses troncos para dentro dessas depressões, uma vez que a prática de descarte de materiais – inclusive orgânicos – no local foi reiteradamente observada. Outra possibilidade reside na queda acidental de árvores do entorno devido a eventos climáticos, como ventanias. Uma hipótese adicional consideraria a queda natural de árvores preexistentes, cujo volume das raízes, ao serem arrancadas com o tronco, poderia ter acentuado uma depressão no terreno, simulando uma estrutura antrópica.

Entretanto, é crucial destacar que a memória oral constitui aqui uma fonte fundamental. O relato consistente dos moradores sobre a existência de três estruturas naquele local, somado à confirmação de duas delas – com morfologias bem definidas em profundidade e diâmetro –, reforça a necessidade de investigações futuras. Uma observação a se considerar é o alinhamento de ambas as estruturas com a estrada, o que sugere que, no momento da construção desta via, as estruturas já se encontravam no local, levando os construtores a contornarem-nas. Tais evidências, ainda que preliminares, apontam para a potencialidade do local abrigar estruturas semissubterrâneas de origem arqueológica, justificando tanto a continuidade da busca pelo proprietário quanto a realização de estudos mais aprofundados que incluam escavações sistemáticas.

3.4.2 Lajeado dos Monjolos

O nome atribuído a este sítio foi sugerido pelo Interlocutor 1, que identificou a estrutura semissubterrânea. Segundo o relato, seu pai – antigo proprietário das terras – referia-se ao local como Lajeado dos Monjolos, devido à grande quantidade de monjolos (engenhos de pilão movidos a água) que existiam ao longo do riacho onde localiza-se o sítio Queda d'Água.

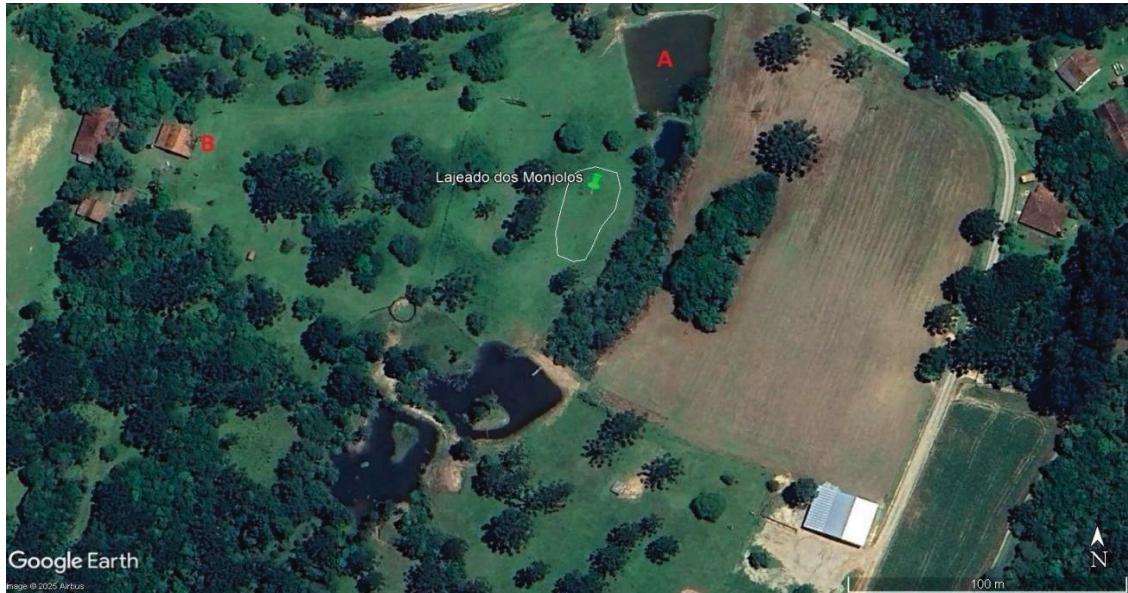
A opção por adotar essa denominação baseia-se em duas justificativas principais: 1) facilitar a localização futura, por tratar-se de uma referência reconhecida localmente e; 2) Preservar o registro histórico da presença desses engenhos na região, os quais já não existem mais, mas representam práticas tradicionais de relevância para a memória e a cultura local, atuando como um documento etnográfico.

A localização das estruturas situa-se em baixa vertente, entre duas encostas. Conforme a figura abaixo, o ponto B refere-se à moradia do atual proprietário do terreno, que mantém em sua propriedade criação de gado, equinos e área arrendada para plantio de fumo e milho – exatamente onde se encontram as estruturas.

Neste sítio, constam duas das cinco estruturas mencionadas no início deste capítulo, localizadas a aproximadamente 400m em linha reta a leste do sítio Queda d'Água, conforme a FIGURA 28 ilustra. Proximidade esta que favorece a interpretação deste lugar enquanto um sítio de estruturas semissubterrâneas. E ainda abre reflexões quanto a uma área de ocupação e movimentação de povos de longa duração.

O local apresenta características típicas de áreas onde ocorrem estruturas subterrâneas, conforme descrito no segundo capítulo, situando-se na meia encosta de um morro do planalto, a cerca de 15m da margem esquerda do córrego.

FIGURA 25 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS



FONTE: Google Earth (2022).

FIGURA 26 - FOTO DO ENTORNO, COM VISTA PARA O LAGO



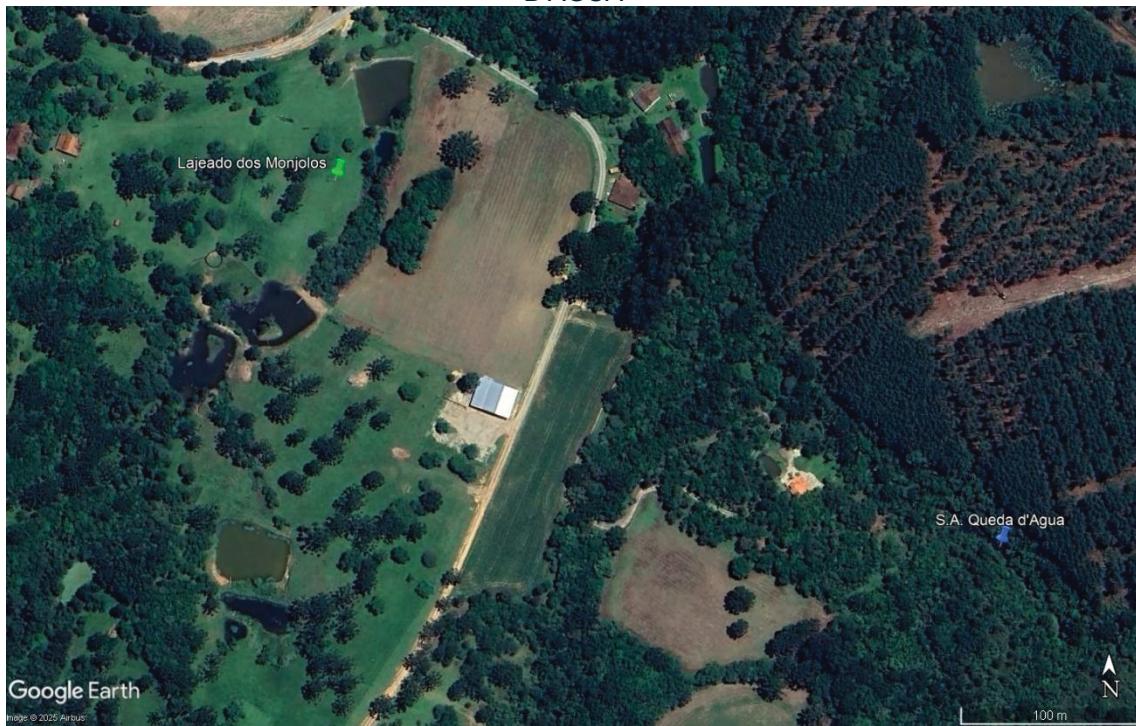
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 27 - FOTO DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS



FONTE: A autora (2023). Com A indicando a posição do lago e C onde encontram-se a estrutura semissubterrânea maior.

FIGURA 28 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO DOS MONJOLOS E QUEDA D'ÁGUA



FONTE: Google Earth (2022).

I. Levantamento topográfico

Diante da realização de campo específico para levantamento topográfico da área das estruturas, no dia 27 de agosto de 2024 a equipe de nove indivíduos vinculados ao CEPA deram início ao levantamento topográfico. Esta atividade também funcionou como uma ação de sítio-escola, permitindo que os estudantes aplicassem metodologias de topografia em contexto arqueológico, utilizando o instrumento Alidade (FIGURA 29 e FIGURA 41). O mesmo procedimento foi repetido no sítio Queda d'Água, conforme detalhado na seção seguinte.

Para operacionalizar o trabalho, neste primeiro dia duas equipes foram formadas. A primeira, com quatro integrantes (quantidade máxima de indivíduos necessários para realização desta etapa), ficou responsável em realizar o levantamento topográfico nas estruturas semissubterrâneas. A segunda, com os demais cinco indivíduos, foram realizar caminhamento na área de entorno do sítio Queda d'Água, que será abordado na seção seguinte.

FIGURA 29 - FOTO DO TRABALHO DE TOPOGRAFIA NO LAJEADO DOS MONJOLOS



FONTE: Equipe campo (2024).

A estrutura maior, sendo a indicada pelo Interlocutor 1, identificada nas figuras pela letra C, apresenta diâmetro aproximado de 3m com 2m de profundidade.

Durante a primeira visita, de reconhecimento do *foje*, em junho de 2023, realizada com o morador, o solo havia sido recentemente arado, proporcionando condições ideais de visibilidade da superfície e do entorno do ambiente, conforme registrado na FIGURA 30.

FIGURA 30 - FOTO DA ESTRUTURA SUBTERRÂNEA MAIOR



FONTE: A autora (2023).

Ao percorrer a área, foi possível identificar uma segunda depressão no terreno, que se alinha paralelamente à primeira estrutura em relação ao leito do córrego a leste, distando menos de 10m entre as elas.

Ainda que mais discreto, de dimensões reduzidas e já em processo avançado de entulhamento pelas atividades agrícolas, é preciso incluí-la aqui enquanto uma possibilidade de estrutura semissubterrânea, identificada nas figuras com a letra D. Seu diâmetro é de aproximadamente 1,5m, com apenas 30cm de profundidade. Sua dimensão se encontra dentro da predominância de estruturas rasas (Corteletti, 2006).

FIGURA 31 - FOTO DA ESTRUTURA “D” EM RELAÇÃO A ESTRUTURA “C”



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 32 – FOTO DA ESTRUTURA “C” EM RELAÇÃO A ESTRUTURA “D”

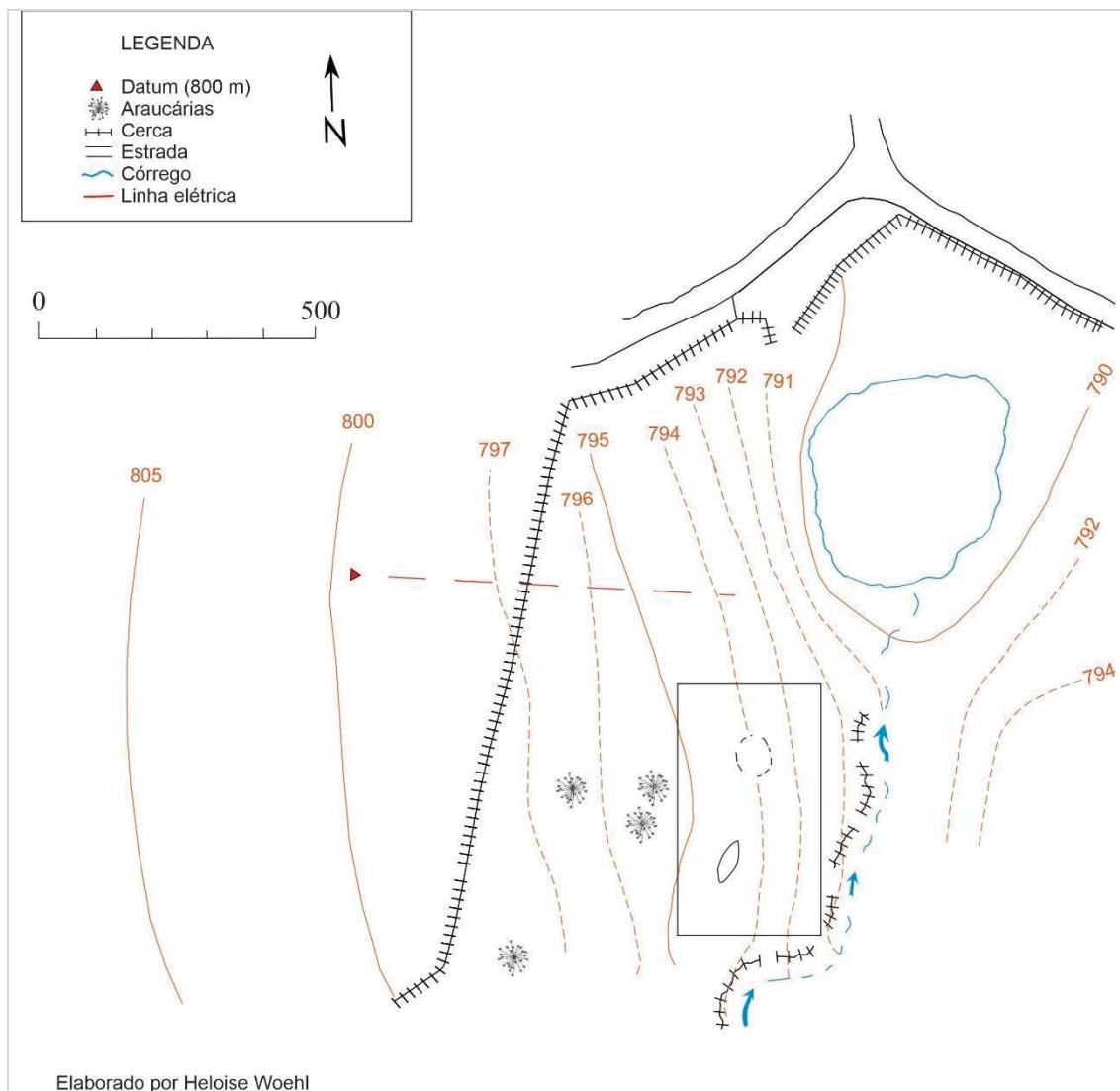


FONTE: A autora (2023).

Como resultado das atividades do sítio-escola, sob a coordenação do professor Dr. Fabio Parenti, foi produzido o mapa topográfico apresentado na FIGURA 33.

Utilizando como *datum* o poste de luz mais próximo da residência do proprietário do terreno, e com o uso do instrumento Alidade, foi possível finalizar o campo já com o mapa em mãos – uma das vantagens principais desse instrumento. Através das cotas, é nítida a suave declividade do terreno.

FIGURA 33 – PLANTA TOPOGRÁFICA DO SÍTIO LAJEADO DOS MONJOLOS

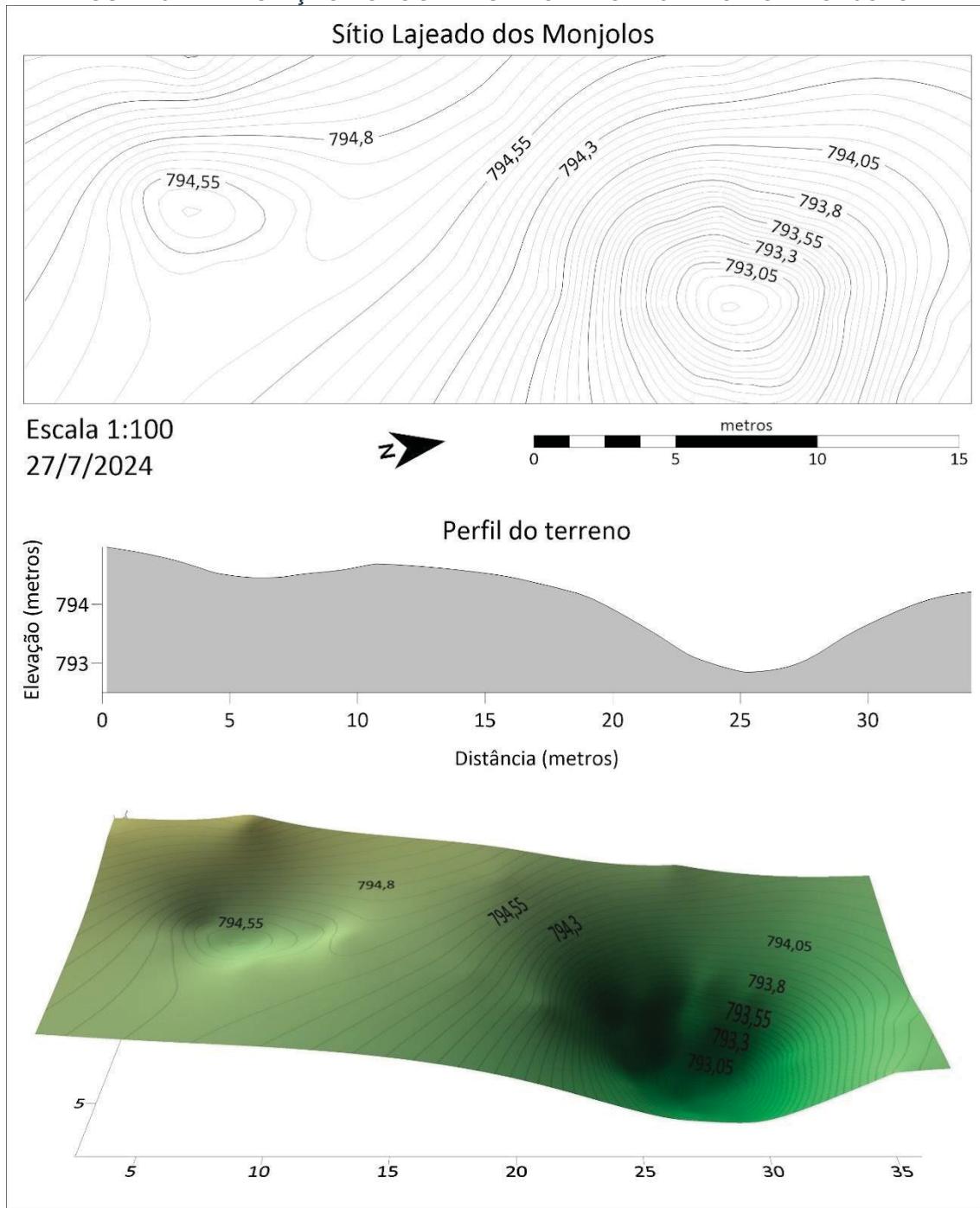


FONTE: Elaborado pela equipe de campo e digitalizado no software CorelDraw pela autora (2024).

A partir desses dados, processaram-se as informações de campo no software *Surfer*, com o objetivo de otimizar a análise e facilitar a visualização dos resultados. A figura abaixo permite observar com maior detalhe a distribuição

das cotas das duas estruturas, evidenciando a suave depressão da estrutura menor em comparação a maior.

FIGURA 34 - DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DO SÍTIO LAJEADO DOS MONJOLOS



FONTE: Elaborado por Mauricio Hepp no software *Surfer* a partir do levantamento feito pela equipe de campo (2024).

Na ocasião do trabalho de campo, a lavoura de milho havia sido recentemente colhida. Os resíduos da colheita, como as palhas, e gramíneas cobriam o solo, dificultando sua visibilidade. Apesar de ser uma área

periodicamente revolvida pela agricultura – e mesmo considerando as múltiplas visitas realizadas ao longo dos anos de pesquisa –, em nenhuma delas foi possível localizar qualquer vestígio arqueológico na área.

Essa ausência de material em superfície pode ser atribuída ao arado constante do solo. Ao longo de cinco décadas de atividade agrícola, o arado pode ter fragmentado os vestígios em dimensões mínimas, dificultando sua identificação (Araujo, 2001-2002). Por outro lado, considerando tratar-se de uma estrutura semissubterrânea, a escassez ou mesmo ausência de vestígios no interior e em seu entorno imediato não é incomum, fato corroborado por pesquisas interventivas em contextos similares, onde a cultura material superficial tende a ser reduzida ou inexistente.

3.4.3 Queda d'Água

I. Cadastro no SICG

Com processo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) nº 01450.001249/2019-15, o Projeto de Prospecção Complementar apresenta as informações do sítio, cadastrado em 2022, nomeado Queda d'Água. O empreendimento, sendo a construção da Linha de Transmissão (LT) 525 kV Areai – Joinville Sul, foi prospectado arqueologicamente pela Dossel Ambiental Consultoria e Projetos Ltda. O sítio se encontra na área de influência direta (AID), não estando sujeito aos impactos do empreendimento. O local dista 62m da torre da linha de transmissão e 80m da casa dos proprietários (Coutinho, 2021).

O sítio está localizado sobre uma superfície rochosa em um pequeno curso d'água (FIGURA 36), afluente do rio Negrinho. Seu entorno é marcado por reflorestamento de espécie exótica de pinheiro *Pinus sp* e parte pela vegetação nativa da Mata Atlântica, tendo no entorno imediato área de preservação permanente.

Classificado enquanto um amolador-polidor, foram identificadas a presença de sulcos e rocha polida em círculos com interpretação provável de uso para polir e amolar instrumentos líticos (Coutinho, 2021). Sem localizarem outros vestígios arqueológicos na proximidade do sítio, os arqueólogos ligados

ao empreendimento associaram o local como uso restrito à produção de artefatos.

FIGURA 35 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA

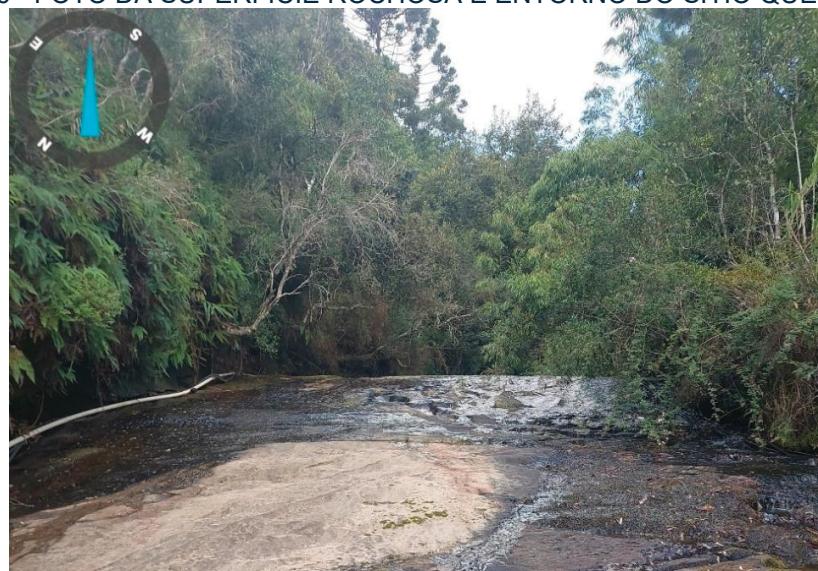


FONTE: Google Earth (2022).

II. Primeira visita: feições naturais e croqui arqueológico

Com acesso às coordenadas geográficas do sítio, em março de 2024, foi realizada a primeira visita ao sítio Queda d'Água para reconhecimento *in loco* e avaliação do seu entorno. Após chegada à residência dos moradores do terreno, um deles guiou o trajeto até a cachoeira, como o local é denominado pela comunidade.

FIGURA 36 - FOTO DA SUPERFÍCIE ROCHOSA E ENTORNO DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 37 - FOTO DA PAISAGEM ENTRE A CASA DOS PROPRIETÁRIOS E O SÍTIO QUEDA D'ÁGUA



FONTE: A autora (2024).

Durante a visita, foi elaborado um croqui arqueológico que evidenciou a presença de bacias e afiadores distribuídos em uma malha de aproximadamente 10m de largura por 40m de comprimento. Sabe-se que o número total de feições é superior a 50.

Ao serem questionados, dois anos após o registro do sítio, os proprietários demonstraram desconhecer que a área era um bem arqueológico acautelado. Para localizá-lo, foi necessário descrever o ambiente e as feições morfológicas (como os amoladores-polidores) para que os moradores associassem as características à cachoeira. Quando mencionada a origem antrópica das marcas, estes não se convenceram, atribuindo-as em seu discurso à ação natural do rio. Em sua descrição da área incluíram o córrego como antigo local de presença de monjolos, assim como no sitio anteriormente mencionado.

Cabe ressaltar que o projeto do empreendimento prevê a instalação de placas de sinalização para identificar o bem arqueológico, medida que até o momento não foi implementada, mas que terá um papel fundamental informativo à comunidade.

Ao longo da laje da cachoeira, formada por rochas areníticas, ocorre uma dupla presença: feições naturais e arqueológicas. As feições naturais, popularmente denominadas como "buracos", "marmitas" ou "panelas", são cientificamente classificadas como panelas de intemperismo (Bigarella *et al.*, 2007). Conforme definição dos autores, trata-se de "reentrâncias ou cavidades

na superfície da rocha, produzidas pelo intemperismo predominantemente químico" (p. 162). Essas formações apresentam dimensões variáveis, podendo atingir até 18m de diâmetro e 3m de profundidade, e ocorrem preferencialmente em rochas graníticas em regiões semiáridas, úmidas ou temperadas (Bigarella *et al.*, 2007, p. 164).

No sítio Queda d'Água, essas panelas distribuem-se por toda a extensão da laje (FIGURA 38, FIGURA 39 e FIGURA 40), exibindo variabilidade morfológica, desde formas rasas e pequenas até grandes e profundas.

FIGURA 38 - FOTO DAS PANELAS DE INTEMPERISMO



FONTE: A autora (2024).

Na área mais plana da laje (FIGURA 38), as panelas seguem dimensões aproximadamente proporcionais entre diâmetro e profundidade. Já na área de maior inclinação (FIGURA 39), onde ocorre a queda da água, essa relação se altera. Embora a dimensão horizontal mantenha-se compatível com expectativas de tempo de formação, a profundidade das depressões é acentuadamente maior. Este fenômeno pode ser atribuído à ação hidráulica intensificada no trecho de queda livre, onde a força da água exerce maior fricção e capacidade abrasiva sobre a superfície rochosa.

FIGURA 39 - FOTO DA PROFUNDIDADE DA PANELA DE INTEMPERISMO



FONTE: A autora (2024).

Ocorre ainda o tipo denominado poltrona-com-braços, que se forma quando, em superfícies inclinadas, a feição 'perde' um de seus lados devido à ação diferencial do intemperismo e da erosão, assumindo assim um formato análogo ao de uma poltrona (Bigarella et al, 2007; Xavier, 2021), como observa-se na FIGURA 40. Essa morfologia é resultante da combinação de processos químicos (dissolução preferencial) e físicos (remoção de blocos fraturados), sendo particularmente comum em áreas com fluxo hidráulico concentrado ou variações litológicas.

FIGURA 40 - FOTO DA POLTRONA-COM-BRAÇOS



FONTE: A autora (2024).

III. Levantamento topográfico

Com a possibilidade de realizar um levantamento topográfico sistemático da área, foram realizadas mais duas visitas ao sítio para 1) coletar maiores informações do local para preparação de material prévio de campo e, 2) realizar a limpeza da área de acesso ao sítio, que se encontrava obstruída por capinzais altos, os quais dificultavam o acesso seguro à cachoeira.

Em 28 de agosto de 2024, durante a quarta ida ao sítio, a equipe do *sítio-escola* do CEPA iniciou o levantamento topográfico. Esse contexto de pesquisa exigiu criatividade em campo, devido às características ambientais específicas: ambiente úmido e dinâmico, com laje de rocha com queda de água inclinada e fluxo hídrico recorrente. Ainda que estratégias tivessem sido previamente planejadas, algumas se mostraram inviáveis sob as condições encontradas, demandando adaptações *in loco*. A escolha do *datum* também foi desafiadora devido às características do entorno restringirem a seleção de um item fixo de longa duração.

Com o tempo de trabalho limitado a um dia, estabeleceu-se o *datum* baseado na diaclase lateral na rocha. A alidade foi posicionada (FIGURA 41) ao longo de uma linha contínua correspondente à trilha de acesso à superfície rochosa no limite com a mata de pinus.

Os números cotados registrados não refletem a altimetria real do terreno, como evidenciado nas figuras subsequentes. Esta opção metodológica justifica-se pelo objetivo principal ser de ilustrar a dinâmica de queda d'água sobre a superfície rochosa, do que representar fielmente a variação altimétrica. A altitude real da área varia aproximadamente entre 795 e 828 metros, valores obtidos por meio do aplicativo *TimeStamp* e do GPS do celular.

Organizaram-se três frentes de trabalho, cada uma com três integrantes. A primeira equipe ficou responsável por operar a alidade – posicionada na porção inicial da laje (Área A, alinha com o *datum*) – e do nível, além de auxiliar no mapeamento da laje, da queda d'água e do entorno próximo. A segunda e a terceira equipe responsabilizaram-se em específico as áreas de concentração dos amoladores-polidores. Diante da elevada quantidade de feições arqueológicas previamente registradas em croqui e do tempo escasso, a estratégia adotada foi cobrir a máxima extensão possível da laje, priorizando o

registro de um exemplar de cada tipo de feição, desde bacias de polimento até os numerosos afiadores.

A seleção das bacias e afiadores a serem desenhados considerou dois critérios principais: 1) Visibilidade: preferência por feições menos obstruídas pelo fluxo de água; 2) Variabilidade: busca por representar cada tipo morfológico existente.

FIGURA 41 - FOTO DA INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA DO ALIDADE

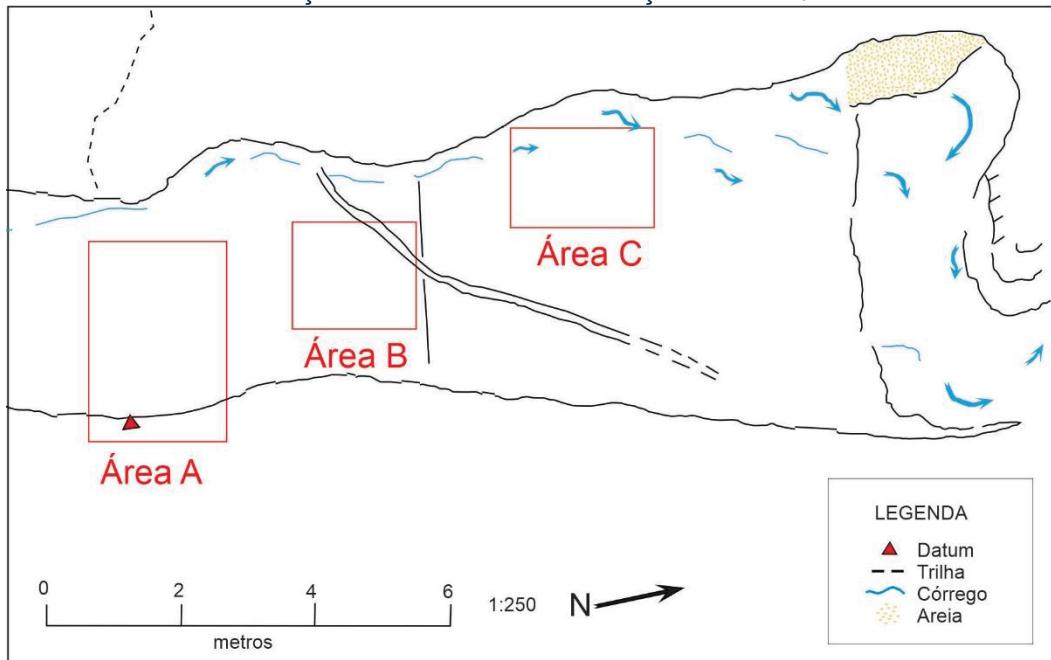


FONTE: Equipe de campo (2024).

A quantidade de itens documentados foi limitada pelo tempo disponível. Como havia duas concentrações principais de feições do tipo amolador-polidor, cada equipe posicionou-se em uma delas: uma na porção central (Área B) e outra na região da queda de água (Área C).

A dificuldade de estabelecer um *datum* único devido à extensão e à inclinação da laje tornou inviável a triangulação a partir do ponto de referência inicial, que formava um ângulo impraticável. Como alternativa, utilizaram-se referências móveis, porém fixas no contexto imediato: uma diaclase horizontal que atravessava toda a extensão da laje de margem a margem, cruzando-se com outra diaclase mais curta no sentido sul-norte. Na abertura dessa diaclase horizontal, fixou-se um pedaço de taquara para padronizar o ponto de medição entre as equipes das áreas B e C. Além disso, canos que abastecem as moradias locais, localizados em cada extremidade da laje, foram marcados com faixas de borracha firmemente amarradas, constituindo um segundo ponto de referência.

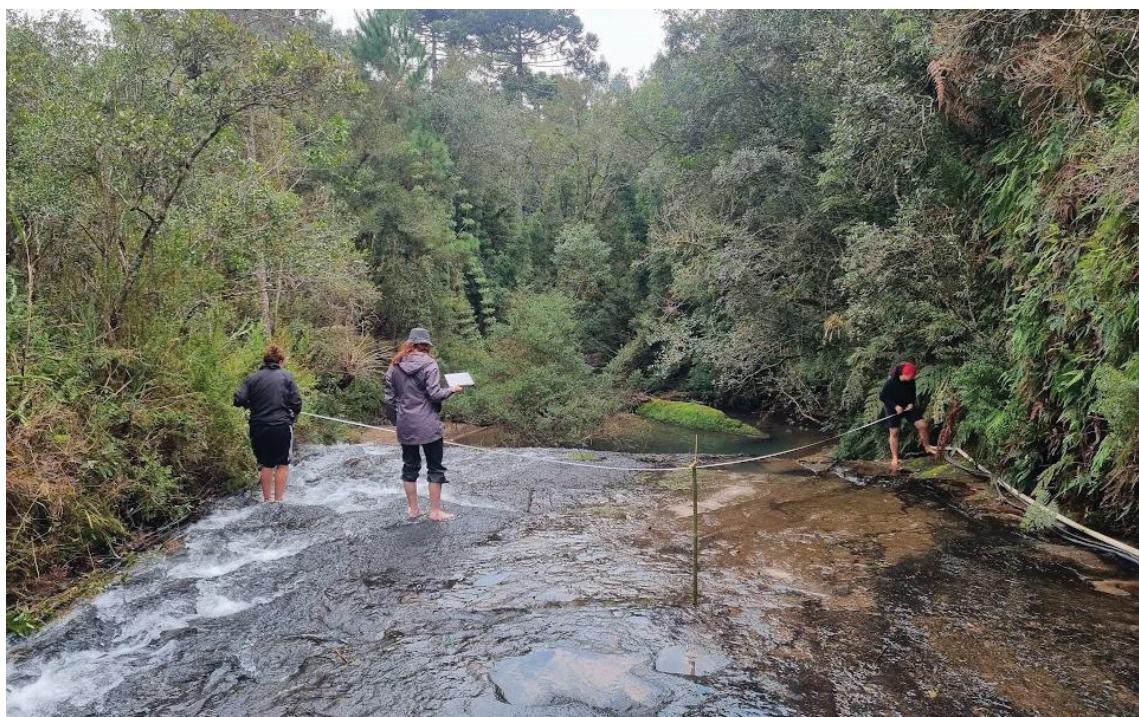
FIGURA 42 - ILUSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE CAMPO



FONTE: Adaptado da FIGURA 44 (2024).

A figura abaixo registra o início dos trabalhos da terceira equipe na Área C, onde é possível visualizar os canos em ambas as margens, a taquara fixada como referência, o elevado fluxo d'água concentrado na margem esquerda e a piscina formada pela queda d'água ao fundo.

FIGURA 43 - FOTO DA TAQUARA FIXA NA DIACLASE



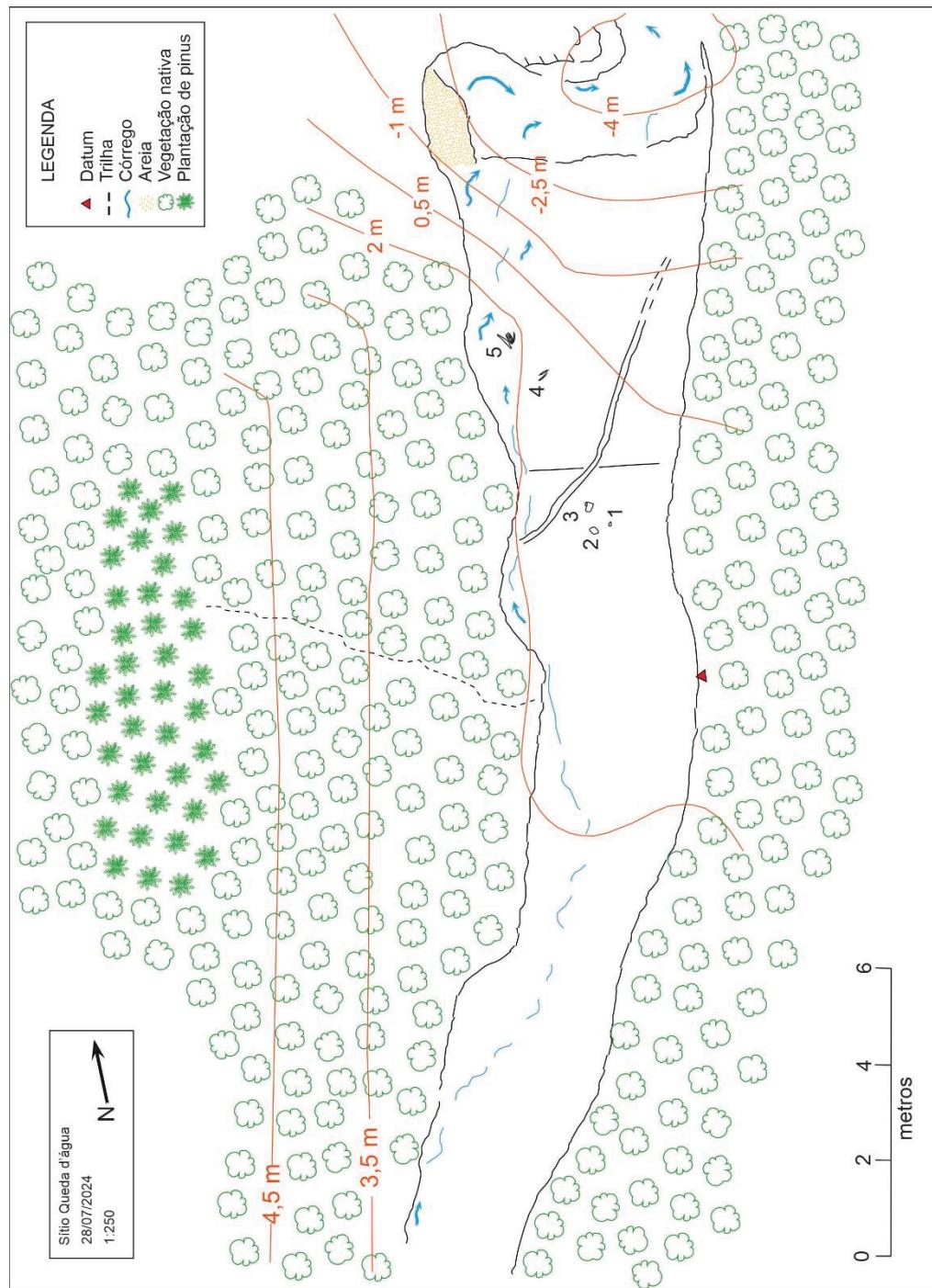
FONTE: Equipe de campo (2024).

Na falta de mais opções no entorno, recorreu-se a uma solução alternativa: pontos não fixos foram dispostos ao redor de cada concentração de feições, utilizando seixos marcados com um ponto central em sua face superior para assegurar precisão métrica – cada equipe com seu próprio conjunto. Esse procedimento permitiu iniciar o desenho detalhado de cada feição. É possível visualizar esses pontos móveis nas FIGURA 52 e FIGURA 53.

Apesar das condições desafiadoras – tempo escasso, água gelada sob os pés em pleno inverno e a pressão inerente a um contexto de sítio-escola, onde erros são pedagogicamente esperados –, foram realizados os desenhos de dez feições de amoladores-polidores. O resultado foi considerado positivo para a pesquisa, uma vez que se atingiu o objetivo de documentar cada variação morfológica presente no sítio.

O levantamento realizado se expressa através da FIGURA 44, que apresenta as informações coletadas, pelas três equipes, sobrepostas. Com relação às cotas de 3,5 e 4,5 metros, seus dados foram manipulados para demonstrar sua constância. Acima deste ponto, onde não há mais cotas registradas, observa-se uma inclinação ascendente da encosta. Os números de 1 a 5 indicados na figura abaixo referem-se às feições documentadas pelas equipes nas Áreas B e C.

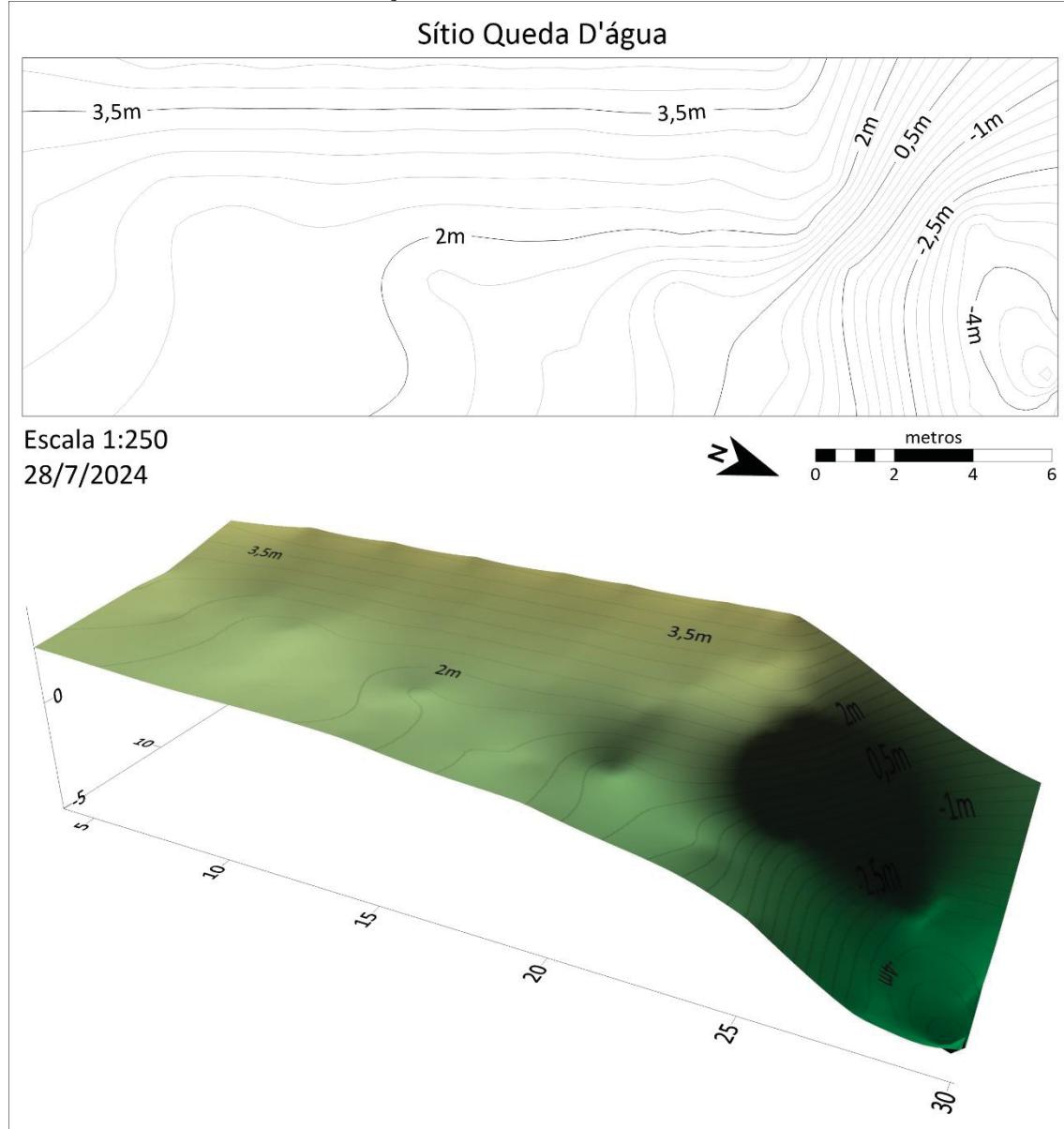
FIGURA 44 - PLANTA TOPOGRÁFICA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA



FONTE: Elaborado por Fábio Parenti e digitalizado no software CorelDraw pela autora (2024).

Neste caso, também foi possível processar os dados no software *Surfer*, o que permitiu visualizar toda a extensão da laje e a inclinação da área de queda d'água, conforme ilustrado na figura abaixo.

FIGURA 45 - DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DO SÍTIO QUEDA D'ÁGUA



FONTE: Elaborado por Mauricio Hepp no software *Surfer* a partir de levantamento realizado pela equipe de campo (2024).

Para viabilizar o registro fotográfico das feições, foram raras as situações em que a superfície desejada estava seca ou oferecia uma base estável para a escala métrica. Como alternativa, foi recortado a extremidade de uma taquara de forma que a escala pudesse ser encaixada nela. Essa solução permitiu posicionar o referencial métrico em diferentes contextos, independentemente da ação da correnteza.

A seguir, são apresentadas as feições identificadas no conjunto da Área B. As duas figuras subsequentes ilustram o arranjo espacial dessas estruturas, correspondendo à zona de concentração das feições mais arredondadas. A primeira imagem refere-se ao registro realizado durante visita anterior, em março; a segunda, ao registro efetuado durante o campo com a equipe do CEPA.

FIGURA 46 - FOTO DAS FEIÇÕES NA ÁREA B, EM MARÇO



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 47 - FOTO DE CIMA DO CONJUNTO, NA ÁREA B



FONTE: A autora (2024).

Para os exemplares documentados na planta topográfica, apresentam-se a seguir suas respectivas fotografias, além da sua ilustração ampliada. A Feição

1 integra um conjunto de frisos rasos paralelos, com extensão próxima aos 25cm; a feição 2 corresponde a uma grande bacia oval profunda, com cerca de 10cm de profundidade e um diâmetro de 25cm; e a 3, em área de 15 cm², consiste em duas feições – à esquerda, em formato quase de canoa, e à direita, de contorno quadrangular.

FIGURA 48 - FOTO DA FEIÇÃO 1



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 49 - FOTO DA FEIÇÃO 2



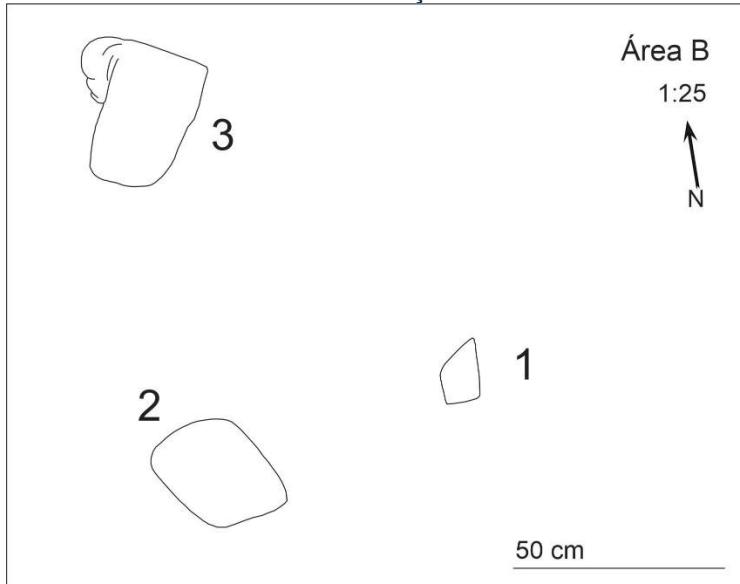
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 50 - FOTO DA FEIÇÃO 3



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 51 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA B



FONTE: Adaptado da FIGURA 44 (2024).

As feições identificadas na Área C, embora próximas entre si, encontram-se suficientemente distantes para inviabilizar um registro fotográfico conjunto em plano único. Assim, a feição número 4 apresenta duas linhas paralelas de polidores, cada uma com aproximadamente 60cm de comprimento. Na feição número 5, observa-se um conjunto de cerca de oito polidores, sendo o maior deles também com aproximadamente 60cm. Entre as formas destacam-se frisos,

FIGURA 52 - FOTO DA FEIÇÃO 4



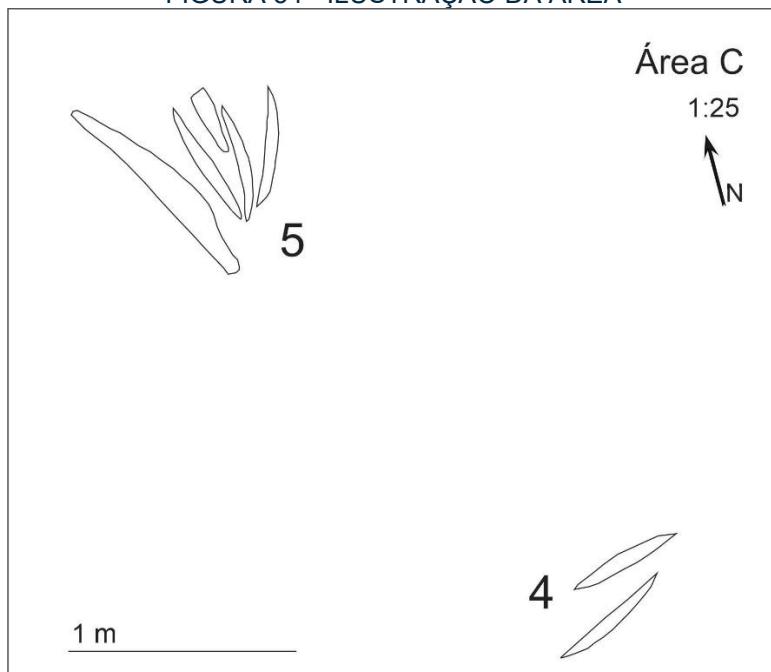
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 53 - FOTO DA FEIÇÃO 5



FONTE: A autora (2024).

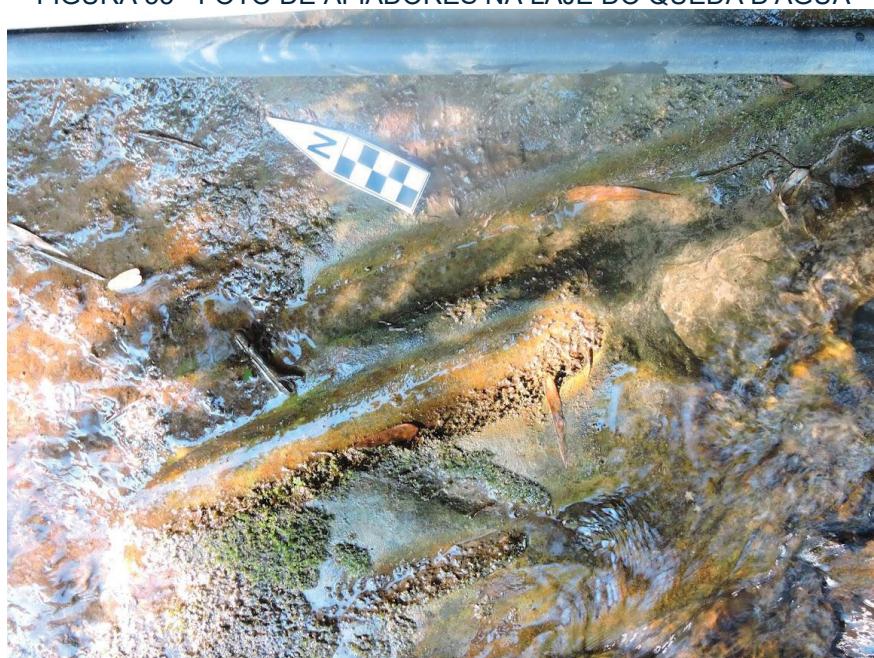
FIGURA 54 - ILUSTRAÇÃO DA ÁREA



FONTE: Adaptado da FIGURA 44 (2024).

Como já mencionado, em ambas as margens da laje observam-se canos. Embaixo dessas tubulações, em cada lado, registram-se dezenas de polidores que variam em formatos de frisos e canoas. Em tentativa de inventariá-las, a contagem superou 50 unidades. A seguir é possível visualizar alguns desses casos.

FIGURA 55 - FOTO DE AFIADORES NA LAJE DO QUEDA D'ÁGUA



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 56 - FOTO DOS CANOS SOBREPOSTOS AOS AFIADORES NO SÍTIO



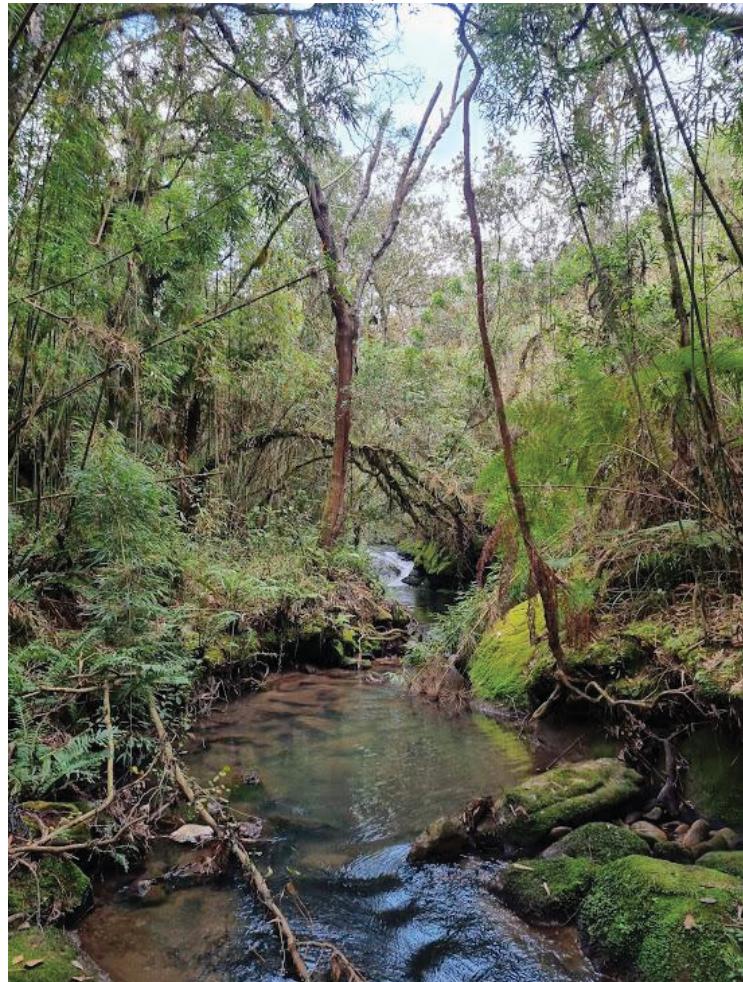
FONTE: A autora (2024).

IV. Ampliação do sítio

Conforme mencionado no contexto do sítio anterior – Lajeado dos Monjolos –, durante o primeiro dia de campo, cinco integrantes da equipe deslocaram-se para a área do sítio Queda d’Água a fim de realizar um caminhamento no entorno. Na ocasião, optou-se por subir o leito do córrego pela laje da cachoeira, contra a correnteza.

Nesse momento, identificaram-se, a aproximadamente 100m do sítio Queda d’Água (FIGURA 58), possíveis feições de amoladores em seixos dispersos pelo leito do córrego (FIGURA 59).

FIGURA 57 - FOTO DO AMBIENTE, CONTRA A CORRENTEZA



FONTE: Equipe de campo (2024).

FIGURA 58 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO SÍTIO EM RELAÇÃO AO PETRÓGLIFO.



FONTE: Google Earth (2022).

FIGURA 59 - FOTO DE FEIÇÃO EM SEIXO NO LEITO DO CÓRREGO



FONTE: Equipe de campo (2024).

Além disso, em frente a essas feições, identificou-se um conjunto de petróglifos – ou gravuras rupestres – na lateral de um bloco rochoso, onde são observadas feições que aparentam representar linhas paralelas horizontalizadas, conforme figura abaixo.

FIGURA 60 - FOTO DA GRAVURA RUPESTRE



FONTE: Equipe de campo (2024).

Nesse momento, decidiu-se pelo registro documental da gravura rupestre. No entanto, devido à instabilidade do ambiente, novamente foi necessário recorrer à criatividade e aos materiais disponíveis para realizar a tarefa. Para tanto, fixaram-se duas varas de taquara no leito do córrego, uma de cada lado da rocha, e uma terceira foi amarrada horizontalmente entre elas com fio dental.

Com esse quadrante estabelecido, realizou-se o registro da gravura por triangulação, utilizando duas trenas.

FIGURA 61 - FOTO DOS TRABALHOS PARA REGISTRO DA GRAVURA



FONTE: Equipe de campo (2024).

FIGURA 62 - FOTO DO QUADRANTE IMPROVISADO COM TAQUARA



FONTE: Equipe de campo (2024).

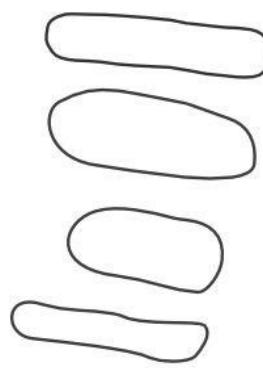
O painel apresenta cerca de quatro barras paralelas, dispostas verticalmente. Devido à cobertura de musgo sobre a rocha, não era possível visualizá-las integralmente. Dessa forma, por meio do tato, determinou-se o início e o fim de cada barra. O levantamento realizado permitiu ilustrar as barras, conforme demonstra a FIGURA 64.

FIGURA 63 - FOTO DA ROCHA COM A GRAVURA RUPESTRE



FONTE: Equipe de campo (2024).

FIGURA 64 - ILUSTRAÇÃO DA GRAVURA



10 cm

FONTE: Elaborado pela equipe de campo e digitalizado no Corel/Draw pela autora (2024).

Ao longo do córrego, era notória a presença de areia, que se acumulava tanto nas margens de deposição quanto no interior das feições, como o caso da FIGURA 49. Esse sedimento constitui matéria-prima fundamental para o ato de amolar e polir, reforçando o caráter do local enquanto área de produção lítica.

FIGURA 65 - FOTOS COM REGISTRO DE AREIA SOBRE O LEITO DO CÓRREGO



FONTE: Equipe de campo (2024).

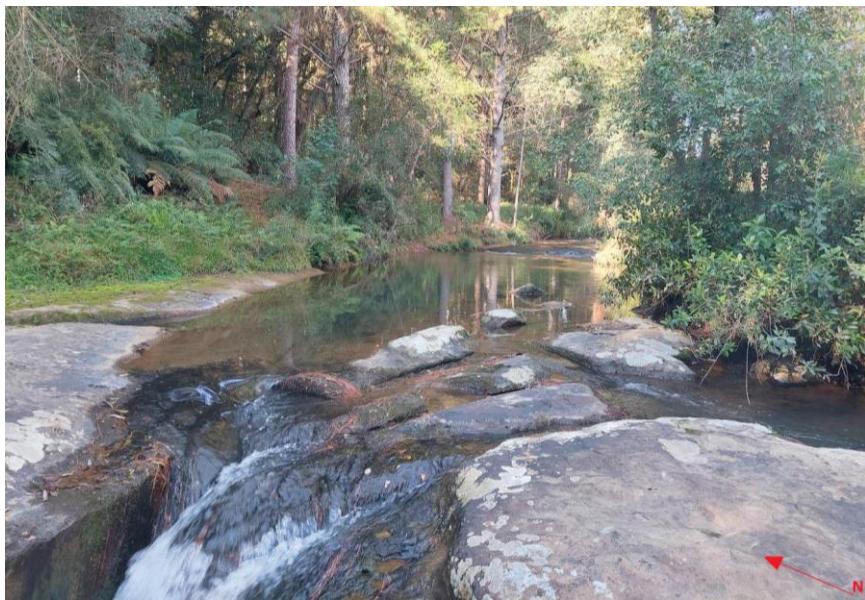
3.4.4 Lajeado Branco

Conforme a maioria dos vestígios apresentados, este local também recebeu sua denominação a partir da toponímia local. Segundo o Interlocutor 2, “branco” remete às águas límpidas e transparentes do córrego. Por consistir em uma formação rochosa de laje – a mesma do sítio Queda d’Água –, o local será nomeado como Lajeado Branco. Trata-se do sítio mais interiorano do município.

Esse sítio, muito semelhante ao contexto do sítio anterior, se encontra próximo a área de reflorestamento de pinheiro *Pinus sp* e parte pela vegetação nativa da Mata Atlântica, tendo no entorno imediato área de preservação permanente (FIGURA 67). A laje posiciona-se entre duas encostas suaves.

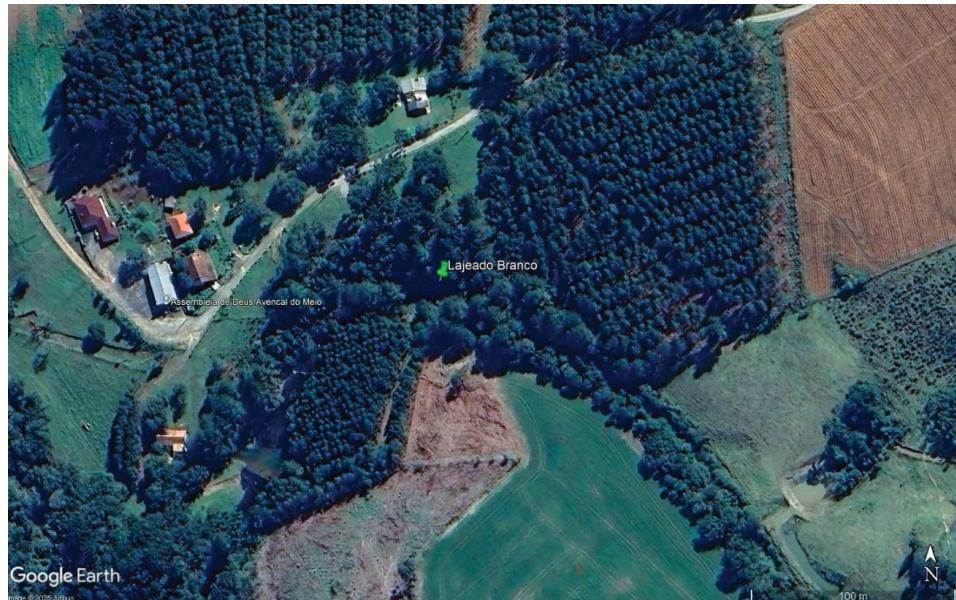
Sua superfície exibe um conjunto de amoladores, sendo classificado como multicomponencial devido à presença concomitante de vestígios históricos. O córrego deságua em um lago amplo, utilizado por fiéis da Assembleia de Deus para a realização de ritos religiosos.

FIGURA 66 - FOTO DA ÁREA DO LAJEADO BRANCO



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 67 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DO LAJEADO BRANCO



FONTE: A autora (2022).

Com aproximadamente 10m de largura, a laje foi indicada pelo morador devido à presença de trincheiras esculpidas em ambas as margens do leito rochoso, conforme assinalado pelas setas A na FIGURA 70. Na margem esquerda, a vegetação já recobriu a trincheira (FIGURA 68), mas ainda é possível observá-la e constatar que possui cerca de 3m de comprimento. Já a trincheira da margem direita destaca-se na paisagem, criando um desvio claro do fluxo de água (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** FIGURA 69). O interlocutor sugere que sua construção remonta ao período de funcionamento de

uma ferraria no local. Até o momento não foram encontrados registros documentais desse empreendimento.

Na área indicada pela seta B, localizam-se as feições de amolares-polidores. Sua cronologia e autoria permanecem em aberto para interpretação. Diante da presença das trincheiras, é plausível que essas estruturas sejam contemporâneas à escavação, tenham sido reaproveitadas durante a obra ou, inclusive, que já estivessem presentes no local como vestígios arqueológicos pré-existentes – podendo, nesse caso, ter inclusive inspirado a abertura das valas ao demonstrar a viabilidade de escavar a rocha.

Face à ampla gama de possibilidades interpretativas e aos elementos informativos disponíveis no momento, se atentará à apresentação das feições.

FIGURA 68 - FOTO DA TRINCHEIRA ESQUERDA



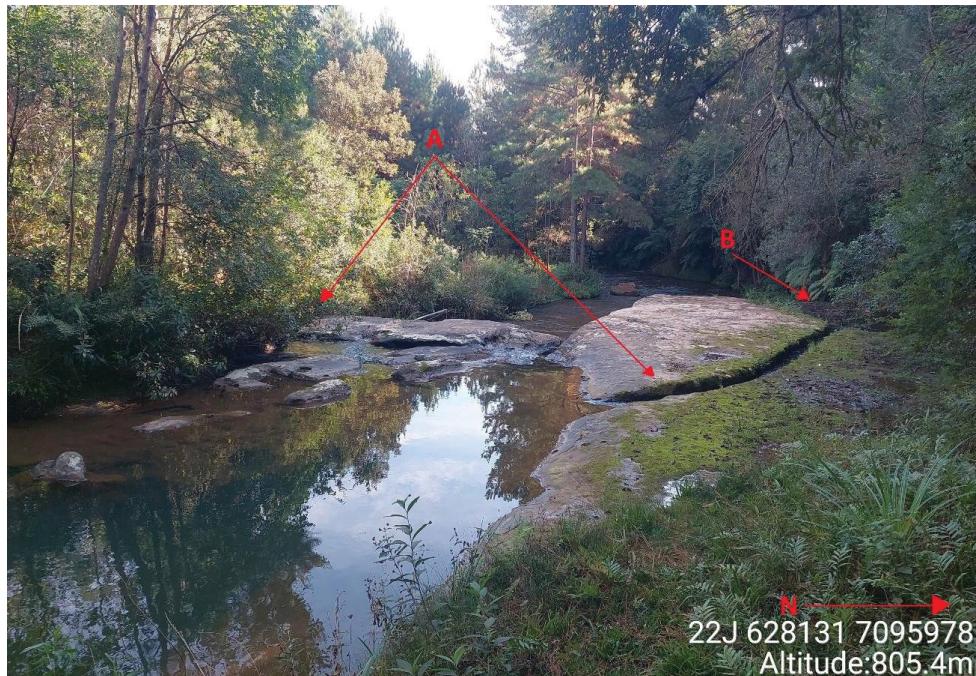
FONTE: A autora (2024).

FIGURA 69 - FOTO DA TRINCHEIRA DIREITA



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 70 - FOTO DAS ÁREAS “A” E “B” NO LAJEADO BRANCO



FONTE: A autora (2024).

A área com ocorrência de feições comprehende aproximadamente quatro conjuntos, em sua maioria agrupados de forma próxima. Este setor situa-se no término da trincheira principal, alongando-se pela margem direita do canal formado por esta estrutura, com a superfície coberta por musgo, conforme representado na figura abaixo.

FIGURA 71 - FOTO DA ÁREA DA LAJE COM AS FEIÇÕES



FONTE: A autora (2024).

O primeiro conjunto – posicionado na parte inferior da figura acima – é formado por cerca de quatro amoladores de extensão que variam de comprimentos entre 30 e 60 cm, de morfologia alongada. Sua disposição geral assemelha-se a um "A", apresentando múltiplas linhas de amoladores que se interceptam em diversos pontos (FIGURA 72).

O segundo conjunto, localizado imediatamente abaixo do primeiro, é composto por aproximadamente seis amoladores com extensões entre 30 e 70 centímetros. Sua disposição forma uma estrutura quadrangular, cujas arestas se prolongam além dos pontos de intersecção, acompanhada por duas linhas paralelas (FIGURA 73).

FIGURA 72 - FOTO DO PRIMEIRO CONJUNTO



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 73 - FOTO DO SEGUNDO CONJUNTO



FONTE: A autora (2024).

O terceiro e o quarto conjuntos apresentam feições mais dispersas entre si em comparação aos dois primeiros, cujas estruturas chegam a se interceptar. Devido ao distanciamento entre os elementos, o registro fotográfico capturou

apenas um exemplar de cada conjunto, os quais exibem feições de dimensões mais reduzidas.

O terceiro conjunto (FIGURA 74) localiza-se na transição entre a laje do córrego e o início da encosta, com visibilidade comprometida pela espessa camada de musgo sobre a superfície. Para viabilizar o registro, foi necessária a remoção parcial da cobertura vegetal em uma das feições, que apresentam extensão média máxima de aproximadamente 30cm.

O quarto e último conjunto distribui-se de forma esparsa ao longo da margem direita da trincheira principal, sendo representado pelo exemplar registrado na FIGURA 75. Também não ultrapassa a marca de 30cm e apresenta melhor visibilidade que os demais, devido à ausência de musgo. Suas feições sugerem associação direta com a trincheira, uma vez que se estendem linearmente ao longo dela.

FIGURA 74 - FOTO DO TERCEIRO CONJUNTO



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 75 - FOTO DO QUARTO CONJUNTO



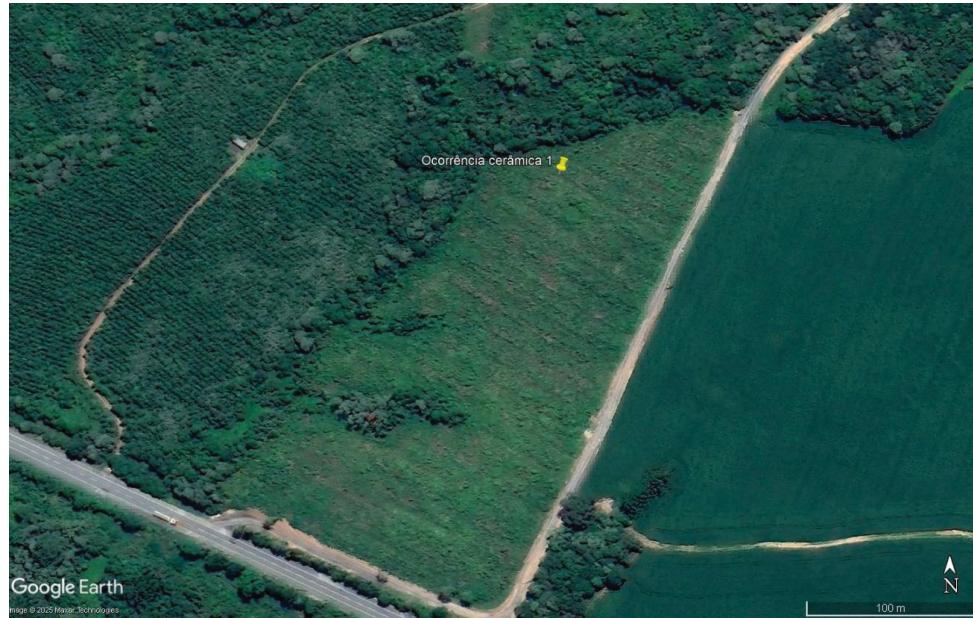
FONTE: A autora (2024).

Ao longo da laje, não foram identificadas panelas de intemperismo semelhantes às documentadas no sítio Queda d'Água. Embora os amoladores aqui registrados sejam morfologicamente distintos daqueles do sítio anterior, a escassez de formas de intemperismo natural reforça a possibilidade de origem antrópica das feições. Resta saber se são pré-coloniais ou históricas.

3.4.5 Ocorrência Cerâmica 1

O acesso ao local se dá pela BR-280, km 156, margem direita (sentido Leste-Oeste). Nessa margem encontra-se a entrada de acesso e, percorridos aproximadamente 250m em relação à rodovia, chega-se à área descrita pelo Interlocutor 1 como local de múltiplas ocorrências cerâmicas identificadas durante o arado do solo. A área situa-se na baixa vertente, inserido entre vegetação de área de preservação permanente – devido à presença de um córrego, cuja distância para a margem esquerda é cerca de 20m – e uma plantação de soja.

FIGURA 76 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DA OCORRÊNCIA CERÂMICA 1



FONTE: Google Earth (2022).

FIGURA 77 - FOTO COM VISÃO HORIZONTAL À ÁREA DA OCORRÊNCIA



FONTE: A autora (2023).

O fragmento cerâmico em questão, denominado “panelinha” ou “gamelinha” pelos interlocutores, encontra-se em posse da sobrinha deles, que cedeu imagens do mesmo para ilustração. Trata-se do fundo de um vasilhame, no qual é possível identificar roletes de manufatura, realçados por processos tafonômicos. Segundo informações da informante, a peça apresenta cerca de 90mm de diâmetro, 25mm de altura e 8mm de espessura.

FIGURA 78 - FOTO DA FACE INTERIOR DA CERÂMICA



FONTE: Interlocutores (2024).

FIGURA 79 - FOTO DA BASE



FONTE: Interlocutores (2024).

FIGURA 80 - FOTO DA QUEBRA



FONTE: Interlocutores (2024).

3.4.7 Ocorrência Cerâmica 2

Situado em alta vertente, a aproximadamente 830m da BR-280 e a 260m da margem esquerda do rio Negrinho, este fragmento cerâmico foi coletado na década de 90 pelo Interlocutor 3 em uma área que permanece, desde então, dedicada ao plantio, com atualmente sendo soja.



FIGURA 82 – FOTO COM VISÃO HORIZONTAL À ÁREA DA OCORRÊNCIA



FONTE: Interlocutor 1 (2025).

O fragmento integra o bojo de um vasilhame cerâmico, com técnica de decoração unguizada e produzido a partir de roletes. Está sujeito a processos tafonômicos, com a superfície abrasiva e com o antiplástico exposto, principalmente na face interna. Se encontra em estado de conservação ruim, apresentando craquelamento, perda da superfície original e rachaduras causadas por infiltração. Seu antiplástico apresenta indícios de quartzo, óxido de ferro, carvão mineral e rochas do tipo piçarra ou saibro. O fragmento mede 68,6 mm de comprimento, 48,3 mm de largura e 8,5 mm de espessura.

FIGURA 83 - FOTO DA FACE INTERNA E EXTERNA DO FRAGMENTO CERÂMICO



FONTE: Fotografia realizada por Maurício Hepp e editada por Tatiane Andaluzia Montes no software *ClipStudio* (2025).

FIGURA 84 - FOTO DO ANTIPLÁSTICO



FONTE: Fotografia realizada por Maurício Hepp no *Dino Lite USB Microscope* (2025).

3.4.8 Vestígios em discussão

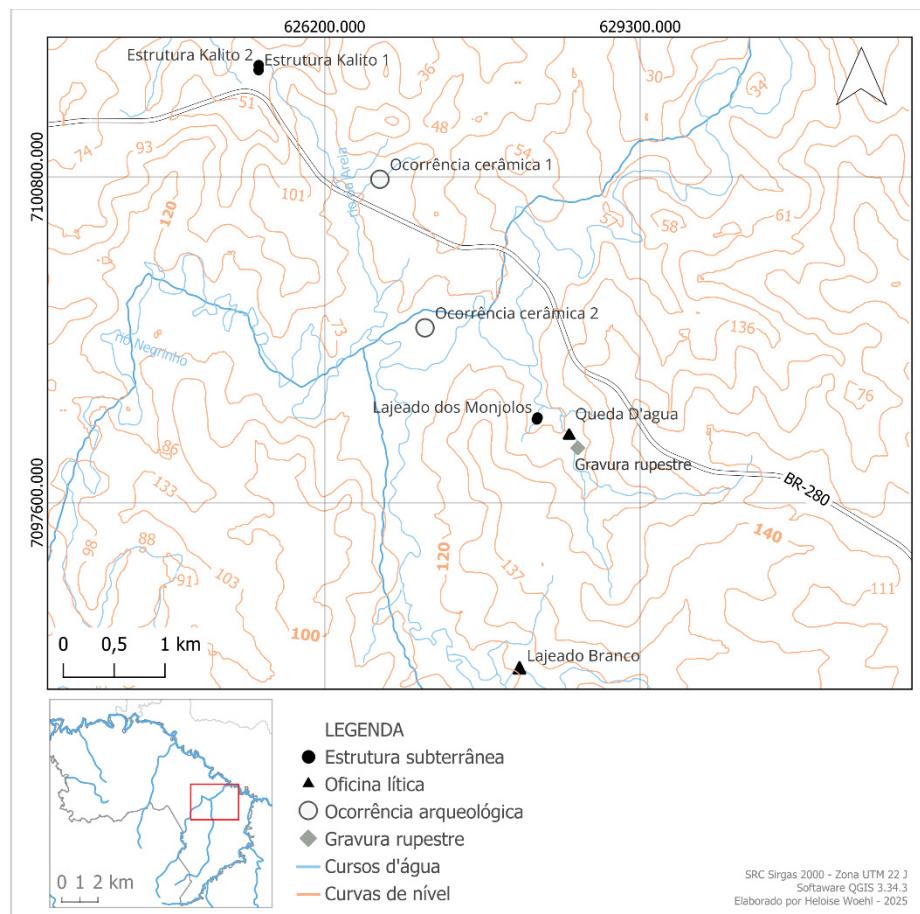
Após a exposição dos nove casos de vestígios arqueológicos na área de estudo, as informações obtidas foram sintetizadas no QUADRO 7 e podem ser consultadas espacialmente no MAPA 6.

QUADRO 7 - SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS

Nome vestígio	Tipo	Coordenadas UTM
Estrutura Kalito 1	Estrutura subterrânea	22J 625550 7101850
Estrutura Kalito 2	Estrutura subterrânea	22J 625551 7101898
Lajeado dos Monjolos 1	Estrutura subterrânea	22J 628292 7098438
Lajeado dos Monjolos 2	Estrutura subterrânea	22J 62825 7098420
Queda d'Água	Oficina lítica	22J 628661 7098231
Petróglifo	Gravura rupestre	22J 628687 7098139
Lajeado Branco	Oficina lítica	22J 628114 7095982
Ocorrência cerâmica 1	Ocorrência	22J 626742 7100778
Ocorrência cerâmica 2	Ocorrência	22J 627185 7099319

FONTE: A autora (2025).

MAPA 6 - VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NO DISTRITO DE RIO PRETO DO SUL



FONTE: A autora (2025).

Ao longo da pesquisa, evidencia-se a associação da região com grupos Jê no Sul, historicamente vinculados a esta área, a qual é reconhecida tanto como local de acampamento quanto como espaço de memória entre os Laklänõ (Priprá, 2021) e Kanhgág. Dentre os vestígios elencados, os casos que abrem margem para questionar seu vínculo com grupos Jê são as oficinas líticas – amoladores-polidores fixos – e as ocorrências cerâmicas.

No que se refere às oficinas líticas, em análise realizada no litoral catarinense – região de maior ocorrência dessas estruturas –, Sophiati (2011) dialoga com bibliografias que discutem sua associação, ou não, a populações Jê, abordando também a questão de grupos ceramistas e pré-ceramistas. A autora admite, ao final, a possibilidade de vincular casos específicos, nos quais os amoladores-polidores se situem próximos a assentamentos Jê, como possíveis áreas de atividade especializada desse grupo – sendo este o caso. Sophiati defende ainda que tais estruturas estariam relacionadas a grupos que compartilhavam traços culturais marcantes, citando Tenório (2003a, p. 372), para quem tal fenômeno “pode ser o resultado de uma idêntica filiação cultural ou de um intenso contato”.

Quanto à primeira ocorrência cerâmica, a impossibilidade de análise pessoal e a ausência de dados métricos interferem consideravelmente em sua caracterização. Entretanto, com base nas fotografias cedidas, sua forma assemelha-se a cerâmica apresentada, enquanto Itararé-Taquara, por Parellada (2005, p.150). Na segunda ocorrência cerâmica, seu estágio avançado de deteriorização também dificulta o processo de análise. Embora seja comum associar exemplares com decoração unguizada a povos Guaranis, tal associação não é determinante. Em contextos análogos, como registrados no sítio Bonin, em Urubici (SC) (Sprenger, 2023), fragmentos cerâmicos com decoração unguizada ocorrem em contexto de ocupação de grupos Jê. Diante do contexto regional abordado, sugere-se que estes fragmentos possam estar relacionados a esses povos. Para além da localização, características técnicas como a espessura e forma do fragmento, a composição da pasta – com presença de rochas de granulometria fina utilizadas como antiplástico – reforçam a plausibilidade dessa interpretação.

Com relação aos sítios com engenharia de terra, a presença de quatro estruturas semissubterrâneas suscita a reflexão sobre a possível existência de outras na região, particularmente na área estudada, uma vez que as condições ambientais e climáticas locais são propícias à sua presença. Além disso, a configuração desses sítios alinha-se ao padrão predominante descrito por Corteletti (2006) para a região. Todos os quatro casos localizam-se próximos a nascentes, com distância máxima de 115 metros dos cursos d'água – um dado que se insere na média identificada pelo autor. Características como profundidade, diâmetro e altitude de instalação também corroboram com o cenário regional já estabelecido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, iniciada há quatro anos, consolidou-se como uma jornada de (re)descoberta do patrimônio arqueológico na localidade de Avencal do Meio, Mafra (SC). Ao articular fontes documentais, museológicas, orais e de campo, foi possível não apenas dar sequência ao preenchimento de lacunas sobre a ocupação Jê no planalto norte catarinense, mas também refletir sobre os mecanismos de apagamento e resistência que conformam a história regional.

Nesse sentido, a pesquisa dialoga diretamente com o debate em torno do Marco Temporal, cuja problemática emerge de forma particularmente significativa no estado de Santa Catarina, território onde se consolidaram disputas judiciais que deram origem a essa tese. Ao condicionar o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas à comprovação de ocupação em 5 de outubro de 1988, o Marco Temporal desconsidera processos históricos de expulsão, violência e deslocamento forçado, amplamente documentados ao longo da colonização do Brasil. A ausência contemporânea de populações indígenas em determinados territórios não pode ser interpretada como evidência de inexistência histórica, mas como resultado direto de políticas de expropriação, silenciamento e apagamento sistemático (Leal de Oliveira, 2023).

Assim, os dados arqueológicos, documentais e orais reunidos ao longo desta pesquisa demonstram a profunda historicidade da ocupação indígena na região, reforçando a compreensão de que o território é constituído por camadas temporais longas e descontínuas, incompatíveis com recortes jurídicos arbitrários. Desse modo, esta dissertação contribui para o enfrentamento crítico do Marco Temporal ao evidenciar que a materialidade arqueológica, as memórias locais e os registros históricos constituem provas inequívocas da presença indígena anterior à formação do Estado nacional, fortalecendo argumentos que sustentam a inconstitucionalidade dessa tese.

Se anterior a 2022 a região era um “vazio arqueológico” (Woehl, 2022), a expressão popular “quem procura, acha” se confirmou: a paisagem cultural revelou-se marcada por oficinas líticas, estruturas semissubterrâneas e fragmentos cerâmicos que, em conjunto, apontam para um potencial arqueológico ainda subestimado.

Registros escritos, como correspondências do século XIX, mesmo redigidas sob uma ótica colonial, trazem em suas entrelinhas indícios de modos de vida, estratégias de ocupação e reexistência que desafiam as narrativas oficiais. Esses documentos não apenas atestam a presença indígena, mas também sua capacidade de agência e resposta ao avanço colonial.

As entrevistas realizadas, por sua vez, revelaram camadas profundas de relação com o passado indígena. Se, de um lado, persiste uma representação do indígena como figura distante, herança de um projeto nacional que o construiu como antagonista, de outro, emergiram narrativas de troca, convivência e reconhecimento prático. O processo de escuta, que inicialmente se deparou com a subestimação do próprio conhecimento local, mostrou-se potente: ao rememorar o passado, os interlocutores automaticamente refletiam sobre o presente, percebendo-se cercados por narrativas contraditórias. Ao reposicionar moradores e docentes como intérpretes e colaboradores, construiu-se uma narrativa mais densa e contextualizada da história regional, cumprindo o objetivo de estudar não objetos isolados, mas as redes de relações entre pessoas, coisas e espaços.

O cenário atual de Avencal do Meio, com topônimos que registram uma presença indígena e evidências materiais em constante revelação, evoca memórias que contrastam com a história oficializada. Esse fenômeno confirma a percepção de Machado (2014) de que

Um passado que é constituído não de pessoas e lugares, mas da relação entre eles, como mostram tanto os inúmeros casos de reocupação dos mesmos lugares quanto a narrativa local, cujos índices de memória são as toponímias, marcadores dessa relação (p. 309).

Ao longo desta pesquisa, o conceito de territorialidade mostrou-se não apenas uma ferramenta analítica útil, mas uma lente indispensável para refletir a complexidade de coexistências em Avencal do Meio. A integração de fontes permitiu conceber essas territorialidades não como abstrações, mas como forças ativas que se materializam e disputam significados. A territorialidade indígena em período colonial afirmou-se por meio dos vestígios elencados e das memórias narradas, desafiando a noção de um território “vazio” pré-colonial. Em contraste, a territorialidade colonizadora, hegemônica e materializada na malha urbana e em monumentos, sustenta o projeto ativo de apagamento, embora nunca absoluto. Por fim, a territorialidade dos moradores atuais emergiu como

um palimpsesto vivo, onde se carregam os vestígios das duas anteriores. Relatos como os de interlocutores que mantinham relações de troca com famílias indígenas mostram como memórias e práticas cotidianas ressignificam o espaço, criando uma terceira camada de ocupação e significado.

Conclui-se, assim, que o “lugar físico” de Avencal do Meio é, na verdade, múltiplos lugares coexistindo. A disputa se dá não apenas no plano material, mas sobretudo no simbólico e narrativo. A pesquisa evidenciou que é no emaranhado conflituoso e relacional dessas territorialidades que se constrói a história singular e em permanente transformação do território.

A noção de pluralidade do espaço (Massey, 2008), faz refletir sobre o território enquanto um ponto de convergência de múltiplas vozes e experiências: a trajetória de longa duração dos povos indígenas, a ocupação colonizadora e as memórias dos moradores atuais. O espaço, portanto, não é uno, mas um campo de coexistência e disputa. A identidade do lugar emerge justamente dessas conexões e emaranhados, sendo o produto de um histórico de encontros, conflituosos e de trocas, entre diferentes projetos de territorialização, materializados em vestígios arqueológicos, paisagens e memórias.

Pensando na problemática inicial, a persistência de uma visão do indígena como figura do passado, construída séculos atrás, impacta diretamente tanto no reconhecimento de sua diversidade cultural como parte integrante da identidade regional, como na permanência atual destes povos no território. Isso se reflete na invisibilização de seu patrimônio, em acervos museológicos, vestígios materiais, memórias, monumentos, festas, alimentação e língua. Se a figura e presença do indígena é tratada como secundária ou invisível, seu patrimônio arqueológico também o será.

Enquanto formas de reversão desse cenário, alinhadas como horizonte para pesquisas futuras, apontam-se o desenvolvimento de materiais didáticos específicos sobre a arqueologia regional; fomentar a curadoria colaborativa de acervos museológicos com a participação ativa dos respectivos povos; a expansão do mapeamento para áreas adjacentes e aprofundamento das investigações nas áreas já descritas.

No sítio Queda d’Água, por exemplo, a presença de uma camada de matéria orgânica sobreposta, formando vegetação rasteira, sugere que a laje de rocha possa se estender além do verificado. A datação dessa camada, bem

como a confirmação da extensão dos conjuntos de amoladores-polidores, constitui perspectivas promissoras para investigações subsequentes.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. Campos e Saberes: prática de pesquisa interdisciplinar na extensão da sala de aula. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e025001, 2025. DOI: [10.20396/rap.v20i00.8677629](https://doi.org/10.20396/rap.v20i00.8677629). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8677629>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ARAUJO, Astolfo G. de M. **Teoria e método em Arqueologia Regional**: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/T.8.2001.tde-17122013-093345.

ARAUJO, Astolfo G. de M. Destruídos pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. **Revista de Arqueologia**, 14-15: 07-28, 2001-2002.

ARAUJO, Astolfo G. de M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, [S. I.], v. 20, n. 1, p. 09–38, 2007. DOI: 10.24885/sab.v20i1.225.

Arquivo Público do Paraná. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial**: 1853 - 1870. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. ISBN 978-85-99404-02-7. 585 p. 3 v.

Arquivo Público do Paraná. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial**: 1871 - 1892. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009. ISBN 978-85-99404-04-1. 573 p. 4 v.

Arquivo Público do Paraná. **Ofício do encarregado do aldeamento de São Thomaz de Papanduva ao Presidente da Província do Paraná** (26 ago. 1876). Código de referência: BR APPR PB001, Nota: AP498.17.174-177. Curitiba: APP, 1876.

Arquivo Público do Paraná. **Informe do 3º suplente do juiz municipal do Rio Negro ao Presidente da Província do Paraná** (7 dez. 1877). Código de referência: BR APPR PB001, Nota: AP529.19.04-05. Curitiba: APP, 1877.

Arquivo Público do Paraná. **Informe do chefe de polícia da Província do Paraná ao Presidente da Província do Paraná** (30 jul. 1888). Código de referência: BR APPR PB001, Nota: AP839.11.11. Curitiba: APP, 1888.

Arquivo Público do Paraná. **Informe de veterano de guerra ao Presidente da Província do Paraná** (1 out. 1888). Código de referência: BR APPR PB001, Nota: AP844.16.170. Curitiba: APP, 1888.

Arquivo Público do Paraná. **Informe do juiz municipal 1º suplente do Rio Negro ao Presidente da Província do Paraná** (3 out. 1888). Código de referência: BR APPR PB001, Nota: AP844.16.189. Curitiba: APP, 1888.

AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5. ed. Florianópolis: Edufsc, 2015. 210 p. ISBN 9788532807182.

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5°, Brasiliana, vol. 101. Companhia editora nacional, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, 1937.

BALLEJO, F., et al. **The first fossil record of a bone assemblage accumulated by New World vultures (Gruta do Presépio, Holocene, southern Brazil)**. Boreas, vol. 51, pp. 684–697, 2022. doi.org/10.1111/bor.12579. ISSN 0300-9483.

BECKER, Itala I. B. **O índio kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Pesquisas, Antropologia n. 29. Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade do Vale dos Rio dos Sinos. 1976.

BIGARELLA, João J.; BECKER, Rosemari D.; SANTOS, Gilberto Friedenreich dos. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. 2 ed. v. 1, Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena** (Paraná, Brazil). Curitiba: Impressora Paranaense. 1908.

BRIGHENTI, C. A. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: **Etnohistória, história indígena e educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indigenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

BROCHIER, Laércio Loiola. **Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 03 jun. 2025.

CABRAL, Mariana P. **Sobre coisas, lugares e pessoas:** Uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CAMPOS, Juliano B. **Relatório De Avaliação De Impacto Ao Patrimônio Arqueológico Na Área De Implantação Da CGH Escola Rio Natal.** Município de São Bento do Sul, Santa Catarina. Processo IPHAN 01510.000149/2018-39. Criciúma, 2019.

CAMPOS, Luana Cristina da Silva Campos. Sítio Arqueológico. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4

CAROLA, Carlos R. **Natureza admirada, natureza devastada.** História e historiografia da colonização de Santa Catarina. Varia História, Belo Horizonte, vol. 26, n° 44: p: 547, 572, jul/dez 2010.

CARVALHO, P. E. R. Guaviroreira: Campomanesia xanthocarpa. In: **Espécies arbóreas brasileiras.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo: Embrapa Florestas, v. 2, 2006. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1140787>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder:** dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/36>. Acesso em: 18 mai. 2025.

COLWELL, Chip; LOPES, Rafael de A. (trad.). **Arqueologia colaborativa não é o fim.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 34, p 41-47, 2020.

Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/a-bacia-rio-canoinhas/regiao-hidrografica-rio-canoinhas>. Acesso em 27 jul. 2024.

CORTELETTI, Rafael. **Casas Subterrâneas em Caxias do Sul: Conservação, distribuição e implantação.** 2006. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2006.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto arqueológico Alto Canoas – PARACA:** um estudo da presença Jê no planalto catarinense, 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CORTELETTI, Rafael; DEBLASIS, Paulo. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. In: CORTELETTI, Rafael (org.). **Paisagens Jê: uma arqueologia sobre os povos indígenas do sul do Brasil**, 1º ed. Florianópolis: Habitus, 2024. ISBN: 978-65-5035-117-5.

COUTINHO, Janaína P. **Linha de Transmissão 525 KV Areia – Joinville Sul.** 2021. Projeto de Prospecção Complementar 01450.001249/2019-15.

CURY, Marília X. **Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia- USP.** Revista CPC, 3, p. 69-90, 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i3p69-90>.

CURY, Marília X. **Lições indígenas para a descolonização dos museus:** processos comunicacionais em discussão. Cadernos CIMEAC. Dossiê – Educação e povos indígenas: debates e práticas interculturais, v. 7, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.18554/cimeac.v7i1.2199>.

CURY, Marília X. **Política de gestão de coleções:** museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo. Revista CPC, v. 15, n. 30 esp., p. 165-191, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp165-191>.

DNIT. Mapas multimodais. Brasília, DF: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/dnit-geo/mapas-multimodais/mapa-do-brasil>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DNIT. Atlas de infraestrutura ferroviária. Brasília, DF: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/ferrovias/AtlasFerroviarioVersoFinal.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DREWETT, Peter L. **Field Archaeology: an introduction.** London: Taylor & Francis e-Library, 1999.

Embrapa. Solos do Estado de Santa Catarina. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento n° 46. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004. ISSN 1678-0892.

FERNANDES, Ricardo C.; PIOVEZANA, Leonel. **Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil.** Ambiente & Sociedade [online]. 2015, v. 18, n. 2, pp. 111-128. doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx07V1822015en. ISSN 1809-4422.

FERNANDES, Ricardo C.; GÓES, Paulo R. H. de. **Territórios étnicos Kaingang.** 2017.

FERREIRA, Lúcio M. **Sob fogo cruzado:** Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. Revista Arqueologia Pública, São Paulo, n° 3, pg. 81-92, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A estrada da mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional.** Textos de Economia, Florianópolis, v. 15, n.2, p. 111-138, jul./dez. 2012. doi: 10.5007/2175-8085.2012v15n2p111.

GAKRAN, Namblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklänõ (Xokleng) “Jê”.** 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudo de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601101>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GAKRAN, Namblá. **Elementos fundamentais da gramática Laklänõ.** 2015. 283 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19096>. Acesso em: 18 jul. 2024.

HADLER, Patricia *et al.* **Forest stability during the Holocene in Santa Catarina, southern Brazil revealed by small mammals from Gruta do Presépio.** The Holocene. 2023. Doi: 10.1177/09596836231200440.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANKE, Wanda. **Apuntes sobre el idioma Caingangue.** Arquivos do Museu Paranaense, v. 6, p. 61-97, 1947.

HERBERTS, Ana L. *et al.* **Oficinas líticas de polimento no interior de Santa Catarina.** Rio Grande, RS. Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2006.

HERBERTS, Ana L. **Arqueologia do caminho das tropas:** estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. 2009. 540 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HODDER, Ian. **Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things.** Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mafra: Histórico. 2023. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/mafra/historico>. Acesso em: 03 jul. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mafra: Panorama. 2023. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/mafra/panorama>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ICOM BRASIL. **Nova definição de museu.** 2022. Disponível em:
<https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

INGACLÃ, Youo M. **Formação da Aldeia Plipatól:** resistência Xokleng. 2020. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica). Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

INIZAN, M-L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H. TIXIER, J. 2017. **Tecnologia da Pedra Lascada** (Edição brasileira). UFMG.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa do município de Mafra**: Estado de Santa Catarina. Escala 1:50.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 1 mapa. Color. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/SC/mafra/4210100_MM.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

KOMOCHENA, Robson. **Grupo de indígenas ocupa área anexa à escola agrícola**. RioMafra Mix, Mafra, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://www.riomaframix.com.br/mafra/grupo-de-indigenas-ocupa-area-anexa-a-escola-agricola/>. Acesso em: 05 jun. 2025

LAMING-EMPERAIRE, Annette. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Manuais de Arqueologia. Curitiba, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, n. 2, vol. 12, 1967.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xoklengs de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. 1994. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LEAL DE OLIVEIRA, A.; RUY BRAGATTO, J.; MONTENEGRO DE SOUZA LIMA, M. **A Inconstitucionalidade do Marco Temporal**: riscos e ameaças à tutela dos povos indígenas originários do Brasil. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), [S. I.], v. 10, n. 3, p. 455–486, 2023. DOI: 10.25245/rdspp.v10i3.1349. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1349>. Acesso em: 17 set. 2025.

LIMA, Soeli Regina. **Do imaginário coletivo em torno dos indígenas na região de Rio Negro-PR**: um estudo dos relatórios de governo (1853-1890). Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, p. 104-123, 2018/01.

LISBOA, Ever. **Exposição "Mafra 103 anos - A evolução da cidade mostrada em fotos"**. 2020. Disponível em: <https://www.everlisboa.com.br/mafra103anos/>. Acesso em: 10 set. 2024.

LOUVAIN, Pedro; ROCHA, Arleto P. **Decolonizando o “Curitibocentrismo”:** educação patrimonial nos municípios de Peabiru e Foz do Iguaçu. Curitiba, 2024. No prelo.

MACHADO, Juliana S. Ilha Caviana: sobre as suas paisagens, tempos e transformações. Amazônica, Rev. Antropol. (Online) 6 (2), 2014, pp. 283-313.

MABILDE, Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul 1836-1866.** São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** uma nova política de espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. 5° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas:** estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (Original: *Stuff*, 2010).

MILLER JUNIOR, Tom O. **Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas.** Arquivos do Museu Paranaense. Nova série etnologia, n° 2, 1978.

MORAIS, José Luiz de. **Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista.** Erechim, RS: Habilis, 2011. 118p. (Clássicos da Arqueologia).

MUSEU MUNICIPAL ATÍLIO ROCCO (São José dos Pinhais, PR). **Sobre o Museu.** Disponível em: <https://museu.sjp.pr.gov.br/o-museu/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

NOELLI, Francisco S. **Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 285-302, 1999.

NOELLI, Francisco S. **A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000.** Revista USP, v. 44, p. 218-269, 2000. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>.

NOVASCO, Raul V. **As casas subterrâneas e sua paisagem:** cartografando o ambiente. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História. 2013.

OLIVEIRA, João P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2016. 384 p. ISBN 978-85-7740-206-9.

OLIVEIRA, Nanci V. de. **Oficina lítica de polimento no noroeste do estado do Rio de Janeiro.** Campinas, SP. Revista de Arqueologia Publica, n. 8, dezembro, 2013.

OLSEN, Bjørnar. **In Defense of Things: Archaeology and the Ontology of Objects.** Lanham: AltaMira Press, 2010.

PARELLADA, Claudia I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira:** área do gasoduto Bolivia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2005.

PARELLADA, Claudia I. **Relatório de Estudo Arqueológico Preliminar da Linha de Transmissão em 500 Kv entre a UHE Colíder e a Subestação Claudia, Mato Grosso.** Curitiba, 2014.

PEREIRA, Thiago. Florianópolis marcada na pedra: amoladores-polidores fixos e representações rupestres. In: BUENO, L.; REIS, L.B. (org.). **Florianópolis arqueológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

PIAZZA, Walter F. **Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas.** Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Quinto Ano (1969-1970), v. 26, p. 53–66, 1974.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. ISBN 978-85-62959-47-9.

PREFEITURA DE MAFRA. **História**. Mafra, [2025?]. Disponível em: <https://mafра.sc.gov.br/pagina-4177/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. **História do Município**. Rio Negrinho, [2023?]. Disponível em: <https://rionengrinho.atende.net/cidadao/pagina/historia>. Acesso em: 12 set. 2024.

PRIPRÁ, Walderes C. **Lugares de acampamento e memória do povo Laklänõ/Xokleng, Santa Catarina**. 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226839>. Acesso em: 5 out. 2023.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jose Zahar, 2006. 96 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José A. **Arqueologia dos buracos de bugre**: uma pré-história do planalto meridional. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. ISBN 85-7061-178-1.

REIS, Lucas B.; ALMEIDA, Fernando S. de.; BUENO, Lucas R. **Entre “estruturas e pontas”**: o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 13, n. 3, p. 597-623, set – dez, 2018.

REIS, Maria J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto Catarinense**. Erechim, RS: Habilis, 2007. 256 p. (Clássicos da Arqueologia).

RIBEIRO, Laisa A. **Cultura de resistência entre memórias e imaginação à materialização**: meninos/homens kaingang na contemporaneidade na Terra Indígena Guarita/RS. Pelotas, 2021. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

ROBINSON, Mark, *et al.* Separando fatores humanos e climáticos na mudança de vegetação do holoceno tardio no sul do Brasil. In: CORTELETTI, Rafael

(org.). **Paisagens Jê: uma arqueologia sobre os povos indígenas do sul do Brasil**, 1° ed. Florianópolis: Habitus, 2024. ISBN: 978-65-5035-117-5.

ROCHA, Everardo P. G. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense. Coleção primeiros passos, 5° edição, 1988. ISBN: 85-11-01124-2.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme de Almeida. **A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010)**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 51, n. 7, 26 Jun. 2016.

SALDANHA, João D. de M. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial das Terras Altas do Sul do Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

SANTOS, Sílvio C. dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Itajaí: Editora da Univali, 1997. Disponível em: <https://issuu.com/renatorizzaro/docs/xokleng>. Acesso em: 5 out. 2023.

SC EM PAUTA. Audiência em Mafra discute ocupação indígena no Colégio Agrícola. SC em Pauta, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://scempauta.com.br/2025/08/12/audiencia-em-mafra-discute-ocupacao-indigena-no-colegio-agricola/>. Acesso em: [insira a data de acesso].

SCHEEL-YBERT, Rita, et al. **Cabeçuda-II**: um conjunto de amoladores-polidores evidenciado em Laguna, SC. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2011. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2011.89986.

SCHMITZ, Pedro. **Os povos Jê no sul do Brasil**: caçadores-coletores e agricultores. Instituto Anchietano de Pesquisas, 2009.

SCHMITZ, Pedro. **Ambientes holocênicos e surgimento de sistemas culturais**. Revista de Arqueologia 14 (1): 87, 2017. DOI: 10.24885/sab.v14i1.166.

SIGSC - Sistema de Informações Geográficas de Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE). Disponível em: <https://sigsc.sc.gov.br/index.html>. Acesso em 04 jul. 2024.

SILVA, Ana Caroline Sousa da; SHOCK, Myrtle Pearl. *Descobrindo a arqueologia em Santarém através da cultura material. Revista de Extensão da Integração Amazônica*, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/extensaodaintegracaoamazonica/article/view/2085>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. **História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais.** R. Museu Arq. Etn., 27: 5-20, 2016.

SILVA, Francielle Correia Rodrigues. *Museu e política social: o enquadramento da memória e a representação cultural em instituições museológicas regionais.* In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; NERY, Olivia Silva; PAULITSCH, Vivian da Silva; FELONIUK, Wagner; SILVEIRA, Laiana Pereira da (org.). **Patrimônios em perspectivas: histórias, memórias e identidades.** Porto Alegre: Casaletas, 2021, p. 13-21.

SILVA-SILVANA, Cristiana de C. et al. **Sobre a ocorrência de sítios dos amoladores – polidores fixos no litoral da Bahia.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 23, p. 173-177, 2013.

SILVEIRA, Maura I. de, et al. **Polidores-afiadores na Amazonia.** Um estudo de caso na ilha de Mosqueiro, Pará, Brasil. Revista de Arqueologia, vol. 25, n. 1, p. 90-104, 2012.

SIRHESC. Sistema de Informações de Recursos Hídricos de Santa Catarina. Bacias Hidrográficas do Estado. 2018. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/base-documental/bacias-hidrograficas-do-estado>.

SOPHIATI, Daniela G. **Os amoladores-polidores fixos na paisagem da Ilha de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado). Master Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-história, Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/28818>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOUZA, Jonas G. **Aterros e montículos funerários Jê do Sul.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 11: 89-94, 2011.

SPRENGER, Ana C. **A cerâmica Jê Meridional:** mudanças e permanências do fazer cerâmico do sítio Bonin, Urubici, Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Área de concentração em Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

TENÓRIO, Maria C. **Os amoladores-polidores fixos.** Revista Arqueologia, vol. 16, p. 87-108, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** História oral. Paz e Terra. 2º edição. 386 p. 1999.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments.** Oxford: Berg, 1994.

TJSC. **Audiência de conciliação pode encerrar disputa por área de Colégio Agrícola em Mafra.** Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/audiencia-de-conciliacao-pode-encerrar-disputa-por-area-de-colegio-agricola-em-mafra->. Acesso em: [insira a data de acesso].

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. Caracterização do acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo e a pesquisa sobre história da educação na região Oeste do Paraná, Brasil. **Educere et Educare – Revista de Educação**, Cascavel: UNIOESTE, v. 10, n. 19, p. 73-83, jan./jun. 2015.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo C. **Kaingang.** 2021. Publicado originalmente em 01/2001. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 10 set. 2024.

TSCHUCAMBANG, Josiane de L. **Ouvir os velhos, aprender com eles:** memórias, histórias e conhecimentos dos anciões da Terra Indígena Xokleng/Laklänõ. Florianópolis, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

URBAN, Greg P. **A model of Shokleng social reality.** A dissertation submitted to the faculty of the division of the social sciences in candidacy for the degree of doctor of philosophy. Department of Anthropology. Chicado, 1978.

Viana, S. 2010. **Arqueologia dos Povos Jê no Centro-Oeste Brasileiro:** uma análise da variabilidade cerâmica a partir do estudo de quatro sítios arqueológicos. Tese de Doutorado, MAE/USP.

VIANA, Verônica; BUCO, Cristiane; SANTOS, Thalison dos; SOUSA, Luci Danielli. Arte rupestre. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VIEIRA, Leonardo da Silva. **Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015).** 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, São Paulo, 2018. doi.org/10.1590/1982-02672020v28e21

WEINSCHÜTZ, Luiz C.; CASTRO, Joel C. de. **Arcabouço cronoestratigráfico da Formação Mafra (intervalo médio) na região de Rio Negro/PR - Mafra/SC, borda leste da bacia do Paraná.** REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto, 57 (3): 151-156, jul. set. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0370-44672004000300003>

WICHERS, Camila Moraes. **Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual:** conexões no contexto brasileiro contemporâneo. Cadernos de Sociomuseologia, v. 51, n. 7, 26 Jun. 2016.

WOEHL, Heloise de O. **Entre cacos, pessoas e histórias:** revisitando a arqueologia do Planalto Norte de Santa Catarina. Pelotas, 2022. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - linha de formação em Arqueologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000dd/0000dd66.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

WOLF, Sidnei; MACHADO, Neli G. **Arqueologia da paisagem aplicada ao estudo de sítios arqueológicos Jê Meridionais nas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé/Rio Grande do Sul.** 2018. Ra'e Ga. Curitiba, v. 45, p. 268-280. doi: 10.580/raegae.

XAVIER, Rafael A. **Processos geomorfológicos e evolução da paisagem no semiárido brasileiro.** Revista de Geociências do Nordeste. V. 7, n°1, 2021.
DOI:[10.21680/2447-3359.2021v7n1ID20692](https://doi.org/10.21680/2447-3359.2021v7n1ID20692)

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – RCLI (Registro de Consentimento Livre e Informado)

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Título do Projeto: Arqueologias plurais em Mafra (SC): memórias, territorialidades e materialidades entrelaçadas no Alto Iguaçu

Pesquisadora responsável: Claudia Parellada

Pesquisadora assistente: Heloise de Oliveira Woehl

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Registro de Consentimento Livre e Informado” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisa. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada Arqueologia plurais em Mafra (SC): memórias, territorialidades e materialidades entrelaçadas no Alto Iguaçu, tem como objetivo identificar e mapear sítios arqueológicos em Avencal do Meio, distrito de Rio Preto do Sul, cruzando fontes documentais históricas e a memória oral dos moradores locais, para ampliar a historiografia do município de Mafra quanto a sua pluralidade étnica-cultural.

Participando do estudo você está sendo convidado/a a: Participar de uma entrevista semiestruturada com duração estimada de uma hora. A entrevista será presencial, na sua moradia, local de trabalho ou local a combinar. A entrevista será gravada. Os dados serão coletados por meio da gravação de áudio e a posterior transcrição do áudio resultante.

Desconfortos e riscos:

- i) Desconfortos e riscos: Você poderá sentir desconforto ou cansaço referente a duração da entrevista. Poderá sentir incômodo ao ser perturbado em sua residência ou local de trabalho. Poderá sentir constrangimento ou confusão ao não saber responder alguma questão feita. Poderá sentir vergonha de interagir com a pesquisadora. A pesquisa poderá causar desconforto ao abordar tópicos sensíveis como histórias relacionadas aos antepassados e/ou culturais distintas. Poderá ter reações negativas a memórias ou experiências causadas pela entrevista. Existe um baixo risco de que suas memórias, experiências ou relatos possam ser identificados por outras pessoas que o conheçam, caso leiam os resultados da pesquisa. O seu nome não será identificado na apresentação dos resultados da pesquisa, o que acarreta um baixo risco de que você seja identificado por leitores em casos específicos, ainda que seu nome ou características pessoais não sejam utilizados.;
- ii) Providências e cautelas: Seus dados são confidenciais e somente as pesquisadoras terão acesso a eles na íntegra. Dados que possam identificá-lo só serão utilizados se explicitamente permitido por você. Caso a entrevista se estenda para além da duração estimada, só continuaremos caso você tenha disponibilidade de tempo e, se você quiser, ela poderá continuar em outro dia à sua escolha. Não há uma expectativa de respostas certas e prontas, sua vivência é única assim como seu relato.;

- iii) Forma de assistência e acompanhamento: O respeito à sua pessoa e suas necessidades serão prioridade das pesquisadoras. Seus valores, identidades, culturas e crenças serão respeitados. Você possui o direito de pedir maiores esclarecimentos ou explicações em caso de dúvidas antes, durante ou depois da entrevista, bem como pode retirar seu consentimento antes, durante ou depois da entrevista, garantindo que seus dados não serão divulgados e tampouco utilizados. Você poderá interromper a entrevista a qualquer momento. Poderá não responder perguntas específicas sem precisar justificar, e pode parar de responder uma questão mesmo que já tenha começado. Na apresentação dos resultados, as gravações da entrevista não serão utilizadas e seu nome será substituído por um nome fantasia sem relação características suas.;
- iv) Benefícios: Os benefícios desta pesquisa são indiretos. Sua participação poderá incentivar e fundamentar pesquisas futuras sobre a arqueologia e história de Mafra.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após seu término, sob responsabilidade da pesquisadora responsável (Resol. 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: Documentos físicos utilizados durante as entrevistas serão armazenadas em pasta a ser guardada na pasta pessoal das pesquisadoras. Arquivo digital em nuvem (One Drive, conta institucional vinculada a UFPR) com cópia escaneada dos documentos físicos, além da gravação de áudio e a transcrição do áudio; e no armazenamento local do computador pessoal das pesquisadoras.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

- Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade das pesquisadoras, que se comprometem em garantir o sigilo e privacidade dos dados.
- Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: Diante de eventual despesa, você será resarcido pela equipe de pesquisa. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá a garantia ao direito à indenização

Resultados da pesquisa: Você tem direito de conhecer os resultados desta pesquisa. O resultado será enviado a você via e-mail assim que os resultados forem publicados, ou entregue impresso em sua residência ou local de trabalho em caso de não possuir acesso a internet e/ou ter contas virtuais.

Contato:

APÊNDICE 2 – Roteiro entrevista com moradores/as

CEEA nº 82587324.0.0000.0214 | Parecer autorização nº 7.093.891 | Data:

Entrevista Moradores Avençal - Dissertação Heloise Woehl

Informações básicas

Nome:

Data de nascimento: obs.:

Cidade onde nasceu:

Endereço:

Bairro/ Comunidade:

Município: Estado:

Local da entrevista:

Há quanto tempo mora na região:

Há quanto tempo a família mora na região:

Caso seja de outro lugar, onde:

Motivo da vinda da família para a região:

Você se identifica com alguma ancestralidade? ou com mais de uma?

Profissão/ Atividade:

Grau de escolaridade:

Conhecimentos povos indígenas

O que você sabe sobre os povos indígenas que habitam aqui essa região?

Quais histórias você ouvia na infância ou no cotidiano com relação a esses povos?

Você já teve contato com pessoas indígenas? Se sim, descreva brevemente.

Você já visitou um museu: [] sim [] não obs.:

Qual ou quais:

Onde:

Já viu ou conhece algum artefato indígena? artesanato, ferramenta, qualquer produção que associe com povos indígenas? [] sim [] não

Caso afirmativo, descreva ele brevemente e porque você associa esse item com povos indígenas?

Agora será mostrado algumas imagens e para cada uma gostaria de saber se já viu ou ouviu falar sobre algum desses itens:

Lítico (ferramentas de pedras): [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Cerâmica: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Arte rupestre / Grafismos rupestres: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Estruturas: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

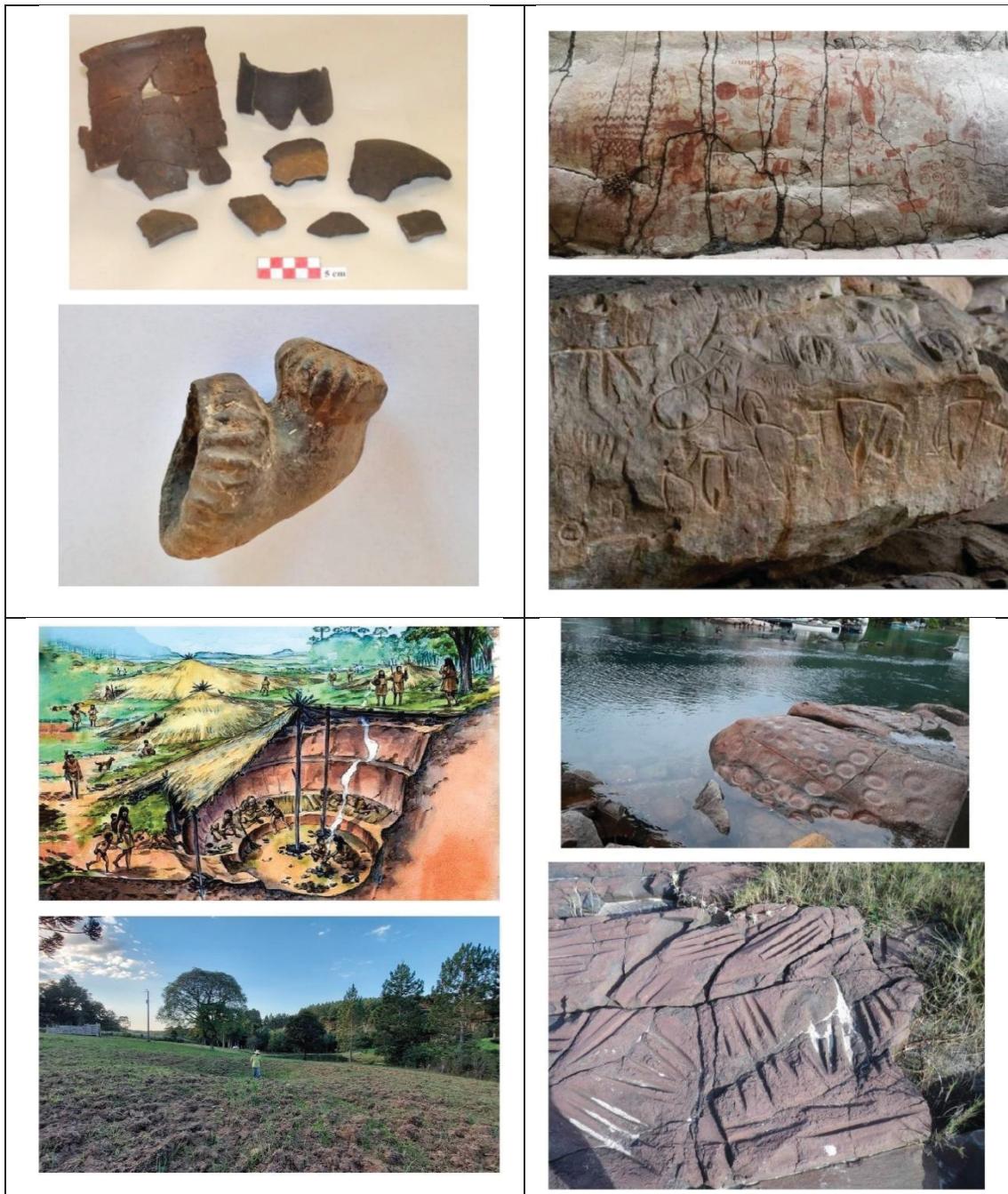
Agora que você se familiarizou com esses itens, gostaria de acrescentar alguma coisa? sobre outros itens que você já viu ou ouviu falar que tinha relação com indígenas?

Você já utilizou algum desses itens para algo? (Machadinhas como peso de porta, amoladores pra polir, por água pra gelar, etc)

Você consegue relacionar esses artefatos aos povos indígenas?

Você teria interesse em saber mais sobre a cultura e os costumes dos povos indígenas daqui da região?







APÊNDICE 3 – Roteiro entrevista com docentes¹⁰

CEEA n° 82587324.0.0000.0214 | Parecer autorização n°7.093.891 | Data:

Entrevista Docentes - Dissertação Heloise Woehl

Informações básicas

Nome:

Data de nascimento:

obs.:

Cidade onde nasceu:

Endereço:

Bairro/ Comunidade:

Município:

Estado:

Local da entrevista:

Há quanto tempo mora na região:

Há quanto tempo a família mora na região:

Se é de outro local, onde:

Motivo da vinda da família para a região:

Você se identifica com alguma ancestralidade? ou com mais de uma? Quais?

Profissão/ Atividade:

Grau de escolaridade:

Conhecimentos gerais

Já visitou um museu: [] sim [] não obs.:

Qual ou quais:

Onde:

Agora será mostrado algumas imagens e para cada uma gostaria de saber se já viu ou ouviu falar sobre algum desses itens:

Lítico (ferramentas de pedras): [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Cerâmica: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Arte rupestre / Grafismos rupestres: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Estruturas: [] viu [] ouviu [] 1 [] 2 [] 3 [] 4

O que isso é para você:

Qual seu uso:

Agora que você se familiarizou com esses itens, gostaria de acrescentar alguma coisa? sobre outros itens que você já viu ou ouviu falar que tinha relação com indígenas?

Você consegue relacionar esses artefatos aos povos indígenas?

O que você sabe sobre os povos indígenas que habitam aqui essa região?

Quais histórias você ouvia na infância ou no cotidiano com relação a esse município, essa região?

Você já teve contato com pessoas indígenas? Se sim, descreva brevemente.

Tema na escola

Você leciona para quais séries? [] Fundamental 1 [] Fundamental 2 [] Ens. médio [] EJA [] Técnico [] Outro:

¹⁰ As imagens apresentadas no “APÊNDICE 2 – Roteiro entrevista com moradores/as” também estão incluídas neste Apêndice 3. Optou-se por não repetir essas imagens nos dois apêndices para evitar redundância.

Você é formado em história? [] Sim [] Não,
Você tem alunos indígenas? [] Não [] Sim

Quantidade:

Obs.:

Em qual das séries é abordado o tema de povos indígenas?

[] Fundamental 1 [] Fundamental 2 [] Ens. médio [] EJA [] Técnico []

Outro [] Especifique a série:

Como é abordado o assunto de povos indígenas no Brasil em sala de aula?

Como você descreveria a reação dos estudantes ao tema?

O que você acha que dificulta o ensino sobre essa temática?

Quais os recursos que utiliza para embasar as aulas? Utiliza o próprio material da escola e/ou busca por conta própria maiores informações?

O que ao seu ver falta para melhor abordar o tema com os estudantes?

Comentários adicionais:

ANEXO

ANEXO 1 – Termo de Aprovação no Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Arqueologias plurais em Rio Preto do Sul, Mafra (SC): memórias, territorialidades e materialidades entrelaçadas

Pesquisador: CLAUDIA INES PARELLADA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82587324.0.0000.0214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.093.891

Apresentação do Projeto:

O projeto "Arqueologias plurais em Rio Preto do Sul, Mafra (SC): memórias, territorialidades e materialidades entrelaçadas" investiga as narrativas históricas e culturais do município de Mafra, com foco na localidade de Avencal do Meio. A pesquisa explora o patrimônio arqueológico e a memória coletiva de moradores locais, destacando a presença indígena e a diversidade cultural da região. Ao documentar as materialidades e espacialidades, o estudo busca trazer à tona memórias e histórias marginalizadas, especialmente as dos povos Laklano e Kaingang, e ampliar a compreensão da historiografia local.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa objetiva documentar o patrimônio arqueológico de Avencal do Meio, em Mafra (SC), integrando fontes históricas e memórias orais. Busca ampliar as discussões sobre a diversidade cultural local e fortalecer a visibilidade das heranças indígenas e suas relações com o patrimônio arqueológico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os autores, os benefícios da pesquisa são indiretos para os participantes e diretos para o desenvolvimento da arqueologia e antropologia, contribuindo para futuras pesquisas e maior compreensão do patrimônio arqueológico local. Os autores consideram os riscos baixos, incluindo possíveis incômodos durante as entrevistas, desconforto em responder perguntas e

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



Continuação do Parecer: 7.093.891

risco de identificação dos participantes.

Apesar de considerar baixos, e apontar benefícios superiores aos riscos, os autores pretendem minimizar os riscos sendo breves no contato inicial, garantindo anonimato, permitindo desistência a qualquer momento, explicando previamente o teor das perguntas, e respeitando a cultura, valores e privacidade dos participantes durante toda a pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os autores apresentaram os questionários que serão aplicados aos participantes da pesquisa. Os questionários incluem perguntas de cunho pessoal, social e cultural, bem como ilustrações rupestres para análise. Do ponto de vista deste parecerista nenhuma das perguntas oferecem risco, desconforto ou podem ser interpretadas como desrespeitosas. Com relação ao anonimato, não foram identificados dados sensíveis a ponto de causar prejuízo aos participantes. Ainda sim, é garantido sigilo quanto a divulgação destes dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues para apreciação.

Recomendações:

Considero que a pesquisa não apresenta riscos relevantes para correções.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram identificadas pendências ou inadequações

Considerações Finais a critério do CEP:

01. Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, RELATÓRIOS PARCIAIS semestrais (a cada

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



Continuação do Parecer: 7.093.891

seis meses a partir da data de aprovação), com o relato do andamento da pesquisa, via Plataforma Brasil, usando o recurso NOTIFICAÇÃO. Informações relativas às modificações do protocolo, como cancelamento, encerramento, alterações de cronograma ou orçamento, devem ser apresentadas no modo EMENDA. No encerramento da pesquisa deve ser submetido via NOTIFICAÇÃO da Plataforma Brasil o RELATÓRIO FINAL.

02 - Importante: (Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas pelo acesso do Pesquisador principal. Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.

03 - Favor inserir em seu TCLE e/ou TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa apresentar tais documentos aos participantes de sua pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2387676.pdf	15/08/2024 13:50:40		Aceito
Orçamento	EntrevistaProfes_compressed.pdf	15/08/2024 13:49:27	HELOISE DE OLIVEIRA WOEHL	Aceito
Outros	EntrevistaMoradores_compressed.pdf	15/08/2024 13:48:17	HELOISE DE OLIVEIRA WOEHL	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	15/08/2024 13:26:44	HELOISE DE OLIVEIRA WOEHL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEI_6823110_Ad_Referendum_1.pdf	22/07/2024 12:06:27	CLAUDIA INES PARELLADA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/07/2024 12:06:08	CLAUDIA INES PARELLADA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ParelladaWoehlProjeto.pdf	22/07/2024 12:05:50	CLAUDIA INES PARELLADA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121	
Bairro: Centro	CEP: 80.060-150
UF: PR	Município: CURITIBA
Telefone: (41)3360-5094	E-mail: cep_chs@ufpr.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



Continuação do Parecer: 7.093.891

Não

CURITIBA, 23 de Setembro de 2024

Assinado por:
ANDREA BARBOSA GOUVEIA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121
Bairro: Centro **CEP:** 80.060-150
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3360-5094 **E-mail:** cep_chs@ufpr.br